

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E A  
COMUNICAÇÃO**

**ADORISIO LEAL ANDRADE**

**VILA VELHA**  
**FEVEREIRO/2016**

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E A  
COMUNICAÇÃO.**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

**ADORISIO LEAL ANDRADE**

**VILA VELHA**  
**FEVEREIRO/2016**

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

A554g Andrade, Adorisio Leal.  
A gestão de políticas públicas de segurança e a comunicação / Adorisio Leal Andrade. – 2016.  
149f.

Orientador: Pablo Silva Lira.  
Dissertação (mestrado em Segurança Pública) -  
Universidade Vila Velha, 2016.  
Inclui bibliografias.

1. Violência – Aspectos Sociais. 2. Políticas Públicas.  
3. Mídia Social I. Lira, Pablo Silva. II. Universidade Vila Velha.  
IV. Título.

CDD 363.6


ADORISIO LEAL ANDRADE

A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E A  
COMUNICAÇÃO

Dissertação apresentada à  
Universidade Vila Velha, como pré-  
requisito do Programa de Pós-  
Graduação em Segurança Pública,  
para obtenção do grau de Mestre  
em Segurança Pública.

Aprovada em 29 de fevereiro de 2016.

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Fabiana Pinheiro Ramos (UFES)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Humberto Ribeiro Junior (UVV)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ana Paula Lyra (UVV)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Pablo Silva Lira (UVV)  
Orientador

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiro a Deus, pelo dom da Vida, pela Salvação e pelas suas misericórdias que se renovam a cada dia.

Agradeço Alessandra Cabral de Mello Andrade, minha querida esposa, que me incentiva a ser melhor e me ajuda a vencer nessa caminhada dos estudos.

Agradeço ao meu orientador, Pablo Silva Lira que teve paciência e se dedicou sendo facilitador desse processo de aprendizagem que é investigar e escrever.

Agradeço aos colegas do mestrado pelos momentos vividos durante o curso e aos Professores e funcionários da UVV que ajudaram nos ensinamentos, orientações e que se tornaram referenciais para mim.

Agradeço ao Governo do Estado do Espírito Santo e da equipe da Escola de Serviço Público, ESESP, por se preocupar com a Segurança Pública de nosso Estado e por ter proporcionado essa oportunidade de estudo e aperfeiçoamento profissional.

Agradeço a SESP e a SEAE que procuram sempre ajudar e profissionalizar o trabalho das polícias e por buscar soluções científicas sobre os complexos problemas que envolvem a segurança pública.

Agradeço a Chefia de Polícia por sempre incentivar aos policiais civis a se especializarem e aos colegas da instituição que me apoiaram nessa etapa acadêmica.

Palavras de Jesus Cristo:

*“Pois qual de vós, pretendendo construir uma torre, não se assenta primeiro para calcular a despesa e verificar se tem os meios para a concluir? Para não suceder que, tendo lançado os alicerces e não a podendo acabar, todos os que a virem zombem dele, dizendo: Este homem começou a construir e não pôde acabar.”*  
Bíblia Sagrada, São Lucas, Capítulo 14, versos de 28 a 30.

## RESUMO

ANDRADE, Adorisio Leal. MSC. Universidade Vila Velha – ES. Fevereiro de 2016. **A gestão de políticas públicas de segurança e a comunicação**. Orientador: Pablo Silva Lira. Co-orientadora: Ana Paula Rabello Lyra.

A violência e a criminalidade, tanto no Brasil como no estado do Espírito Santo, têm sido fenômenos que devido a sua complexidade têm exigido um esforço de toda sociedade para não só entendê-los cientificamente, mas também apresentar respostas e sugestões de soluções para diminuição dos elevados índices de crimes que assolam principalmente as regiões metropolitanas. A cada dia vêm ocorrendo avanços tecnológicos e metodológicos das agências envolvidas com a segurança pública, tem havido um alinhamento e uma evolução das áreas da administração, segurança e comunicação. O objetivo dessa pesquisa foi analisar o tratamento midiático dado pelos principais jornais locais impressos em relação às políticas públicas de segurança e em particular o caso do Programa Estado Presente implantado em 2011 no Estado do Espírito Santo. Além de apresentarmos parâmetros gerais das políticas de segurança pública procuramos entender como essas políticas se desenvolveram no estado do Espírito Santo. Também foi pesquisado o papel da mídia e suas particularidades ao apresentar as notícias e reportagens sobre segurança pública em âmbito nacional e local, bem como os meios de comunicação influenciam a população e os gestores da área pública. Por fim usando as técnicas da análise de conteúdo para coletarmos, analisarmos e interpretarmos o como e o quanto a mídia apresentou o programa Estado Presente no seu noticiário diário. Observamos e relatamos questões que podem ajudar a melhorar as abordagens da mídia em relação aos programas de segurança pública evitando a propagação da cultura do medo e oferecendo reflexões sobre essas áreas que podem auxiliar as decisões dos gestores públicos em relação à divulgação dos resultados das ações governamentais.

**Palavras chaves:** Gestão de Políticas Públicas, Segurança Pública, Comunicação, Jornais Impressos, Programa Estado Presente.

## **ABSTRACT**

ANDRADE, Adorísio Leal. MSC. University Vila Velha – ES. **The management public security policies and the communication.** Advisor: Pablo Silva Lira. Joint supervisor: Ana Paula Rabello Lyra.

Violence and crime, not only in Brasil but also in Espírito Santo state, have been phenomena whose complexity has required effort of all society to be understood scientifically and to present answers and suggestions of solutions in order to diminish the high levels of crimes mainly in the metropolitan areas. Technology and methodology related to public security agencies have been improved as well as an alignment and evolution in administration, security and communication. The objective of this research was to analyze how the media, through main local newspapers, treats public security policy, in particular the case of the Programa Estado Presente implanted in 2011 in Espírito Santo state. We not only present general parameters of the public security policy but we also try to understand how these policies were developed in Espírito Santo state. There was also a research about media's role in addition to its particularities in presenting the news and the reports about public security in Brasil as a whole and in Espírito Santo state, as well as, how communication media influences the people and the public administrators. Finally, through the techniques of the analyses of the content to collect, analyze and interpret the how and the when the media presented the Program Estado Presente in its daily news. It was observed and reported issues which might help improving media's approaches related to public security programs avoiding the spread of the culture of fear as well as offering reflections about these areas that may help the public administrators to decide in terms of the spread of the results of government actions.

**Key words:** Management of Public Policy, Public Safety, Communication, newspapers printed, Programa Estado Presente.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1. Porcentagem de notícia/reportagem por jornal, 2012-2014.....</b>	<b>110</b>
<b>Figura 2. Estado Presente nas divisões do jornal A Gazeta, 2012-2014 .....</b>	<b>112</b>
<b>Figura 3. Estado Presente nas divisões do jornal A Tribuna, 2012-2014 .....</b>	<b>113</b>
<b>Figura 4. Avaliação A Tribuna, 2012 -2014.....</b>	<b>116</b>
<b>Figura 5. Avaliação A Gazeta, 2012 -2014 .....</b>	<b>117</b>
<b>Figura 6. Logomarca do Programa Estado Presente em Defesa da Vida.....</b>	<b>119</b>
<b>Figura 7. Pessoas detidas e materiais apreendidos na frente do painel de Entrevistas .....</b>	<b>120</b>
<b>Figura 8. Autoridades concedendo entrevista a imprensa na frente do painel de entrevista .....</b>	<b>120</b>
<b>Figura 9. Estado Presente no título de notícia do jornal A Gazeta .....</b>	<b>121</b>
<b>Figura 10. Estado Presente no título de notícia do jornal A Tribuna.....</b>	<b>122</b>
<b>Figura 11. Informe publicitário sobre o Programa Estado Presente .....</b>	<b>122</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1. Homicídios no ES e ranking nacional .....</b>	<b>58</b>
<b>Tabela 2. Relação de Políticas Públicas de Segurança e Secretários, 2003- 2015 .....</b>	<b>63</b>
<b>Tabela 3. Tabela produzida para coleta de informações dos jornais .....</b>	<b>106</b>
<b>Tabela 4. Reportagens por Mês, 2012 .....</b>	<b>108</b>
<b>Tabela 5. Reportagens por Mês, 2013.....</b>	<b>108</b>
<b>Tabela 6. Reportagens por mês, 2014 .....</b>	<b>109</b>
<b>Tabela 7. Reportagens por ano, 2012-2014 .....</b>	<b>109</b>
<b>Tabela 8. Reportagens por dia da semana Jornal A Gazeta, 2012-2014.....</b>	<b>110</b>
<b>Tabela 9. Reportagens por dia da semana A Tribuna, 2012-2014 .....</b>	<b>111</b>
<b>Tabela 10. Localização do termo Estado Presente nas divisões do jornal A Gazeta, 2012-2014 .....</b>	<b>111</b>
<b>Tabela 11. Localização do termo Estado Presente nas divisões do jornal A Tribuna, 2012-2014 .....</b>	<b>112</b>
<b>Tabela 12. Tamanho das reportagens no jornal A Gazeta, 2012-2014.....</b>	<b>114</b>
<b>Tabela 13. Tamanho das reportagens no jornal A Tribuna, 2012-2014 .....</b>	<b>114</b>
<b>Tabela 14. Avaliação das reportagens do jornal A Gazeta, 2012-2014 .....</b>	<b>116</b>
<b>Tabela 15. Avaliação das reportagens do jornal A Tribuna, 2012-2014.....</b>	<b>116</b>
<b>Tabela 16. Reportagens em relação a urgência do jornal A Gazeta, 2012-2014. ....</b>	<b>117</b>
<b>Tabela 17. Reportagens em relação a urgência do jornal A Tribuna, 2012-2014 .....</b>	<b>117</b>
<b>Tabela 18. Posição do termo "Estado Presente" nas notícias do jornal A Gazeta, 2012-2014 .....</b>	<b>118</b>
<b>Tabela 19. Posição do termo "Estado Presente" nas notícias do jornal A Tribuna, 2012-2014 .....</b>	<b>118</b>
<b>Tabela 20. Fontes nas notícias do jornal A Gazeta, 2015-2014 .....</b>	<b>122</b>
<b>Tabela 21. Fontes nas notícias do jornal A Tribuna, 2012-2014.....</b>	<b>123</b>
<b>Tabela 22. Tema das notícias onde apareceu "Estado Presente" no jornal A Gazeta, 2012-2014 .....</b>	<b>125</b>
<b>Tabela 23. Tema das notícias onde apareceu "Estado Presente" no jornal A Tribuna, 2012-2014 .....</b>	<b>125</b>

<b>Tabela 24. Que termos foram usados para retratar o Programa Estado Presente no jornal A Gazeta, 2012-2014.....</b>	<b>126</b>
<b>Tabela 25. Que termos foram usados para retratar o Programa Estado Presente no jornal A Tribuna, 2012-2014 .....</b>	<b>126</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

AISP - Áreas Integradas de Segurança Pública  
BID - Banco de Interamericano de Desenvolvimento  
CID - Classificação Internacional de Doenças  
CIODES – Centro Integrado Operacional de Defesa Social  
DASP - Departamento de Administração do Serviço Público  
DATASUS - Departamento de Informática do SUS/MS  
ES – Espírito Santo  
GPAE - Grupo de Policiamento em Áreas Especiais  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MS - Ministério da Saúde  
OMS - Organização Mundial de Saúde  
ONG - organizações não-governamentais  
Pelc - Projeto Esporte e Lazer na Cidade  
PEV - Plano de Enfrentamento da Violência  
PMES – Polícia Militar do Espírito Santo  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPS – Política Pública de Segurança  
PROCON - Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor  
Pronasci- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania  
PROPAS - Planejamento de Ações de Segurança Pública  
RISP - Regiões Integradas de Segurança Pública  
RJ - Rio de Janeiro  
SEAE – Secretaria Extraordinária de Ações Estratégicas  
Secom - Secretaria de Comunicação  
Seppir - Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial  
SESP – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social  
SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade  
SP - São Paulo  
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS.....	15
1.2 JUSTIFICATIVA .....	15
1.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	17
1.4 METODOLOGIA.....	23
<b>2 A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA.....</b>	<b>28</b>
2.1 OS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA E DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	29
2.2 BREVE HISTÓRICO DA GESTÃO PÚBLICA .....	32
2.3 DESENVOLVENDO POLÍTICAS PÚBLICAS .....	34
2.4 GERENCIANDO A SEGURANÇA PÚBLICA.....	38
2.5 EXEMPLOS DE GERENCIAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA .....	42
<b>2.5.1 Tolerância Zero e Janelas Quebradas .....</b>	<b>43</b>
<b>2.5.2 Caso de Bogotá .....</b>	<b>43</b>
<b>2.5.3 Fica Vivo.....</b>	<b>45</b>
<b>2.5.4 O Caso de São Paulo.....</b>	<b>46</b>
<b>2.5.5 Caso de Diadema ( SP).....</b>	<b>47</b>
<b>2.5.6 Pronasci e Brasil Mais Seguro .....</b>	<b>49</b>
<b>2.5.7 Pacto Pela Vida.....</b>	<b>50</b>
<b>2.5.8 Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).....</b>	<b>51</b>
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO: PROGRAMA ESTADO PRESENTE, ANTECEDENTES E SUCESSOR .....</b>	<b>53</b>
3.1 OS HOMICÍDIOS COMO VETOR DE PPS .....	53
3.2 O USO DAS INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS PELA SEGURANÇA PÚBLICA .....	56
3.3 OS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS NO BRASIL .....	58
3.4 OS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (ES).....	59
3.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO ES.....	62
<b>3.5.1 Planejamento de Ações de Segurança Pública (PROPAS) (1999-2001) ....</b>	<b>62</b>
<b>3.5.2 Plano de Segurança Pública (2002 – 2006) .....</b>	<b>65</b>
<b>3.5.3 Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (2007-2010).....</b>	<b>68</b>
<b>3.5.4 Plano/Programa de Enfrentamento a Violência (2008-2010).....</b>	<b>70</b>
<b>3.5.5 Programa Estado Presente em Defesa da Vida (2011-2014).....</b>	<b>73</b>

<b>3.5.6 Ocupação Social – 2015 (em implementação)</b> .....	<b>81</b>
<b>4 - O PAPEL DA MÍDIA NA AREA DE SEGURANÇA PÚBLICA</b> .....	<b>85</b>
4.1 DE QUE MÍDIA ESTAMOS FALANDO?.....	86
4.2 O PAPEL DA IMPRENSA NA SEGURANÇA PÚBLICA.....	87
4.3 A MÍDIA, A VIOLÊNCIA URBANA E A CULTURA DO MEDO .....	89
4.4 O QUE A MÍDIA TAMBÉM PODERIA DIVULGAR? .....	92
<b>5 O PROGRAMA ESTADO PRESENTE NOS JORNAIS IMPRESSOS</b> .....	<b>102</b>
5.1 PARTES DE UMA MATÉRIA JORNALISTICA E ANÁLISE DE CONTEÚDO...	102
5.2 TABELAS DE PESQUISA E RESULTADOS ENCONTRADOS.....	106
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>132</b>
<b>APÊNDICE A Quadros Analíticos</b> .....	<b>144</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo no Brasil em relação ao fenômeno da violência conjuga diversos fatores que fazem parte do cotidiano da população: o crime, o criminoso, a percepção de segurança, a opinião dos meios de comunicação, as ações públicas para darem respostas à população, o papel dos governantes e administradores públicos, a polícia e ainda a participação da sociedade na resolução desse problema. As políticas públicas na área da segurança têm demandado um caráter mais técnico, mais distante das questões político partidárias e mais próximo das ações de estado com a finalidade de resolver as demandas que o fenômeno suscita ou exige.

Um exemplo dessas ações foi o Programa Estado Presente em Defesa da Vida implantado em 2011 no Estado do Espírito Santo. O referido programa fez parte do objeto de estudo dessa pesquisa. Analisamos o tratamento midiático dado pelos principais jornais locais impressos (A Gazeta e A Tribuna) em relação às políticas públicas de segurança e em particular o caso do Programa em tela. Coletamos, analisamos e interpretamos com base na literatura nacional o como e quanto à mídia (os jornais impressos) apresentou o programa no seu noticiário diário.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi suscitada uma questão inicial (problema): Em que medida os jornais impressos de maior circulação do Estado do Espírito Santo (A Gazeta e A Tribuna) apresentaram/publicaram notícias sobre o Programa Estado Presente em Defesa da Vida?

Com essa pergunta surgiu uma hipótese, que os principais jornais locais impressos, especificamente A Gazeta e A Tribuna, não deram tratamento qualificado e necessário as ações do Programa Estado Presente e não divulgaram as ações do programa impossibilitando que a população tenha conhecimento de como o estado está tratando o fenômeno da violência e criminalidade e como poderiam participar dessas ações.

Insta salientar que não estamos aqui suscitando que a mídia deveria, muito menos, teria como responsabilidade a valorização das ações do Estado, o que seria ingenuidade afirmar. Na verdade, buscamos analisar e lançar luz no tratamento da mídia em relação à violência e as ações de controle e prevenção. Será que as principais agências que compõem mídia, respeitando os princípios da imparcialidade, isonomia e democracia, enquanto corporações de utilidade pública e

potencializadoras do instituto da função social estão abordando a problemática da segurança pública enfocando, de forma equilibrada e coerente, seus aspectos intrínsecos e correlatos negativos e positivos?

Filho (2004) afirma que a mídia apresenta muito mais a violência em detrimento da solução, por desconhecimento ou intencionalmente, muitas vezes comprometendo a imagem dos órgãos de segurança, intensificando o medo, favorecendo o crescimento das empresas privadas de segurança e tudo isso em função da manutenção de sua audiência.

Alguns seguimentos da mídia têm promovido o convívio e a crescente tolerância da sociedade com a violência, estimulando as ações e reações que provocam constrangimento e pânico (FILHO, 2004, p. 39).

Porto (2002) fortalece esse argumento quando em sua pesquisa chega à conclusão que 86% dos perguntados sobre questões da mídia consideram que notícias sobre violência ajudam a vender mais jornais. A autora conclui que a mídia responde as expectativas da sociedade. Se a sociedade quer ver e ler sobre violência e os jornais querem/precisam vender, então em razão da necessidade de audiência, publica-se violência.

E como desdobramento da hipótese vimos que ao invés de divulgar as experiências positivas dos programas públicos como atores sociais, se limitaram a divulgar a área da segurança pública como um crítico externo que não sofre com as nuances da sociedade.

Tendo em vista a complexibilidade de obter de forma científica as respostas ao problema apresentado e o confronto das hipóteses, investigamos o fenômeno coletando essas repostas a partir dos próprios jornais.

De posse dos dados coletados nas mídias impressas, relacionamos e confrontamos a mídia oficial e publicitária governamental no mesmo período a fim de proporcionar a identificação das formas de tratamento dispensado como: eventos relacionados, página do periódico, tamanho e qualidade da matéria noticiada e a frequência com que as informações das ações governamentais foram publicadas.

Analisamos detalhadamente a fim de proporcionar interpretação adequada a essas informações obtidas. Com esse trabalho buscamos extrair algumas conclusões que podem ajudar aos gestores da segurança pública a comunicarem melhor suas ações, por meio dos jornais locais impressos, a sociedade.

Intentamos chegar a considerações de como a mídia local poderia como um parceiro informar e orientar a sociedade sobre as ações dos programas públicos de segurança. Como a mídia poderia contribuir para que a sociedade se engajasse e



interagisse socialmente em prol do acompanhamento em busca da diminuição dos índices de violência/criminalidade e ainda aumentar a sensação de segurança. Esses estudos podem subsidiar também a sociedade com dados e informações para que essa possa monitorar os governantes e os resultados de suas ações. Essas considerações foram devidamente explanadas no capítulo final.

## 1.1 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste estudo foi analisar o tratamento midiático dado pelos principais jornais locais impressos, A Gazeta e A Tribuna, em relação às políticas públicas de segurança do Programa Estado Presente em Defesa da Vida entre os anos de 2012 a 2014.

Já como objetivos específicos analisamos o número de notícias publicadas nos jornais impressos, A Gazeta e A Tribuna, sobre o Programa Estado Presente de 01 de Janeiro de 2012 até 31 dezembro de 2014 e verificamos o quanto e como foi publicado sobre o Programa.

Ainda trabalhamos no intuito de identificar onde nos jornais e com que frequência o termo Estado Presente foi divulgado na mídia, bem como identificar as formas de tratamento dispensado pelos jornais impressos.

No desenvolver dos objetivos específicos anteriores também analisamos e interpretamos como os dados coletados nesta pesquisa poderão ajudar aos gestores da segurança pública a comunicarem melhor as ações na área da segurança pública por meio dos jornais locais impressos a sociedade.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Estudar questões relacionadas à violência e à criminalidade é imperioso não só para gestores públicos na área da segurança, mas também para as academias produtoras de conhecimento, universidade e faculdades. Esses estudos objetivando a melhoria da qualidade de vida da população e a possibilidade de um futuro com uma sensação de segurança e índices de criminalidade/violência menores são esforços que devemos buscar enquanto sociedade contemporânea.

Considerando ainda que a população do Brasil e o Estado do Espírito Santo sofrem com o fenômeno do aumento da violência, da sensação de insegurança e da ineficácia de alguns planos e políticas de segurança pública é necessário um

aprofundamento em pesquisas desse multifacetado, interdisciplinar e complexo problema.

Os estudos da violência não envolvem somente a área de segurança pública, outras áreas como infraestrutura, saúde e educação também estão correlatas ao fenômeno.

Buscamos informações úteis da área da administração pública e da comunicação social para contribuir com o trabalho diário daqueles que militam na segurança pública e por fim propiciar a solidificação do pacto social pela paz, a consolidação ou redirecionamento das políticas públicas.

As reflexões dessa pesquisa ainda poderão proporcionar alternativas de como melhorar a percepção das ações estatais a fim de prestar contas à sociedade que ao final são o público alvo do serviço prestado pelo estado.

Já em relação à importância dos meios de comunicação Chinem (2003) afirma que:

Quem trabalha com comunicação sabe que a informação tem uma função social, não deve ser apenas um negócio. Como toda função social, a informação não deve ficar sujeita ao arbítrio de quem a opera, porque a transformação da informação outorga poder, e toda sociedade está vigilante e organiza-se para que esse poder seja socialmente exercido (CHINEM, 2003, p. 15).

Chinem (2003) afirma ainda que o poder de influência perante a opinião pública e, em decorrência, a capacidade de interferência na realidade conferem atualmente à mídia um papel de relevância no contexto social em que atua.

Finalmente esperamos que esses estudos, em Segurança Pública, Gestão de Políticas Públicas e Comunicação, possam contribuir para chegarmos aos objetivos deste trabalho e também orientar outras ações e políticas públicas de segurança que venham a surgir.

São várias as motivações para cursar o Mestrado Profissional em Segurança Pública e para realizar o relatório final da pesquisa proposta, uma delas é a melhoria no serviço prestado na Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, onde há 12 anos estamos trabalhando na Assessoria de Imprensa e Comunicação da Instituição.

Na Assessoria tivemos a oportunidade de fazer vários cursos e analisar a questão da segurança pública com outro viés, devido a ser um órgão de assessoramento e consultoria a assessoria acaba por lidar com a análise da conjuntura social em que a instituição está inserida afim de prestar informações uteis para os gestores da segurança pública do Estado na tomada de decisão, além

da atividade principal de monitorar e orientar a posição da instituição em relação aos meios de comunicação.

Todo plano individual escolhido no curso e o projeto de pesquisa da dissertação do mestrado foi voltado para que houvesse melhor aproveitamento acadêmico e também da atividade profissional exercida na instituição que poderão ser aproveitados no uso, avaliação e no andamento das ações públicas de segurança.

Com o desejo de realização pessoal e de servir melhor nessa frente de trabalho e estudo, que já atuo, me disponibilizei para cumprir o programa de mestrado e focando nos estudos acreditando assim que poderemos contribuir melhor como servidor público policial civil e dar um retorno social mais qualificado.

### 1.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estudos sobre a violência no Brasil e no Estado do Espírito Santo nos deram uma diretriz para realizarmos uma pesquisa bibliográfica que responda as questões propostas no objetivo do trabalho.

Usamos como um dos parâmetros os estudos sobre a violência como define Benjamim (1971) (apud MICHAUD, 1989) onde depois de pesquisar o tema resume que:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p 10).

Nesse sentido e no contexto de nossa pesquisa surgiu um foco de estudo dessa violência, os homicídios, que diversos pesquisadores vêm tratando como um dos males de nossa contemporaneidade brasileira.

Cerqueira (2013), Costa e Balestreri (2010), Cano (2006), Ferreira, Lima e Bessa (2009), Lira (2009), Saporì (2011), Soares (2006), Zanutelli et al (2011) e Waiselfsz (2011; 2013), além de muitos outros que poderiam ser citados, são alguns dos estudiosos do fenômeno violência que buscam solução para essa trágica realidade que é o aumento dos crimes contra a vida nos últimos anos no Brasil.

Os crimes contra a pessoa para esses autores devem ser tratados como uma prioridade não só a ser pesquisada, mas visando a diminuição de suas ocorrências, e deve ser um alvo a ser perseguido pelos gestores do Estado.

Dentro de nossa delimitação espacial, Cerqueira (2013), tratando da questão da segurança pública no estado do Espírito Santo, enfatiza que a violência e a criminalidade em terras capixabas não são processos generalizados, mas essa distinção ocorre em relação ao restante do país, no que tange ao número de homicídios por 100 mil habitantes.

Cerqueira (2013) afirma que o estado esteve em 1980 em 5º lugar no ranking nacional e em 2010 chegou a estar na 2ª colocação e que nas últimas três décadas o estado sempre esteve entre os cinco primeiros da lista de estados com maiores índices de homicídios no Brasil.

Não é diferente a posição de Waiselfisz (2013) que apresenta o Mapa da Violência 2013 demonstrando o comportamento do índice de homicídios no Brasil desde o ano de 1980 e também na proporção para cada 100.000 habitantes. O estado do Espírito Santo prefigura no topo da lista em diversos anos seguidos e em diversos seguimentos sociais, e segundo o autor os números assustam chegando a taxa de 57,2 por 100 mil/habitantes em 2009 contra 26,9 do índice brasileiro no modo geral. Waiselfisz (2013) concluindo sua pesquisa trata o índice entre jovens como verdadeiro extermínio da juventude no Espírito Santo.

Outro fator que deve ser levado em conta ao apresentar as estatísticas como afirma Zanotelli et al (2011) é que os indicadores são formados a partir das ocorrências registradas pelas polícias e que muitas vezes a vítima não procura as agências policiais para a devida declaração dos fatos sofridos, gerando assim um nível de subnotificação.

Para Zanotelli et al (2011) a subnotificação é um fenômeno que deve ser considerado para as análises de violência, principalmente de crimes de menor gravidade, como agressões corporais leves e ameaças, por exemplo, mas que são de grande valia para os estudos da violência criminalizada.

Zanotelli et al (2011) em sua análise sobre a violência letal no Estado do Espírito Santo insere um outro elemento a ser considerado pelos envolvidos com a área da segurança pública, que é o papel da imprensa.

Espíndula et al (2006) descreve o papel da imprensa em sua pesquisa sobre as representações sociais do adolescente em conflito com lei em material jornalístico em dois planos:

[...] um que procura narrar as notícias do dia, cumprindo a sua função informativa, e outro, no qual se configura e expressa um sistema de valores, configurando o jornal como sujeito de enunciação. Nesse sentido, podemos afirmar que a mídia não cria preconceitos, julgamentos ou verdade, mas “absorve” o imaginário social, dando-lhe roupagem especial, tecnicamente

sofisticada e específica, a fim de agradar os mais diferentes estratos sociais e aos mais variados tipos de leitores (ESPÍNDULA et al, 2006, p.12).

Menandro e Souza (1991) apresentam um contraponto a essa definição quando destacam que:

É indispensável reconhecer que as notícias, como produto acabado, podem ter sido impregnadas de interesse pessoais dos jornalistas e redatores, que estão submetidos a empresas editoriais passíveis de pressões econômicas, políticas e religiosas, mas, não obstante, podemos seguramente afirmar que as notícias contêm verdades. (MENANDRO E SOUZA 199, p.55)

Sendo assim ainda precisamos diferenciar os meios de comunicação que estamos abordando. Bezerra e Grillo (2014) divide os segmentos que produzem jornalismo em dois grupos:

O primeiro grupo chamado de “grande mídia” que seria segundo os autores:

Os grupos organizados na forma de conglomerados empresariais que extraem suas rendas a partir da verba publicitária de seus anunciantes e que, embora falem com um grande contingente, possuem uma estrutura centralizada, à maneira das corporações industriais do século XX (BEZERRA; GRILLO, 2014, p.196)

O segundo grupo é chamado de “midiativistas” ou “midialivristas” por Bezerra e Grillo (2014) onde indivíduos com interesses comuns se unem para divulgar por diversos meios tecnológicos, de forma independente e sem uma hierarquia, trabalham para dar publicidade a discussões sociais e denúncias de abuso de autoridades governamentais.

A pesquisa, que aqui se insere, tem como objeto de estudo nessa classificação o primeiro grupo, que se caracteriza por pertencerem a empresas privadas que é o caso do jornal A Gazeta e o jornal A tribuna. O jornal A Gazeta pertence a Rede Gazeta que se intitula:

Maior grupo de comunicação do Espírito Santo, a empresa foi fundada em 1928, com o jornal A Gazeta, que completou 86 anos em setembro de 2014. Desde 1949, a família Lindenberg assumiu o controle acionário do jornal A Gazeta e soube dar passos importantes e decisivos para o crescimento do grupo, que possui 20 negócios na área de comunicação (REDE GAZETA, acesso em 23 de Jul. de 2015).

E o jornal A tribuna foi fundado em 1938 e é parte do grupo empresarial Rede Tribuna Comunicação que é em suas palavras:

[...] empresa com sede em Vitória-ES e filial em Recife-PE, pertencente ao Grupo João Santos. Em Recife é formada pela TV Tribuna, afiliada a Rede Bandeirantes e pela rádio Tribuna FM. Em Vitória, é formada pela TV Tribuna, emissora afiliada do SBT, cuja programação regional é líder de audiência; rádios Tribuna AM, Tribuna FM Cachoeiro e Tribuna FM Vitória; o provedor de internet Tribuna Online e pelo jornal A Tribuna - líder em

Cabe ainda apresentar as diferenças de outro grupo de meios de comunicação que está no campo da comunicação pública. A Dra. Elizabeth Pazito Brandão em seus trabalhos de pesquisa sobre a comunicação pública no Brasil e no mundo identifica vários tipos de comunicação pública.

Usamos aqui o conceito quando a ela é apresentada como “Comunicação de Estado e/ou Governamental” que seria conforme Brandão (2006): “a dimensão da comunicação pública que entende ser responsabilidade do Estado ou do Governo estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos”.

Tendo feito esse breve parêntese sobre os meios de comunicação voltamos para as considerações iniciais sobre o tratamento da mídia em relação a violência.

Zanotelli et al (2011) relata que o Estado do Espírito Santo não foge a regra em relação ao restante do país no que tange ao tratamento dado pela mídia nos últimos anos aos fatos cotidianos da violência. A violência, o crime, a insegurança são destaques na mídia diariamente, de forma sensacionalista e muitas vezes descompromissada com a Segurança Pública se preocupando somente com os índices de audiência.

Para Lira (2006) há uma constante sensação de insegurança e ampliação do referido medo, com o aval ou apoio midiático da violência, os habitantes das grandes cidades encontram-se em uma incessante corrida pela segurança. E para Baiert (apud LIRA, 2006) o medo social referente à violência é agravado, dentre outras variáveis, por três fatores: os elevados índices de criminalidade, ineficiência dos órgãos de segurança e justiça e pela exacerbada cobertura que a mídia dá para atos delituosos.

Souza (2008) afirma que a mídia em relação à sensação de segurança e o medo urbano, comumente se encarrega de amplificar e retroalimentar esses sentimentos. E num ciclo em que o crime rende boas manchetes, o medo do crime faz vender jornais e encontra por sua vez na população, um consumidor compulsivo e ampla audiência.

Esses fatores relacionados à sensação de segurança (ou insegurança) mudam as configurações das cidades, as atitudes das pessoas e as ações governamentais. No que tange a mídia Lira (2006) observa que essa corrida pela produção de matérias sobre violência e com viés do sensacionalismo e

espetacularização não favorecem um debate técnico e nem o surgimento de soluções possíveis para a área da segurança pública.

Antes disso, a banalização da violência, dissemina o medo e apresenta soluções simplistas e a curto prazo, como a contratação de segurança privada de forma irresponsável, o aumento na venda de artigos e equipamentos de segurança e a cobrança equivocada de certas políticas de segurança públicas, muitas vezes ineficientes ou sem comprovações científicas de sua eficácia.

Pastana (2003) alerta que o surgimento da cultura do medo reflete a crença que vivemos numa época perigosa e que devido aos altos índices de criminalidade violenta justificaria legitimar posturas autoritárias na sociedade, criando um forte desejo na população por punição.

Segundo a autora essa obsessão por segurança é consolidada pela qualidade dos programas e noticiários jornalísticos que tratam a violência e a criminalidade como um produto a ser consumido por leitores, telespectadores e internautas. Que por fim redonda em um ciclo vicioso de produção de medo e sensação de insegurança.

Em resumo essa somatória de ações da mídia acaba por colaborar com que Pastana (2003) define de cultura do medo que é se aproveitar da violência para aumentar sua venda de jornais ou outro produto midiático.

A autora trata o medo como sendo utilizado para influenciar política e ideologicamente, criando e intensificando a sensação de insegurança principalmente em ambientes onde há um desarranjo social:

A imprensa especializada muito se aproveita da exposição dos “crimes bárbaros”. A “consciência coletiva” nos leva, cada um, ao lugar da vítima e, por projeção, desejamos o aumento do combate ao crime pelo endurecimento das leis (PASTANA, 2003, p. 9).

Isso só acontece porque os meios de comunicação em massa têm uma característica, conforme Lopes (1999), de serem “aguçadores de tensões sociais”. À medida que a mídia apresenta as pessoas que há uma necessidade de consumir, seja coisas materiais ou imateriais, potenciais ou efetivas, e que os recursos, inclusive estatais, para suprimento dessas tais necessidades são escassos, acaba por gerar na população um nível de consciência dessas discrepâncias fazendo-as se desesperarem para alcançá-las.

Para Lopes (1999) os meios de comunicação em massa desempenham dois papéis centrais, na forma de difusores do efeito-demonstração do estilo de vida urbano e a forma de agências de socialização antecipada.

Por isso é importante entendermos como os meios de comunicação podem melhor apresentar a população as ações e políticas públicas de segurança, bem como ajudá-la a entender o fenômeno da violência e da criminalidade. Podendo assim a mídia cooperar para a melhoria das relações de convívio social fazendo com que suas informações sejam a cada dia mais úteis a sociedade.

Por isso Fleury (2000) assevera que para amenizar as perdas de tempo e recursos devem os gestores públicos da área da segurança se aprofundarem não só em temas relativos a violência e criminalidade mas também nos que tangem a gestão de políticas públicas e suas particularidades sempre fazendo as devidas adaptações para suas realidades.

Para o autor se a mídia influencia a população e por sua vez influencia os gestores de segurança na criação de políticas públicas equivocadas ou ineficientes precisamos entender mais das teorias contemporâneas sobre administração públicas e suas implicações para evitar cairmos nesse labirinto que não tem saída:

Essa necessidade de uma reorientação da análise de políticas públicas, aqui exposta a partir de uma análise da realidade brasileira, está de acordo com a tendência do neo-institucionalismo de dirigir a sua atenção não apenas para as instituições em si, mas também para os próprios atores políticos. O neo-institucionalismo busca contribuir para o aumento da capacidade dos atores políticos de compreender o funcionamento das instituições políticas e, desta maneira, saber conduzi-las de forma mais eficiente (FREY, 2000, p. 233).

Diante desse grande desafio, do aumento de homicídios, os gestores públicos implantam programas e políticas buscando interligar áreas, harmonizando ações e criando políticas públicas específicas para enfrentar o problema de forma técnica e urgente. No caso do Estado do Espírito Santo, como Cerqueira (2013) descreve, algumas dessas particularidades foram levadas em conta na criação do Programa Estado Presente em Defesa da Vida que será objeto de estudo desta pesquisa:

Com a economia recuperada e o aparelho estatal saneado, em 2011 foi inaugurado o programa “Estado Presente”, que se constitui numa das mais qualificadas intervenções em segurança pública no país, em que o foco é a ação preventiva em áreas de maiores vulnerabilidades socioeconômicas, balizada por indicadores precisos e georreferenciados, que levam em conta a complexidade urbana e social dos territórios (CERQUEIRA, 2013, p. 58).

Por isso foi necessário fazer uma análise de áreas correlatas a violência. Gestão e comunicação, a mídia e sua influencia nas políticas públicas, o papel dos



jornais impressos em nosso cotidiano, enfim tudo que possa subsidiar os gestores públicos a se aprofundarem e dominarem mais as especificidades do seu trabalho em prol da sociedade.

#### 1.4 METODOLOGIA

Com o objetivo de responder as questões levantadas na problematização da presente pesquisa realizamos um estudo sobre os temas Gestão de Políticas Públicas, Segurança Pública, Comunicação e também buscamos informação sobre o Programa Estado Presente. Esse estudo foi de caráter científico para que tenha utilidade não só acadêmica, mas também que possa objetivamente colaborar com a melhoria da gestão pública. Para isso conforme Vergara (1998) realizamos uma pesquisa racional e sistemática utilizando as técnicas da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental.

Uma pesquisa por quê? Porque segundo Gil (1991), pesquisa é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

E quanto aos fins segundo Vergara (1998) essa pesquisa foi do tipo descritiva. Porque apesar dessas áreas (Comunicação e Políticas Públicas de Segurança) possuírem pesquisas, elas são separadas. A investigação descritiva se deu devido a necessidade de descrever as percepções e expor as características desse fenômeno.

Vergara (1998) informa que deve o pesquisador no estudo descritivo também estabelecer correlações entre as variáveis e definir a natureza dessas variáveis, não se preocupando inicialmente em explicar os fenômenos que descreve.

Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica, que é parte da pesquisa descritiva, onde foi estudada a literatura referente a gestão de políticas públicas, o gerenciamento, a implantação e o controle de programas públicos que visam a diminuição dos índices de violência e criminalidade.

Também foram pesquisados o papel e a influência da mídia e a comparação dessas áreas. Utilizamos os conceitos e a prática da Análise de Conteúdo trabalhada por Bardin (1997), além das características que envolvem o tema imprensa escrita em jornais periódicos.

Após a primeira fase, bibliográfica, demos continuidade com uma pesquisa documental trabalhando com fontes documentais. Coletando informações de

primeira e segunda mão nos documentos oficiais e publicados sobre o Programa Estado Presente, sua implementação, seus subprogramas e suas ações. Também coletamos reportagens dos jornais A Gazeta e A Tribuna desde janeiro de 2012 até dezembro de 2014 para futuro cruzamento dos dados.

A escolha desses dois veículos de comunicação se deu por serem os jornais de maior circulação no Estado do Espírito Santo e com cobertura em todo território. Segundo Brasília (2012), apesar de todo avanço tecnológico o seguimento jornais ainda apresenta uma tendência de crescimento no país, muitos dos recursos tecnológicos tem sido usados pelos meios de comunicação para que se mantenham no mercado os jornais impressos.

Brasília (2012) apresenta uma lista com os 50 maiores jornais do país onde é realizada a média da tiragem de jornais. Nesse ranking o Jornal A Tribuna aparece na 18<sup>o</sup> posição com uma tiragem diária de 63.659 jornais em média e o Jornal A Gazeta na 43<sup>o</sup> posição com 26.616 exemplares.

Ainda segundo Brasília (2012) o seguimento jornais nos últimos nove anos cresceu 1000% e tornou-se a segunda maior plataforma de comunicação regional e que a cada dia esses veículos vêm apresentando dados e informações que assegurem sua circulação e sobrevivência.

Entretanto, mesmo sabendo da relevância que os jornais impressos têm no seu serviço de levar a população informações essenciais, a mídia muitas vezes não dá atenção a algumas informações que também seriam importantes para a população acompanhar as atividades públicas e também cobrar de suas governantes ações mais focadas e/ou redirecioná-las.

A título de exemplo e para colaborar com a hipótese inicial, descrita inicialmente nessa pesquisa, realizamos uma coleta limitada nos jornais citados (A tribuna e A Gazeta), buscando a presença da palavra Estado Presente nas publicações dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014.

Essa coleta não teve a intenção de analisar o como e o onde o Programa é apresentado nos jornais. Buscamos a aparição do termo nas páginas jornalísticas, seja no texto ou em fotos onde aparece o emblema/logomarca que tem a inscrição Estado Presente. O resultado foi de 23 aparições, sendo 12 no jornal a A Gazeta (5, 2, 5 registros) e 11 na Tribuna (2, 5, 4 registros) (respectivamente janeiro, fevereiro e março).

Cabe ressaltar que nesse período da coleta vários eventos ocorreram e influenciaram diretamente a área da segurança pública: feriados e festividades da

virada de ano, coberturas jornalísticas sobre o verão e seus eventos, a preparação dos balneários do estado para receber os turistas, o feriado de carnaval e ainda ocorre por parte do estado publicações de balanços do ano anterior e estatísticas policiais sobre os feriados e eventos. Esses acontecimentos são todos planejados e fizeram parte das políticas públicas do Programa Estado Presente.

Do outro lado a mídia explora exaustivamente as questões de segurança, ou melhor, da insegurança nesses acontecimentos sociais. Então nessa coleta dos jornais, que ainda não passaram por tratamento científico adequado, já observamos que é muito baixo o número de divulgações das ações públicas desse programa. Na pesquisa pretendemos nos aprofundar mais sobre esse fenômeno.

Buscamos nesses jornais desde 01 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2014, informações sobre o Programa Estado Presente. Coletamos e organizamos essas notícias de modo que possamos analisar mais minuciosamente essas publicações.

Depois dessa etapa usamos esse material para realizar a análise de conteúdo usando conhecimentos e orientações de Bardin (1997) e para análise do discurso conforme Mari et al (1999) analisando a frequência das publicações e como e onde no jornal divulgou o programa e as ações na área da segurança pública. Organizamos, analisamos e apresentamos com as devidas observações o resultado dessa pesquisa.

Por fim cruzamos as informações das duas fases, a bibliográfica e a documental, buscando quantificar e qualificar os resultados obtidos. Essa fase de interpretação dos dados é de suma importância para conclusão de um trabalho de pesquisa, onde nos empenharemos em analisar e interpretar os dados organizados e tabulados durante a investigação. Com essas orientações apresentamos nossas conclusões e considerações sobre a problemática.

Visando averiguar/complementar os resultados alcançados pela pesquisa nos jornais, realizamos entrevistas com Gestores estratégicos para as políticas públicas implementadas no estado do Espírito Santo nos últimos dez anos. A princípio essas entrevistas foram realizadas com o objetivo de capturar as percepções dos gestores sobre a evolução das políticas capixabas de segurança pública, bem como as formas de abordagem, potencialidades e adversidades da atuação da imprensa na cobertura dos fatos relacionados aos programas e ações de prevenção e repressão, em especial o Programa Estado Presente.

Também realizamos entrevistas abertas, semiestruturadas com os Secretários de Segurança Pública e Defesa Social e da Secretaria Extraordinária de Ações Estratégicas do Estado do Espírito Santo que antecederam o Programa Estado Presente, durante sua vigência e imediatamente após.

As entrevistas foram gravadas e depois transcritas e remetidas aos participantes para aprovação final já que o conteúdo faria parte da composição do trabalho e das devidas conclusões.

Os encontros para realização dessa etapa foram em locais e horários pré-definidos com os participantes.

Entrevistamos para configurar a política pública de segurança, Plano de Enfrentamento da Violência, e o Programa Estado Presente o atual Secretário de Segurança e Ex- Secretário Extraordinário de Ações Estratégicas André Garcia que participou das duas ações. Também entrevistamos visando dar continuidade aos estudos da evolução das políticas públicas o atual Secretário Extraordinário de Ações Estratégicas e ex- secretário de Segurança Pública Evaldo Martinelli que vem desenvolvendo o Programa Ocupação Social do governo do Estado do Espírito Santo a partir de 2015.

Justifica-se a escolha de tais sujeitos por serem os que participaram diretamente da constituição ou reestruturação das políticas públicas de segurança e tivemos o propósito de termos uma perspectiva de trazerem novos elementos e consolidar outros que não constavam nos documentos oficiais.

Os procedimentos para a entrevista compreenderam uma abordagem direta, num processo de conversação, através de tópicos em relação à temática, seguindo o seguinte roteiro balizador:

1. Quais os principais fatores que contribuíram para diminuição dos índices de homicídios no ES a partir de 2009?
2. Que fatores têm contribuído para manutenção dos elevados índices de homicídios e criminalidade nos ES?
3. Como as Políticas Públicas de Segurança (PPS) impactaram e impactam os índices de homicídios?
4. Diante desse diagnóstico podemos dizer que está havendo uma evolução dos modelos de PPS no ES? Como?
5. Qual o papel do gestor na área da Segurança Pública no sucesso ou realização da PPS?

6. Como a mídia retrata as PPS em seu cotidiano? E especificamente os Jornais impressos, A gazeta e A tribuna?
7. O que a mídia poderia fazer para contribuir mais na implantação e/ou melhorias nas PPS?
8. Como os gestores das PPS pensam o envolvimento dos meios de comunicação na implantação dessas ações?

Destacamos que as entrevistas foram de suma importância para complementarmos as informações obtidas através da pesquisa bibliográfica e documental do capítulo três, com essas questões respondidas tivemos a oportunidade de alinhar o nexos temporal dos planos e programas de segurança produzidos no estado do Espírito Santo e a medida que eles foram sendo implementados, entendendo o porque e como foram elaborados.

Outra informação importante no contexto metodológicos que utilizamos os dados do SIM/Datasus, principalmente no capítulo três, para apresentar os índices de homicídios no Estado do Espírito Santo.

Também com essas questões respondidas extraímos informações que nos ajudaram a compreender especificamente como o Programa Estado Presente foi formulado e desenvolvido, bem como entender como os gestores de segurança perceberam e percebem as políticas públicas, a mídia e a evolução dessas ações em prol da segurança pública e introduzir informações sobre o recente e em implementação Programa Ocupação Social.

## 2 A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

O presente capítulo tem como objetivo apresentarmos algumas práticas da gestão de políticas públicas na área da segurança, tanto no Brasil como de outros países, que tiveram sucesso ou aparecem como destaque na literatura da área, isso com a finalidade de ressaltar a importância e a necessidade que os administradores públicos têm de priorizar as boas práticas da gestão e prestação de contas a população.

Nesse capítulo buscamos na bibliografia nacional, livros e artigos, que abordassem as áreas da gestão pública em correlação com segurança pública, no primeiro momento destacamos os desafios da gestão pública e da segurança pública contemporânea, passando por um breve histórico da administração pública e o desenvolvimento das políticas públicas, sua implementação e os requisitos necessários.

Caminhando para o final dessa etapa apresentamos mais especificamente a forma de gerenciamento da área da segurança pública e suas nuances particulares e finalmente citamos resumidamente alguns exemplos de gerenciamento em segurança pública que são destaque na literatura, como as experiências do Tolerância Zero Nova York e o caso de Bogotá na Colômbia.

No âmbito nacional apresentamos o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e o programa Brasil Mais Seguro com o objetivo de identificarmos as diretrizes das políticas atuais, e como exemplos nos estados destacamos o Pacto pela Vida em Pernambuco, no Rio de Janeiro as Unidades de Polícia Pacificadora, em Minas Gerais o Programa Fica Vivo e em São Paulo o trabalho realizado para diminuição dos homicídios e ainda o caso do município de Diadema também em São Paulo.

A lista de programas não é um guia exaustivo e também não pretende medir hierarquia de resultados entre eles ou entre outros programas existentes. Os programas devem ser observados conforme os devidos recortes temporais propostos, pois não há uma atualização de todas as ações, o que no futuro pode fazer parte de novas e/ou outras pesquisas.

Poderíamos ter citado ainda a implementação do Pacto Pela Vida na Bahia, A Vila Cidadã em Curitiba, as ações de Delegacia legal no Rio de Janeiro, as diversas experiências das guardas municipais e muitos outros projetos que estão sendo

desenvolvidos também com êxito. A intenção de descrever em breves linhas esses programas e projetos citados é de simplesmente exemplificar as ações que foram tomadas com bases nas modernas formas de gerenciar as políticas públicas de segurança no Brasil.

## 2.1 OS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA E DA SEGURANÇA PÚBLICA

Muitos são os desafios que o gestor público tem enfrentado no Brasil contemporâneo. Problemas com escassos recursos para os investimentos estruturais e sociais que as cidades necessitam, a compreensão dos processos de transformação que a sociedade tem vivido são requisitos essenciais para que se possa gerenciar bem as instituições públicas. A chamada era da informação, o incremento de novas tecnologias na vida do cidadão e o papel que os meios de comunicação vêm exercendo no cotidiano da população também são alguns dos muitos e novos desafios contemporâneo.

Para Fundação Luís Eduardo Magalhães (2001) a rapidez das mudanças impostas pela economia mundial tem atingido todas as esferas do governo e em função disso devem os gestores se esforçar na busca pela modernização do serviço público com a finalidade de gerar assim produtos inovadores que consigam amenizar os impactos dessas mudanças.

A realidade atual apresentada por Souza (2012) nos mostra que entre os inúmeros desafios para o sucesso do processo de consolidação política da democracia no Brasil, é a segurança pública que se realça como o “Calcanhar de Aquiles” dos governos e que apresentam deficiências graves na transparência de suas ações e *accountability* (que é a contabilização, o controle e avaliação dos resultados).

Outro desafio destacado é a relação da área da segurança pública com a mídia. É um tema recorrente envolto de questões emocionais e muitas vezes sensacionalismo:

À medida que a expansão da mídia provoca uma mudança no comportamento humano, obrigando a sociedade a deter informação e o conhecimento do mundo a sua volta *in real time* no âmbito social, geográfico, cultural, político, etc., ela deixa de ser apenas um fator complementar no processo eleitoral, e torna-se uma profunda influência na formação de opiniões (FERREIRA; LUCENA, 2009, p.3).

Se a mídia forma opinião e influencia diretamente a população sobre o que entende ser a violência e a criminalidade, e se os gestores da segurança pública não

dispõem de um canal de participação eficiente para informação e prestação de contas de suas ações, as críticas e as indagações sobre os projetos e programas da área serão cada dia mais contundentes e cruciais para continuidade das políticas públicas da segurança.

Para Souza (2008) em seu livro *Fobópole* ao retratar a gestão pública dos centros urbanos discorre sobre o dilema da falta de planejamento. Há um problema real no crescimento desordenado dos centros urbanos, que evoluem sem uma direção ou plano básico de desenvolvimento, ainda assim surgem com alguns novos problemas para gestão pública que a cada dia carece de mais ação e mais profissionalismo baseados em informações comprovadamente científicas:

[...] tanto ou mais que a simples ausência de planos (características de muitas cidades), o que salta aos olhos é a inconstância e a falta de sistematicidade na sua produção, além da sua pouca ou pouquíssima efetividade. Mais recentemente, a mistificação em larga escala em torno da “participação” e da “gestão democrática da cidade” tornou-se o quadro mais complexo ou confuso, mas não muito diferente (SOUZA, 2008, p. 101).

Segundo o autor esses desafios se deram devido a forma de urbanização brasileira, que se concentrou nas metrópoles. As grandes cidades transformaram-se nas últimas décadas e viraram concentradoras dos recursos econômicos e da população que migra e cresce, acumulando assim os problemas num lugar só.

Para Souza (2000, p.13) muitos desses problemas sempre existiram nas pequenas cidades, mas agora junto com outros tantos, foram ampliados nas metrópoles, e essa amplificação se deu de forma rápida e dramática o que vem levando os gestores públicos a estudarem mais e mais aprofundadamente a problemática social metropolitana e que no final das contas é estudar a problemática das cidades no Brasil.

A grande questão de Souza (2000) exposta no seu livro *O Desafio Metropolitano* é: Como enfrentar esses desafios que nesse século assumem tão grande magnitude? Para chegar a essa resposta durante suas pesquisas lista alguns desses problemas que nos será útil no presente trabalho. O tráfico de drogas, a criminalidade violenta, a degradação ambiental, a crise dos movimentos sociais urbanos, a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial e enfim a ingovernabilidade são alguns dos principais desafios identificados.

Mas apesar dessa lista que parece só aumentar Souza (2000) também nos repassa uma visão otimista desse cenário, que essa crise metropolitana que o Brasil e que os gestores públicos estão inseridos é complexa e profunda, mas também que



é possível de se remediar e de se achar soluções plausíveis para que esses contextos melhorem.

Waiselfisz (2011), nos estudos do Mapa da Violência 2011, mostra quão alarmantes e quão desafiadores são os números da violência letal para os pensadores da segurança no Brasil. O autor deixa claro em seu estudo que não pretendeu realizar um diagnóstico da violência do país, pois seria impossível para seu projeto abranger 5564 municípios em 27 unidades federadas com 27 capitais e 10 regiões metropolitanas, mas citou os desafios encontrando durante a pesquisa e os problemas que a sociedade terá de enfrentar:

Todavia, é nítido que estamos lidando com a violência letal, isto é, a violência em seu grau extremo, que representa só a ponta visível do iceberg da modernidade de nossas relações sociais. Não se alude ao menos de forma direta, salvo em algumas exceções a outras tantas preocupações concomitantes que não são apenas do Brasil, mas de dimensão quase planetária. Assim não se fala diretamente do alarmante incremento do consumo de drogas e do narcotráfico; não se fala das diversas formas emergentes de dominação e controle territorial que disputam com o Estado a legitimidade do uso da violência, seja resultante do tráfico, milícias, de madeiras ilegais e interesses econômicos e políticos rondando grandes empreendimentos agrícolas no arco do desmatamento. Ou nas áreas da biopirataria ou nos municípios de fronteira na rota do tráfico, contrabando de armas e produtos etc. (WASELFISZ, 2011, p. 7).

Diante desses muitos obstáculos que administradores públicos devem transpor para efetivamente implantar políticas públicas que melhorem a qualidade de vida da população, sem dúvida o tema da violência urge com total urgência. Afinal de contas são vidas sendo ceifadas e patrimônios dilapidados. Os gastos com a segurança pública a cada dia vêm aumentando, o que nos leva também a questionar a qualidade desses gastos, já que a diminuição dos índices não é proporcional ao investimento gasto.

Essa questão também foi explicitada por Zanotelli, Raizer e Valadão (2007) que estudando o caso do Estado do Espírito Santo afirmam que não é um caso particular, mas sim uma característica estrutural da economia capitalista nacional e internacional:

[...] as taxas de criminalidade parecem incompatíveis com a expressividade alcançada pela economia estadual, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico parece pouco afeito à realização de políticas públicas robustas e inclusivas capazes de funcionar como freios a um cenário perverso no qual cresce o número de homicídios em geral e o de mortes violentas entre jovens de 15 a 24 anos por grupo de 100 mil habitantes. (ZANOTELLI, RAIZER E VALADÃO, 2007, p.9).

Para esses autores o processo acelerado de urbanização conjugado com a flexibilização da economia e dos direitos trabalhistas associados à globalização tem

como resultado a ampliação das desigualdades sociais e a precarização das condições sociais de existência de uma grande parcela da população. Essa conjunção de fatores acaba por gerar terreno fértil para que os problemas da cidade, e claro a violência cresça também sem controle.

## 2.2 BREVE HISTÓRICO DA GESTÃO PÚBLICA

Diante desses muitos problemas relatados por diversos autores uma pergunta que deve ser feita é: como o estado e seus administradores tem enfrentado essa realidade das cidades brasileiras? É certo que muitas tentativas foram realizadas com finalidade de se adequar aos momentos da história, nosso objetivo aqui não é julgar qual foi a melhor abordagem para resolução dos problemas, mas sim descrever sucintamente como foram essas abordagens.

A gestão pública no Brasil acompanhou o desenvolvimento internacional, sempre se adequando as suas particularidades regionais. Nesse tópico começaremos das escolas gerais, em relação ao todo da atuação pública de gestão do erário indo até alguns exemplos pontuais de atuação na área da segurança pública.

Segundo Ferreira (2012) pode-se dizer que a Administração no Brasil passou por várias fases conceituais distintas da Administração Pública Patrimonialista (anterior à Revolução de 30), passando para Administração Pública Burocrática (criação do Departamento de Administração do Serviço Público –DASP, em 1938) e finalmente chegando a Administração Pública Gerencial (com enfoque no cidadão, nos resultados e na descentralização dos serviços).

Cada fase dessa representou uma forma de atuação diferente dos gestores públicos que dependem sempre do arcabouço legislativo e das exigências sociais de cada época. No momento em que vivemos, conforme Coelho (2004) está em vigência um modelo onde a abordagem da administração pública está voltada para o incremento do comportamento de seus gestores, que utilizam métodos mais eficientes e flexíveis, esse método surge em oposição ao modelo burocrático anterior.

Essa mudança na abordagem gerencial, só foi possível a partir das Emendas Constitucionais nº 5 a 9 de 1995 e da nº 19 de 1998 que foram essenciais para promover um aparato administrativo e legal e proporcionar o fortalecimento das premissas do modelo gerencial de acordo com Coelho (2004, p.11). Essa mudança foi consolidada na carta magna como reza o Artigo 37:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1998).

Pimenta (1998) relata que uma das estratégias que o estado, até então burocrático, vem usando para modernizar seus processos e permitir o desenvolvimento de políticas públicas com mais agilidade é buscando a desburocratização

A desburocratização nas palavras do autor pode ser definida como a retirada de obstáculos processuais e a implantação de uma gestão mais flexível e responsável, fazendo que o estado mude de estado decretador para negociador, é rever os processos de trabalho segundo as cadeias fornecedor/clientes buscando qualidade e facilitação das ações estatais com finalidade de atender bem o cidadão.

Além da desburocratização outras características são marcantes no modelo gerencial, e Pimenta (1996) lista: a descentralização (intragovernamental, a de dentro para fora da estrutura do estado e entre os níveis governamentais); transparência; o *accountability* que é a contabilização dos resultados controlando e avaliando os objetivos propostos; a ética; a transparência e por fim colocar o foco no público alvo: o cidadão.

Essas estratégias modernas do novo modelo de gerenciamento acabou por exigir que os administradores do erário façam uma gestão com mais perspicácia, usando os talentos e recursos disponíveis e sempre com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos pautando-se na eficiência e eficácia.

Nas palavras de Reis (2011) o gerencialismo defende uma mudança substancial da administração pública burocrática para a administração pública gerencial, sob o argumento de que é necessário melhorar a eficiência da máquina pública para o cumprimento de suas missões e ainda atender as diversas demandas e desafios atuais.

E com esse intuito gestores públicos da área de segurança vem buscando desenvolver políticas públicas de forma que comunguem com essas novas diretrizes determinadas pelo estado e também prestar contas a sociedade.

Para concluir citamos aqui as principais tendências trazidas pelo modelo de gestão gerencialista destacadas por Durante e Zavataro (2007):

- Incentivo à adoção de parcerias com o setor privado e com as organizações não-governamentais – ONGs;

- Ampla introdução de mecanismos de avaliação de desempenho individual e de resultados organizacionais baseados em indicadores de qualidade e produtividade;
- Maior autonomia às agências governamentais e, dentro delas, aos vários setores, horizontalizando a estrutura hierárquica;
- Descentralização política, apoiada no princípio de que quanto mais perto o poder de decisão com relação às políticas públicas estiver do cidadão, melhor será a qualidade da prestação do serviço e maior será o grau de *accountability*;
- Estabelecimento do conceito de planejamento estratégico, adequado às mudanças no mundo contemporâneo e capaz de pensar as políticas de médio e longo prazos;
- Flexibilização da administração de pessoal no setor público, por meio da valorização da negociação coletiva, introdução de ganhos de produtividade e introdução de novos critérios de promoção;
- Priorização da profissionalização da burocracia pública;
- Valorização das políticas de motivação, enfatizando a necessidade de desenvolver, estimular e formar moralmente os servidores públicos;
- Desenvolvimento de habilidades gerenciais dos funcionários para atuarem como administradores (capacidade de trabalhar com os regulamentos rotineiros), produtores (capacidade de aumentar a produtividade e qualidade do que é realizado), inovadores (capacidade de encontrar novas respostas e modernizar o fluxo de decisões) e mediadores (capacidade de congregar seu grupo e atuar em conjunto na busca de objetivos comuns).

Diagnosticado os desafios da gestão contemporânea e definido as formas que a área da segurança pública deve atuar nesse novo contexto surge então outra questão: como desenvolver então políticas públicas na área de segurança que englobem todas essas premissas? Veremos no próximo capítulo alguns recursos norteadores.

### 2.3 DESENVOLVENDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Um das coisas importantes que gestores da área da segurança pública devem se ater é como desenvolver e como implementar as políticas públicas. Diversos autores da literatura nacional citam alguns elementos que deverão ser

observados além daqueles tradicionais das agências policiais como efetivo, viaturas, armamento e formação profissional.

Nesse momento é importante diferenciar o que é política pública do que é um programa. Segundo Mesquita Neto (2011, p.85) políticas implicam diretamente autoridades públicas que assumem a responsabilidade pelo seu desenvolvimento já o programa ainda que tenha como responsáveis autoridades públicas podem ser executados, acompanhados e avaliados por agentes públicos, privados ou comunitários. Um conjunto de ações formam um programa, e um conjunto de programas formam uma política. Políticas ou programas podem ter alcance local, municipal, estadual ou federal.

Uma orientação que Demeter (1996) ressalta é que as políticas públicas devem atender a sociedade como um todo, mas alerta que as sociedades são formadas de indivíduos e indivíduos se ligam uns aos outros devido aos seus interesses pessoais, sua área geográfica, sua profissão, cultura e outros fatores ou um conjunto desses fatores. E esses indivíduos formando seus grupos de interesse terão de conviver com outros grupos harmonicamente.

E para harmonizar as diferenças existentes entre os grupos a maioria das sociedades criam o estado. Para Demeter (1996) o estado deve cuidar por realizar políticas públicas para regular as relações, as regras de convivência e oferecer ainda os bens e serviços coletivos. Nas palavras de Evaldo Martinelli, Secretário de Extraordinário de Ações Estratégicas do Estado do Espírito Santo, o gestor público deve ter o papel de conscientizador das comunidades, incentivar o surgimento de mobilizadores:

Outra coisa que devemos levar é informação de oportunidades para as comunidades. A informação sobre cursos, escola, renda e planejamento, por exemplo, que hoje as comunidades vulneráveis não têm. Infelizmente as informações não chegam nas comunidades. Precisamos criar redes, redes sociais, massificar essas redes e essas informações entre os jovens, usando de aplicativos que possam atrair e conscientizar esse jovens a se envolverem nas atividades. São oportunidades. e temos que Massificar o entrosamento entre as famílias e os vizinhos para que um cuide do outro, um ajude o outro em prol do avanço da comunidade. Essa mobilização deve envolver a comunidade e principalmente os jovens que, como já dissemos, são as principais vítimas dessa vulnerabilidade. (MARTINELLI, 2015).

Nesse contexto o Estado deve se preocupar em implantar ações (segurança, saúde, educação, infraestrutura etc.) que atendam o maior numero possível de grupos, evitando assim ser influenciado por determinados indivíduos em detrimentos de outros. Enfim desenvolver as políticas públicas seria a ferramenta que a sociedade escolheu para que o Estado cumpra sua missão.

Outro elemento fundamental na aplicação das políticas públicas é inserir o conceito e pôr em prática todos os aspectos da cidadania. Para Serpa (2003) nos últimos tempos, a cidadania vem sendo definida como o direito a ter direitos. Nos anos 90, fortalecer esse conceito foi uma estratégia política adotada pelos movimentos sociais no sentido de dar diretriz na construção dos direitos e da nova sociedade.

Serpa (2003) informa que a cidadania é uma construção histórica e por isso deve se buscar filosofias e estratégias contemporâneas de parceria entre os administradores públicos e a sociedade com a finalidade de promover mais cidadania e mais segurança para os cidadãos. Conclui Demeter (1996) que a cidadania é a condição em que indivíduos na sociedade passam a ter seus direitos (Políticos, Econômicos e Sociais) conhecidos e reconhecidos através da mediação do Estado.

Segundo Leite (2003) o conceito moderno de cidadania passa a compreender os direitos humanos em sua tríplice dimensão, os direitos civis e políticos (primeira dimensão), os direitos sociais, econômicos e culturais (segunda dimensão) e os direitos coletivos (terceira dimensão). Portanto qualquer política pública a ser desenvolvida deve ser levado em consideração esses aspetos da cidadania.

Segundo Sapori (2011) essas premissas postas para o desenvolvimento de políticas públicas devem ser alvo de estudo e domínio dos gestores, planejadas e implantadas de modo eficaz. E ainda ressalta o autor que os inúmeros diagnósticos disponíveis traçam que o perfil predominante, por exemplo, de vítimas de crimes letais que segundo o autor, não mudou ao longo da década: homens jovens, entre 15 e 25 anos de idade, de cor negra e residentes na periferia social dos grandes e médios centros urbanos. Não há como ignorar essas informações que são referenciais para implementação de políticas públicas de segurança.

Além disso, sabemos que os conflitos geradores dos assassinatos persistem, em boa medida, relacionados ao tráfico de drogas. A disseminação do *crack* constitui-se em poderoso fator de risco da violência na sociedade brasileira. As características do mercado ilícito do *crack* tendem a potencializar relações conflituosas, em especial entre comerciantes e consumidores, gerando verdadeiras epidemias de violência. Evidências empíricas nesse sentido foram obtidas em pesquisa recente que coordenei sobre o assunto. (SAPORI, 2011, p.12).

Outra questão de suma importância e que para uma construção de políticas públicas deve haver uma construção de confiança e cooperação mútua, e para isso é necessário que exista um ambiente de interação entre todos os atores sociais envolvidos. Serpa (2003, p.24) alerta que os gestores devem também construir

*accountability* que significa transparência, dever do servidor público de prestar contas e de ser responsabilizado pelos seus atos para ter sucesso e retorno dos seus planejamentos. O autor afirma que:

É nesse processo de construção de espaços coletivos, públicos, onde se articulam e se fortalecem todos os atores envolvidos, onde parcerias são feitas, reciprocidades e relações de confiança são estabelecidas a insegurança subjetiva é trabalhada, políticas e medidas são formuladas que o policiamento comunitário se constitui, que proatividade se faz e que a segurança dos cidadãos poderá ser maior (SERPA, 2003, p.18)

Mas para Sapori (2011) em alguns casos no Brasil continua prevalecendo a racionalidade típica do gerenciamento de crises, apesar de reconhecer também que houve avanços em alguns órgãos responsáveis pela segurança pública e da justiça. O autor afirma que muitas vezes servidores públicos continuam gerenciando os problemas imediatos e quando preparam planejamentos de médio e longo prazo que pouco utilizam dados e estatísticas bem formulados ou que inspirem segurança.

Por fim as políticas públicas só serão completas se já tiverem previstas suas formas e critérios de avaliação. Demeter (1996) ensina que no setor público muitas vezes não é possível trazer conceitos fechados da iniciativa privada para medir o resultado das políticas públicas, então deve o administrador público buscar e definir metodologias claras para controle, monitoramento e avaliação para cada ação pública e suas particularidades.

Marino (2003) no Manual para Avaliação de Projetos Sociais orienta que os gestores de projetos e programas que lidam com as questões sociais devem olhar suas ações levando em conta o momento cronológico, definindo os parâmetros no início das atividades (formação do marco zero), ter de forma bem clara os objetivos propostos, eleger os avaliadores e os responsáveis pela execução dos planos para que a realização seja eficiente:

A avaliação, vista como processo integrado à vida do projeto (antes, durante e ao final dele), exige uma reflexão sobre seus objetivos, os recursos disponíveis e a melhor estratégia para se chegar às respostas. (MARINO, 2003)

Um alerta de Marino (2003) é que as avaliações, os controles, os monitoramentos sempre são dicotômicos para os gestores, algumas vezes motivos de alívio quando os planos vão bem e os resultados esperados são atingidos, mas muitas vezes tornam-se ameaçadores quando as metas não são alcançadas e os objetivos propostos não acontecem.

A transparência coloca os administradores públicos em evidência, fará a mídia e os movimentos sociais pressionarem os governos e a sociedade exigirá

respostas plausíveis pela má gestão dos recursos públicos. Essa possibilidade de exposição é real e deve fazer parte da cultura e formação dos dirigentes, técnicos e operadores públicos.

Tendo esses elementos administrativos postos como necessários para uma boa gestão pública, podemos pensar nas particularidades da área da segurança pública.

## 2.4 GERENCIANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

Começar a pensar na forma que os gestores públicos devem aprimorar o desenvolvimento das políticas de segurança é remontar o arcabouço histórico e legal que a administração pública trabalha a área da segurança pública. Um necessário início é o advento da constituição de 1988 que no seu artigo 144 regulamenta que:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

Para Mesquita Neto (2011, p. 33) essa constituição (a Constituição Cidadã) que modificou os preceitos de segurança pública foi um marco fundamental no processo de transição do regime autoritário para o regime democrático no Brasil. O conceito de segurança pública ganhou força em detrimento ao conceito de segurança interna ou nacional.

Essa reformulação da legislação foi importante pontapé para a profissionalização da área da segurança, mas como afirma Cruz (2013) apesar das mudanças algumas questões foram mantidas em relação a carta magna anterior como a atuação da Polícia Militar, em defesa do estado como aparelho controlador social, passando para uma visão preventiva com finalidade de manter a ordem pública para que outros serviços fossem garantidos como educação saúde , habitação.

Mas também Cruz (2013, p.6) destaca um avanço no que tange ao aparato de segurança pública, passa ser, conforme o artigo 6, capítulo II, da constituição, um direito social do cidadão participar da segurança da sociedade:



O indivíduo tem direito de auxiliar o Estado na organização de ações da segurança pública, recuperando o caráter de cidadão, comprometendo-se com o desempenho dos programas que visem à redução da insegurança da população e rompendo com estigmas sobre adesão popular na área. (BRASIL, 1988).

Silva (2003) assevera que agora os cidadãos não devem só falar e indignar-se com a problemática da violência, da segurança e dos direitos humanos, mas que juntamente com gestores públicos devem propor fóruns de discussões com a finalidade de aprofundar sobre tais temas. O objetivo não é só de compartilhar informação, mas de propor ações e soluções e acompanhar ativamente às políticas públicas.

A temática da gestão da segurança constitui um campo de desafios e remete, inicialmente, ao aspecto da construção social desse problema das violências e sua problematização sociológica. A construção social do problema no Brasil, a partir do começo da década de 80, é um fenômeno complexo que ainda carece de discussões. A violência esteve sempre presente nos processos de constituição e estruturação da sociedade brasileira, porém ela só se converteu em um problema social quando assumiu a forma de investidas predatórias crescentes contra a integridade física e contra o patrimônio material da população dos grandes centros urbanos (COSTA; BALESTRERI, 2010, p.13).

Para Souza (2008, p 107) do ponto de vista do planejamento e da gestão urbana promovidos pelo Estado, o desafio representado por uma fobópole, que Souza (2008, p.9) definiu resumidamente como uma cidade na qual o medo e a percepção de insegurança passa a fazer parte do dia-a-dia de seus cidadãos, se apresenta para administradores públicos que lidam com a criminalidade violenta, como um fator importantíssimo de degradação da qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras.

Em tempos recentes, mensurar a distribuição espacial da violência tem sido uma meta perseguida por gestores públicos, pesquisadores, estudiosos especializados e formadores de opinião. Várias metodologias foram propostas para tal fim. Entretanto, muitas apresentaram limitações, uma vez que a criminalidade violenta é um dos problemas sociais mais complexos da contemporaneidade (LIRA, 2009, p.12).

Zanotelli, Raizer e Valadão (2007) destacam o árduo caminho que o gestor de segurança pública tem pela frente ao querer se aprofundar e investigar as possíveis soluções para diminuir a violência e aumentar a sensação de segurança das metrópoles:

Diante de uma situação estrutural que se mantém ao longo de várias décadas, os investimentos públicos voltados ao combate da criminalidade urbana e violenta e que resultam na organização de aparatos tecnológicos, coleta e avaliação estatística dos dados da criminalidade, informação, treinamento etc. parecem infrutíferos (ZANOTELLI; RAIZER; VALADÃO, 2007, p.10).

Outra questão levantada por Zanotelli, Raizer e Valadão (2007) é que os gestores de segurança pública devem estar cientes da interdisciplinaridade da área. Só com o aprofundamento nas multiáreas ligadas a área da segurança pública que é possível criar um ambiente de debate acadêmico plural e que resultará em análises consistentes sobre a violência e as possibilidades de mobilização social entre os atores envolvidos.

Sem esse estudo multidisciplinar e um conjunto de ações que devem ir além daqueles de responsabilidade exclusiva das agências policiais dificilmente se chegará a políticas públicas que deem respostas a população com resultados honestos e factíveis.

Debortoli (2007) analisando o crescente processo de cobrança em que estão expostas as agências policiais. E que mesmo sabendo que não podem dar respostas sozinhas e de modo definitivo sobre esse problema extremamente complexo, como é a segurança pública, devem fazer uma reinterpretação de seus processos internos e de seu relacionamento externo.

Devem buscar indicadores próprios de eficiência, e efetividade para auxiliar do desenvolvimento de políticas públicas de segurança de forma mais científica deixando de lado o empirismo. Isso tudo para participar, incentivar e cobrar dos outros atores sociais suas ações em prol do objetivo comum, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Mesquita Neto (2011, p.41) lembra que no Brasil os gestores das políticas de segurança ainda continuam priorizando os métodos tradicionais como manter a lei e a ordem, preservar a vida, a liberdade e a segurança das pessoas, reduzir as incidências de crimes, perda ou restrição da liberdade e danos à integridade física e patrimonial das pessoas (sempre fazendo um comparativo do número absoluto ou por 100 mil habitantes) sem ampliar a visão do todo aqui exposto.

Entretanto o autor destaca que é necessário que gestores públicos da área de segurança tenham consciência que as políticas públicas não são o crime, a violência e os delitos em geral e sim as pessoas ou grupos de pessoas. É necessário caracterizar a exposição de cada pessoa em relação à situação passada e aplicar corretamente as ações para prevenir novos conflitos e/ou reparar a situação já ocorrida. Devem ver as pessoas como vítimas, agressores, testemunhas, familiares, membros da vizinhança ou da comunidade, e não como diz Neto (2011) um mero número ou como uma mera estatística.

Destacamos a seguir algumas evidências empíricas desse avanço da gestão de políticas de segurança pública no Brasil. A lista abaixo é um apanhado de práticas que estão em uso em diversas agências policiais, órgãos de segurança pública e governos que estão seriamente engajados na diminuição da violência e criminalidade em suas regiões:

- A difusão da estratégia de identificação de *hot spots*, zonas quentes de criminalidade, para pautar o processo de distribuição dos recursos humanos e materiais dos órgãos de segurança pública;
- A colocação de câmeras de vídeo para monitorar incidentes e violências no ambiente urbano, ampliando o espaço de atuação da polícia sem aumentar a necessidade de recursos humanos;
- A difusão do aluguel de viaturas pelos órgãos policiais como forma de economizar recursos financeiros e agilizar o processo de manutenção dos veículos;
- A difusão nacional da criação de conselhos estaduais ou municipais de segurança pública para viabilizar a maior participação da população na proposição de demandas e execução das ações policiais;
- A disponibilização de formas de registro de ocorrências por meio da Internet, facilitando o acesso da população a certos serviços prestados pelos órgãos de segurança pública;
- A difusão dos princípios do policiamento comunitário entre os profissionais de segurança pública, principalmente no âmbito das polícias militares;
- O desenho de políticas e ações de segurança pública baseadas na composição de redes multissetoriais para execução das ações, envolvendo as áreas de saúde, educação, trabalho, lazer, entre outros órgãos públicos;
- A valorização de planejamentos estratégicos para orientar a atuação dos profissionais de segurança pública na execução de suas ações;
- O uso de sistemas informatizados para registro de ocorrências, atendimentos de demanda, despacho de viaturas, administração de recursos humanos e materiais, administração financeira, entre outros usos;
- O fortalecimento dos municípios como atores-chave no desenvolvimento de ações de prevenção da violência e criminalidade;
- A criação de setores de estatística e análise de dados criminais no âmbito dos órgãos estaduais de segurança pública;
- O uso de sistemas de indicadores de desempenho para monitorar continuamente as ações e resultados alcançados pelos órgãos policiais (DURANTE E ZAVATARO, 2007, p. 81).

Por fim Mesquita Neto (2011) registra algumas dicas de implementação de políticas de segurança pública (segurança cidadã): as políticas públicas dependem dos gestores e profissionais do setor público, dependem também da participação das lideranças comunitárias, organizações e movimentos sociais, em alguns casos dependerá também de grupos específicos na sociedade, e para que todos esses atores sociais possam dar sua contribuição precisam necessariamente serem conscientizados e capacitados para executar com perfeição as políticas e cooperar mutuamente para o sucesso dos planejamentos.

O autor continua dizendo que estas políticas devem estar claras para todos, as ações e seus prazos, para que haja uma devida avaliação dos resultados. Deve-

se cuidada de forma profissional a transparência e a comunicação social, priorizando as informações em todos os tipos de mídia (jornais, revistas, rádios, internet e televisão) para que haja amplo alcance na sociedade.

## 2.5 EXEMPLOS DE GERENCIAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Muitas são as iniciativas dos gestores públicos em dar respostas aos problemas da segurança pública no Brasil e no mundo. Nesse tópico buscamos alguns exemplos para apresentarmos e trazer alguns parâmetros que estão sendo postos na contemporaneidade de nossas cidades para área de políticas de segurança pública.

Observamos que esses exemplos em muitos aspectos procuram respeitar as diretrizes para implantação de políticas públicas com qualidade, e tiveram destaque no que diz respeito às exigências da administração da área da segurança pública e por fim obtiveram resultados positivos que valem a pena serem estudados e aprofundados.

Cano (2006) faz uma lista não exaustiva como exemplificação de algumas experiências na área da segurança pública no Brasil citando: iniciativas de polícia comunitária; criação de ouvidorias de polícia; uso de técnicas de georeferenciamento para mapear as áreas e horários de maior incidência criminal, com a finalidade de dirigir o patrulhamento preventivo a esses pontos críticos e os programas-piloto para reduzir a violência letal em áreas marginais com alta incidência de homicídios como GPAE (Grupo de Policiamento em Áreas Especiais) no Rio de Janeiro e Fica Vivo em Belo Horizonte.

Percebemos que a lista apresentada pelo o autor, como ele mesmo destaca, foi para traçar uma diretriz da época para sua análise dos programas de gestão na área de segurança. Buscando outros autores e em épocas distintas descobrimos outras iniciativas governamentais e metodológicas que também citaremos a título de exemplificação e não de exaurir ou cobrir toda gama de programas e projetos existentes.

Soares (2006, p.12) afirma estar convencido que apesar de ter ciência de todos problemas que as cidades vivem, de todas as limitações impostas, que aos gestores públicos, a área da segurança pública tem saída. A saída sugerida por Soares passa pela implementação de um programa envolvendo vários tipos de ações, que devem acontecer simultaneamente ou devidamente concatenadas, em diversas áreas correlatas e ainda todos os atores sociais devem ser envolvidos e

apoiar essas iniciativas com a finalidade de ver como resultado uma sociedade e uma cidade melhor, mais segura e com mais sensação de segurança. Vejamos alguns exemplos nas próximas seções que ordenamos por ano de implantação para facilitar o acompanhamento.

### **2.5.1 Tolerância Zero e Janelas Quebradas**

Apesar de suas severas críticas ao modelo "Tolerância Zero" Wacquant (2012) informa que o programa foi iniciado da década de 1990, pelo prefeito da cidade de Nova York, Rudolph Giuliani, que lançou a campanha de policiamento voltada para o combate das desordens de rua e dos pequenos infratores.

Wendel e Curtis (2002) explicam que a política de "tolerância zero" tem suas raízes na "teoria das janelas quebradas", de Wilson e Kelling, a qual argumenta que tolerância e desordem são a semente para a ocorrência de crimes mais sérios, assim como uma janela quebrada dá a impressão de abandono e indiferença e leva à quebra de outras.

Já para os autores a "teoria das janelas quebradas" diz, também, que o policiamento de pequenas infrações e atos de desordem diminuiria a ocorrência de crimes mais sérios. O que implica na volta do patrulhamento a pé, uma estratégia efetiva no controle do crime, e cooperação dos residentes.

A ideia original da teoria incorpora consultas com a comunidade no planejamento de ações e no nível de tolerância dos vários atos de desordem cometidos. A política de "tolerância zero" em Nova York tem sido considerada um modelo para outros, apesar de algumas dessas diretrizes do plano não terem sido adotadas como a integral participação da sociedade nas decisões e outro fator que também deve ser destacado é que o sucesso do programa de segurança foi coincidente com o sucesso dos outros programas sociais e da alavancada da economia afirma, Wendel e Curtis (2002).

### **2.5.2 Caso de Bogotá**

O exemplo da cidade de Bogotá (Colômbia) para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2005) é uma experiência que deve ser estudada por gestores de segurança pública, pois adotou uma política integral e sustentada por dez anos e conseguiu baixar os índices de homicídios em 60%, um resultado extraordinário tendo em vista que no período em análise o país vivia um conflito armado.

Outra ressalva importante foi que grande parte das políticas públicas foram implementadas pela Prefeitura da Cidade. Ações apoiadas pelo Banco de Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo PNUD concentraram-se principalmente na prevenção social ou destinadas a atacar as causas da violência.

Geralmente os autores focam os estudos nas administrações de Mockus (1995-1997 e 2000-2003) e de Enrique Panãlosa (1998-2000), que ficaram conhecidas como estratégias de fomento de uma “cultura cidadã” bem como de políticas de “segurança cidadã”. Magalhães e Olivato (2012) listam também uma série de ações desenvolvidas para conter a violência como: controle de fatores de risco do consumo de álcool e posse de armas de fogo, investimentos na polícia municipal, intervenções de espaços urbanos deteriorados, tentativas de conjunção de esforços entre instituições municipais, polícia e comunidade, etc.

Como resultados dessas ações a cidade apresentou avanços nos demais delitos além dos homicídios. Entre 1998 e 2004 se registrou uma diminuição de mais de 35%, passando de 35 mil casos denunciados a pouco mais de 22 mil casos. Outro ganho importante na visão de Acero (2006) foi a redução das mortes por acidentes de trânsito, que passaram de 1.387 mortes em 1995 a 598 em 2003. Quer dizer, Bogotá passou de uma taxa de 25 mortes em acidentes de trânsito por cada cem mil habitantes em 1995 para 8,7.

Um das características do sucesso do plano de segurança e convivência foi a institucionalização da gestão de segurança cidadã e o apoio de vários atores, como a Polícia Nacional, a integração das demais instituições de segurança e justiça com as instâncias da administração distrital. Acero (2002) para exemplificar essas ações lista 7 práticas que viabilizaram os resultados positivos:

1. Gestão institucional por parte da mais alta autoridade administrativa do município;
2. Produção de informação confiável para tomada de decisão;
3. Elaboração e execução de um plano de segurança e convivência com diversos programas envolvendo vários atores sociais;
4. Criação de infra-estrutura administrativa e destinação de recursos humanos;
5. Fortalecimento da polícia metropolitana;
6. Metodologia de prestação de contas, avaliação e acompanhamento dos programas;
7. Formação de grupo de avaliação externa das ações.

Cada ação foi acompanhada especificamente por subprogramas e projetos para proporcionar seus desdobramentos e seu devido monitoramento. Para Concluir Acero (2002) observa que os resultados foram conquistas ao trabalho de diversos atores locais, que de maneira coordenada e sob liderança dos prefeitos, durante um período de cerca de 10 anos, balanceando ações preventivas e coercitivas, trabalharam para fazer Bogotá uma cidade mais segura e mais competitiva.

### **2.5.3 Fica Vivo**

O projeto Fica Vivo surgiu por iniciativa da sociedade civil com a finalidade de examinar e diagnosticar os homicídios em Belo Horizonte. Segundo Nery (2009) devido aos bons resultados iniciais foi institucionalizado em 2003 pelo governo do Estado por meio do Decreto nº 43.334/2003 ganhando formalmente o nome de Programa de Controle de Homicídios.

De forma introdutória em sua análise, Cano (2006) informa que o programa 'Fica Vivo' foi introduzido numa favela de Belo Horizonte com altos níveis de violência e é inovador, pois combina intervenção policial com programas sociais, sobretudo para a juventude. Os resultados são aparentemente positivos quanto à redução dos homicídios.

Sapori (2011) contabiliza que os níveis de criminalidade violenta em Minas Gerais entre 2003 e 2010 foram reduzidos em mais de 40 % e passaram a ser reconhecidos nacional e internacionalmente como um bom exemplo de gerenciamento da segurança pública a ser seguido. No conjunto foi buscado a implementação de ações de prevenção social da criminalidade, a mediação de conflitos e o acompanhamento de penas alternativas.

A questão prisional foi replanejada, de modo que no período de seis anos duplicou-se o número de presos, como também foi possível retirar da Polícia Civil a custódia de quase 10 mil presos. Implantou-se uma política de integração das polícias Militar e Civil fazendo alcançar patamares de legitimidade institucional.

Nery (2009) assevera que esses avanços só foram possíveis graças à multi-institucionalidade e integração dos atores sociais. Secretarias de governo, representantes de estudos avançados da criminalidade, membros da Assembléia Legislativa, Ministério Público, Poder Judiciário mais a sociedade civil organizada deram as mãos em cooperação com a finalidade de resolver o problema da violência. Esses atores definirão que os pilares do programa se dariam com ações preventivas e repressivas concomitantes.

Na repressão houve incremento na atividade policial qualificando e melhorando a qualidade das ações, usando tecnologias, inteligência policial e integração de todo sistema criminal e de justiça. Já na área da prevenção o programa voltou-se para promoção social, buscando promover a cidadania e auto-estima de pessoas carentes, principalmente jovens tirando-os da situação de risco e vulnerabilidade social.

Ainda na prevenção foram usados oficinas de cultura, lazer e esporte além da ampliação da atuação de assistentes sociais e outros profissionais por meio de ONGs e prefeituras. Essa interação social aliada aos princípios de polícia comunitária ajudou as comunidades a se mobilizarem com a finalidade de estancar o crescimento desenfreado da violência.

#### **2.5.4 O Caso de São Paulo**

Ferreira, Lima e Bessa (2009) compararam o caso de São Paulo com exemplos que os autores chamam de “bem sucedidos”: as experiências da cidade de Nova York que reduziu a taxa de homicídios de 30,8 para 9,4 por 100 mil habitantes entre os anos de 1990 e 2000 e o da cidade de Bogotá que conseguiu reduzir em 63% entre os anos de 1993 e 2003. São Paulo a partir do ano 2000 experimenta resultados semelhantes, o que faz ser imperioso para gestores públicos os estudos de suas ações. Em 1999 estava com 43,2 homicídios por 100 mil habitantes chegando em 2005 com o índice de 22,0 (média do Brasil 26,2).

Sapori (2011) em seu estudo destaca um outro período, de 2001 a 2009, que a taxa de homicídios no estado tenha sido reduzida em mais de 65 % e a taxa de roubos em mais de 30 %. A pergunta que devemos fazer ao observar essas reduções é como nesse cenário de aumento dos índices de criminalidade no Brasil, o Estado de São Paulo consegue reverter essa tendência em seu espaço territorial?

Sobre o exemplo de São Paulo, Satori (2011) nos apresenta algumas reflexões oportunas. Desde o segundo governo Mario Covas, em fins da década de 1990, até o ano de 2008, pode-se identificar a implementação de um projeto contínuo para a área da segurança pública com aprimoramento do setor de inteligência da Polícia Civil, investimento maciço no Departamento de Homicídios, contratação de novos policiais militares, adoção do sistema de georreferenciamento do crime, melhoria substantiva da estrutura logística das polícias, ampliação do número de vagas no sistema prisional e o estabelecimento de parcerias com



entidades da sociedade civil para o desenvolvimento de projetos de prevenção social da violência.

Ferreira, Lima e Bessa (2009) acrescentam a essa lista outros fatores que colaboraram com essa redução da violência: além do aumento de vagas no sistema prisional houve ainda uma mudança metodológica nos sistemas de segurança e justiça; ampliou-se a perspectiva das causas da violência com um visão inter e multidisciplinares melhorando as conjunturas social e demográficas, investindo nos fatores de risco com a execução de políticas social e urbanas e a implementação da estratégia de prevenção.

Na área policial além dos fatores já citados também ocorreu à criação da Superintendência de Polícia Técnico e Científica, o enfrentamento às facções criminosas, a compatibilização de áreas de atuação das duas policiais e a implementação do policiamento comunitário com participação social.

Em contrapartida as ações do estado, Ferreira, Lima e Bessa (2009) destacam que o município de São Paulo e o entorno também trabalharam para contribuir com a criação e/ou fortalecimento das guardas municipais; institucionalização dos conselhos, secretarias e planos municipais de segurança e em algumas cidades criação de lei de restrição de funcionamento de bares e vendas de bebidas alcoólicas.

### **2.5.5 Caso de Diadema (SP)**

Segundo Filho (2002) o município de Diadema, São Paulo, ficou muitos anos na 1ª posição do ranking de homicídios do estado Paulista. Em 1998 chegou à taxa de 107 mortos por 100 mil habitantes. A situação drástica fez no ano de 2000 que o BID em conjunto com o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial realizasse uma parceria entre as policias, a câmara de vereadores e a prefeitura da cidade com a finalidade de implementar um programa de pesquisa, política e ações locais voltadas a redução da violência na cidade.

Depois de minucioso diagnóstico e análise do problema tomando como base os anos anteriores, buscando as causas a serem atacadas, descobriu-se que entre outros fatores o aumento da violência surgira em função do crescimento demográfico e desorganizado da cidade; da localização da cidade (que vive num misto de problemas advindos da violência do ABC paulista); uma grande deficiência nos sistemas policiais, faltando recursos humanos, materiais básicos e tecnológicos mínimos resultando numa crescente sensação de impunidade geradas por rotinas

investigatórias não suficientes para finalização dos processos e condenação de criminosos; a ineficácia das ações sociais de prevenção existentes somadas a indiferença da população ante a violência foram alguns motivos encontrados para as altas taxas de criminalidade.

Filho (2002) descreve que depois desse minucioso e triste diagnóstico encontrado algumas ações emergenciais foram tomadas para no curto prazo controlar os índices de violência da região. Foram realizadas políticas e ações locais como o fechamento de bares irregulares e um ordenamento inclusive com horário de funcionamento em algumas regiões da cidade que só foi possível depois de treinamento e formação de liderança comunitária nos bairros; criação de fóruns permanentes de interação da sociedade reunindo policiais, empresários, religiosos, educacionais, políticos e comunitários com finalidade de definir estratégias, responsabilidades e avaliação das ações de redução da criminalidade.

Criou-se também um Conselho Municipal de Segurança pública que junto com a fundação Atech desenvolveram um mapeamento criminal para subsidiar as ações do conselho e do fórum. Outra ação necessária foi conscientizar os municípios vizinhos das ações que estavam sendo adotadas em Diadema para que as cidades limítrofes também buscassem resolver seus problemas metropolitanos. Em relação à violência doméstica foram criadas casas de atendimentos as mulheres vítimas.

Essas ações permitiram que dados dignos de notas fossem registrados como: Diadema no ano de 2000 e 2001 foi a cidade (das 65 grandes cidades do estado) que mais reduziu seus índices de criminalidade conforme Filho (2002). Redução de 23% nos homicídios de 1999 para 2000 e de 20% de 2000 para 2001.

Mas ainda o autor ressalta que outras questões merecem especial atenção como o relacionamento dos jovens com o trafico de drogas e a falta de oportunidades de lazer e trabalho para juventude.

### **2.5.6 Pronasci e Brasil Mais Seguro**

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) é desenvolvido pelo Ministério da Justiça (MJ) e foi elaborado segundo a Emenda Constitucional de nº 19, Brasil (2014), para realizar diversas ações na área da segurança com cidadania principalmente dando atenção prioritária à faixa etária entre 15 e 24 anos. A juventude é o segmento da população que é mais vulnerável à violência por isso o programa funciona mantendo diversos projetos para jovens em situação de risco ou que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei.

O Pronasci gerencia diversos projetos próprios como o Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo), Jovem Detento e o Geração Consciente. E ainda em parceria com outros Ministérios e Secretarias outros tantos como segue:

- Ministério de Esporte: Projeto Esporte e Lazer na Cidade (Pelc), Projeto Praça da Juventude e Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania;
- Ministério da Cultura: Pontos de Leitura, Pontos de Cultura e Projeto Museus;
- Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (Seppir) o Projeto Farol;
- Secretaria Nacional de Juventude o Projovem Prisional.

Ainda segundo a legislação em Brasil (2014), pode-se destacar alguns resultados já auferidos pelo programa. As ações destinadas aos jovens até dezembro de 2009, tinha 11 mil jovens que tornaram-se multiplicadores da cultura de paz. Na ação com o Projovem Prisional foram atendidos em 2009, como projeto-piloto, 560 jovens em presídios da cidade do Rio de Janeiro, Belém e Rio Branco. Em 2010 as parcerias com os governos estaduais e universidades beneficiara pelo menos 6,8 mil detentos, com a inclusão de outras capitais.

Na avaliação de Souza (2008) o programa que foi lançado em agosto de 2007 pelo Governo Federal ainda não tinha se destacado como uma verdadeira política de segurança pública de unidade sistêmica e sim é um conjunto de ações e propostas que podem potencializar e promover ações que venha prevenir a entrada de jovens no mundo da violência e do crime.

Já o programa Brasil Mais Seguro conforme o Ministério da Justiça, Brasil (2012), integra o Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, que promove ações voltadas para o fortalecimento das fronteiras, o enfrentamento às

drogas, o combate às organizações criminosas, a melhoria do sistema prisional, a segurança pública para grandes eventos, a criação do Sistema Nacional de Informação em Segurança Pública e a redução da criminalidade violenta.

O Programa de Redução da Criminalidade Violenta, lançado com o nome Brasil Mais Seguro, tem como objetivo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário e Ministério Público). (BRASIL, 2012).

O programa piloto foi lançado em Alagoas, e segundo o Ministério da Justiça, Brasil (2012), esse estado tem, na última década, apresentado altos índices de homicídios e para implementar políticas públicas de segurança recebeu do governo federal cerca de R\$ 25 milhões em investimentos para ações de combate ao crime, fortalecimento do sistema de Justiça, e das Polícias Federal e Rodoviária Federal que atuam no estado adquirindo equipamentos, capacitando e aperfeiçoando a polícia técnica, e na instalação de bases fixas e móveis de vídeo monitoramento.

Em contrapartida, o estado se comprometeu a promover concurso público na área de segurança para as polícias civil e militar e criar um departamento especializado para investigação de homicídios dentro da Polícia Civil.

O Brasil Mais Seguro prevê três eixos de atuação: a melhoria da investigação das mortes violentas; o fortalecimento do policiamento ostensivo e de proximidade (comunitário) e o controle de armas.

### **2.5.7 Pacto Pela Vida**

O Programa Pacto Pela Vida segundo o Governo de Pernambuco (2014) é uma política pública de segurança, transversal e integrada, construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembléia Legislativa, os Municípios e a União.

A primeira atividade do Pacto pela Vida foi a elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública (PESP-PE 2007). A partir daí, foram definidos 138 projetos estruturadores e permanentes de prevenção e controle da criminalidade, produzidos pelas câmaras técnicas, aglutinados em torno das linhas de ação e executados por organizações do Estado e da Sociedade (PERNANBUCO, acesso em 02 de jun. 2014).

Segundo Sapori (2011) o governo de Pernambuco vem implantando desde 2007 a mais abrangente política estadual de segurança pública em vigor no Brasil. São mais projetos que incluem desde o fortalecimento do Departamento de

Investigação de Homicídios, passando por investimentos maciços no sistema prisional e culminando na implementação de um programa de prevenção social da violência.

O Pacto Pela Vida tem sido desenvolvido incorporando ferramentas de monitoramento de projetos sociais e o governador envolve-se pessoalmente em todo o processo de gestão.

Após longo período de crescimento ininterrupto, o estado de Pernambuco já pode registrar ter alcançado, desde o final de 2008, dez meses consecutivos de redução da taxa de homicídios. O Pacto pela Vida é visto como uma política de Estado e não mais uma política de governo. Trataremos um pouco mais sobre esse programa quando estudarmos no capítulo três sobre o Programa Estado Presente em Defesa da Vida.

#### **2.5.8 Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)**

Segundo o Rio de Janeiro (2014) as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) foram inspiradas numa experiência na área de Segurança Pública em Medellín, na Colômbia. O projeto piloto que deu origem às UPPs começou a funcionar em 19 de dezembro de 2008 no Morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, na Zona Sul.

Depois dessa primeira ação outras 37 unidades foram instaladas com previsão de chegar a 40 até o final de 2014, cerca de 1,5 milhão de pessoas beneficiadas em 264 territórios retomados pelo Estado. Para isso foram treinados com conceito de polícia de proximidade 9543 policiais para abranger uma extensão total de 9.446.047 m<sup>2</sup>.

As UPPs trabalham com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. A atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias (RIO DE JANEIRO, acesso em 02 de jun. 2014).

A política de pacificação das favelas do Rio de Janeiro, por meio do programa das UPP, com a consequente instalação de organizações do poder público nessas localidades, teve a intenção de promover a presença do Estado em áreas antes tomadas por poderes paralelos, segundo Lacerda e Brulon (2013) deve ser mais que um instrumento de controle social.

Para Saporì (2011) a implantação das UPPs é uma das evidências que a política de segurança pública no Rio de Janeiro está sendo planejada com foco

voltado para as comunidades e os territórios, sem contudo ignorar outras iniciativas que estão sendo adotadas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Deve-se reconhecer que a UPP significa um modelo de intervenção governamental que supera a perversa oscilação que caracterizou as políticas de controle da criminalidade no estado nas últimas décadas. Estas ora penderam para o insulamento das comunidades em relação à ação policial, ora estimularam uma guerra particular entre a Polícia e os traficantes, encastelados nessas mesmas comunidades. A UPP implica a afirmação do monopólio do uso da força física pelo Estado em territórios tutelados por poderes paralelos. É a extensão de um direito elementar da cidadania, que é o direito à segurança a comunidades historicamente carentes não apenas da presença do Estado Social como também do Estado de Direito (SAPORI, 2011, p. 14).

De acordo com o Rio de Janeiro (2014) para exemplificar os resultados da região da Mangueira onde fora instalada a 18ª UPP, os dados apontaram que as UPPs em funcionamento tinham contribuído para reduzir em 50% os homicídios nos 38 bairros da cidade beneficiados pelas unidades policiais. Essas análises foram baseadas nas estatísticas do Instituto de Segurança Pública (ISP).

Ainda Saporì (2011) ressalta que as UPPs não vão acabar com o tráfico de drogas porém podem evitar que esse comércio seja realizado com base na coerção física e psicológica dos moradores das comunidades mais empobrecidas.

No próximo capítulo detalharemos o programa Estado Presente em Defesa da Vida com suas definições, eixos, ações e subprogramas. Além de ligar seu desenvolvimento com o papel da mídia, a implantação de suas ações e seus resultados obtidos até o momento.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO: PROGRAMA ESTADO PRESENTE, ANTECEDENTES E SUCESSOR**

No capítulo anterior tratamos sobre as políticas públicas de segurança (PPS) de um modo geral, apresentando suas diretrizes e princípios. Vimos como o fenômeno da modernização, urbanização tem afetado a vida daqueles que moram nas grandes cidades e como a violência tem se comportado.

Também fora estudado as diretrizes das PPS logo quando elas começam a ser planejadas como: a cidadania, a participação popular, a segurança cidadã, a transparência e como a mídia interfere nesse processo (estudaremos o assunto que no capítulo 4) a fim de diminuir os embates e conflitos e melhorar o convívio entre as pessoas e propagar uma cultura para paz.

Exemplos de PPS e programas de segurança foram citados como forma de exemplificar o que se tem feito e que já foi feito e testado cientificamente tanto no Brasil como exemplos em outros países. Neste capítulo o foco será a realidade da segurança pública no Estado do Espírito Santo.

Analisaremos brevemente as PPS a partir de 1999 com o Planejamento de Ações de Segurança Pública (PROPAS) seguindo com os Planos de Seguranças implementados, passando pelo Programa Estado Presente em Defesa da Vida e por fim introduzindo o programa Ocupação Social que encontra-se em fase de implantação no ano de 2015.

#### **3.1 OS HOMICÍDIOS COMO VETOR DE PPS**

Os índices de homicídios nas últimas três décadas tem sido a variável principal para que os gestores governamentais se debruçem em planejar, elaborar e implementar políticas públicas de segurança no ES.

Seja por que são os crimes que geram grande repercussão, seja porque são os dados estatísticos tidos como mais confiáveis, ou seja, ainda porque o estado apresenta médias nacionais que o levam para o topo do ranking nacional em relação as taxas proporcionais por 100 mil habitantes.

Nos últimos anos o Espírito Santo tem ficado nos primeiros lugares no ranking de homicídios do Brasil analisando por proporção em relação ao número de habitantes. Na luta para enfrentar esse problema e entender melhor o fenômeno, violência e homicídios, gestores públicos usam recursos de outras áreas do

conhecimento, fora a segurança pública, como administração, estatística, sociologia, geografia, arquitetura e urbanismo e outras.

A produção e análise das estatísticas da criminalidade e de homicídios podem ajudar o estado a traçar diretrizes e implementar políticas públicas que visem não só a diminuição dos índices de homicídios, mas também retornar a sensação de segurança à população resultando assim melhoria na qualidade de vida das pessoas. Neste capítulo analisamos como as estatísticas de homicídios no Estado do Espírito Santo influenciaram as políticas públicas implementadas desde 1999 e como foram planejadas e executados esses planos.

Como já dito, estudar homicídios é importante por que é o extremo da violência, é contra a pessoa, é contra a família da pessoa, é contra os amigos e conhecidos da vítima, enfim é contra a sociedade. Para Lira (2014) o aumento gradativo dos números de homicídios aproxima os conceitos de violência urbana a um significado de endemia social, pois já atinge a sociedade capixaba por três décadas.

Aprofundar no tema homicídios é necessário, pois se não há um entendimento claro do que é, como é, onde ocorre e o quanto ocorre, não se poderá falar em elaborar políticas públicas de segurança eficientes para enfrentá-lo. Sem políticas de prevenção que atinjam o cerne do problema, o Estado terá gastado os recursos públicos, tempo das pessoas e ainda gerará uma expectativa falsa, pois não conseguirá mudar em nada a realidade estatística desse crime.

[...] a criminalidade violenta no Brasil e no Espírito Santo inicia uma espécie de processo endêmico, no qual vários fatores estruturais, a saber, o próprio descaso e/ou fracasso das esferas do poder público, a ausência de integração das políticas sociais e a ineficiências do planejamento urbano, correlacionaram-se favorecendo o desenvolvimento da dinâmica criminal (LIRA, 2014, p. 60).

Infelizmente como veremos adiante, por diversos fatores o Estado do Espírito Santo tem ficado entre os primeiros lugares nos últimos anos no ranking de estados que cometem mais homicídios no Brasil.

Essa ausência de integração entre os entes envolvidos na segurança pública foi também um dos fatores relatados por Garcia (2015) para que os índices de homicídios se mantivessem altos no Estado:

Temos um campo ainda grande para avançarmos na área de integração e planejamento com outros poderes, avançar no uso de tecnologias e aplicativos que ajudem o policial e a população resolverem a questão da reposição e distribuição de efetivo que será sempre um problema a ser



perseguido (concentração de policiais na capital em detrimento do interior). A integração com o MP e Judiciário é o grande gargalo. Não conseguimos ter um representante com capacidade de resolutividade nas reuniões de integração do programa Estado Presente. Os problemas são encaminhados nas reuniões, mas não é dada continuidade devido a forma de funcionamento de outros órgãos e poderes que são afetos a área da segurança. Você fala com o chefe do poder, mas o ator local tem autonomia, então tem que convencê-lo também, então as questões se prolongam. (GARCIA, 2015).

Entender os homicídios e entender as particularidades dos locais, das regiões onde ocorre esse fenômeno ultrapassa a linha das agências policiais, pois é um problema multifacetado e complexo. Conforme o Secretário Extraordinário de Ações Estratégicas Evaldo Martinelli relata em entrevista concedida em dezembro de 2015 que antes de 2009 alguns fatores contribuíam para ampliar o problema:

A questão dos homicídios tem múltiplas causas. O cenário até 2009 apresentava pouca ênfase em gestão e reduzida tecnologia aplicada. São fatores chaves não só para homicídios, mas para qualquer atividade que se tenha por objetivo a evolução de índices. Gestão é essencial para que possamos produzir resultados. Quando estava na SESP já tínhamos uma formatação de dados que pudessem ser formatados, tínhamos uma coleta de dados e precisávamos aplicar os dados nas realidades. (MARTINELLI, 2015)

Buscamos esse entendimento do fenômeno e a melhor compreensão das estatísticas de homicídios no estado do Espírito Santo. Como destacada na seção metodológica deste estudo, revisamos a literatura nacional. Igualmente, pesquisamos em artigos científicos e livros que abordaram o tema nos últimos anos, também usamos os bancos de dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde na página da internet do DATASUS no endereço eletrônico <http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php/>. Essas informações compõem o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) onde são coletados as Declarações de Óbitos nas unidades da federação.

Outra informação relevante é que adotamos nas pesquisas dos bancos de dados a Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS) para classificar os óbitos de nossa análise.

Esse banco de dados fornece informações a partir de 1979. De 1979 até 1995 foram utilizados como Walselisz (2010, 2011, 2013 e 2014) e Zanotelli et al. (2011) o CID-9, Capítulo XVII Causas Externas e o CID- BR-9 Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas. E a partir de 1996 foi adotado também o CID 10 Causas externas de morbidade e mortalidade e o CID-BR-10 que são as Agressões.

O CID-10 estabelece dentre as causas dos óbitos: os acidentes de transporte, comumente denominados acidentes de trânsito; os homicídios e os suicídios. Nessa pesquisa nos ateremos somente aos homicídios, homicídios no Brasil de modo geral e homicídios no estado do Espírito Santo especificamente.

Tendo feito essas considerações introdutórias vejamos como os operadores da área da segurança pública devem lidar com as informações e estatísticas criminais e de homicídios especificamente.

### 3.2 O USO DAS INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS PELA SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo Beato (2009) os estudos da gestão das informações são de suma importância não só para as polícias e secretarias de segurança pública, mas para o Estado de um modo geral. No caso das organizações da segurança pública as informações são um insumo, um produto básico, sem elas não tem como dar um segundo passo na implementação de políticas públicas de redução de criminalidade violenta.

Para Beato (2009) o trabalho das agências de segurança pública vai além do registro das informações, organização e disponibilização, é necessário saber analisá-las e interpretá-las para que se possa fazer um planejamento e desenvolver estratégias de controle da criminalidade. E ainda por fim se ater ao monitoramento desses planos avaliando periodicamente os resultados obtidos com as ações realizadas a partir daquelas primeiras informações.

Quando se trata de tabular dados a segurança pública lança mão dos conhecimentos matemáticos e estatísticos para organização e geração de informações. Lima (2009) data que as primeiras referências de utilização de estatísticas criminais no Brasil aparecem da década de 1870, onde a legislação destacava os chefes das polícias a obrigatoriedade de sistematização da coleta e prestação de contas das informações sobre o estado das províncias, não só criminalmente, mas em tudo que se referiria ao controle social da época.

De lá para cá, devido aos índices criminais elevados, tem se intensificado por parte do Estado e das instituições de pesquisa a busca por conhecer melhor o fenômeno violência, homicídios e das suas estatísticas.

Para Soares (2009) o crime e o homicídio são temas centrais para os operadores da segurança pública por pelo menos há três décadas. Segundo o autor o interesse acadêmico vem também acompanhando essa tendência. A partir da

década de 1970. Uma pesquisa, uma política pública bem implementada vem dando visibilidade, contorno e cientificidade ao fenômeno violência.

Experiências bem-sucedidas de redução do crime ocorridas na última década demonstraram como o uso adequado de informações é fundamental para o planejamento e a implementação de medidas eficazes na área da segurança pública (CARNEIRO, 2007, p. 61).

Lima (2005) pondera que o conhecimento estatístico deve ser como uma ferramenta para construção da objetividade de fenômenos sociais, pois:

[...] eles são instrumentos de construção de discursos da verdade, que almejam a objetividade e a legitimidade enquanto pressupostos; são resultado de múltiplos processos sociais de contagem, medição e interpretação de fatos e, portanto, dependem da circulação do poder para se reproduzirem (LIMA, 2005, p. 27).

Os gestores da segurança pública, principalmente, devem trabalhar para que todas as fases da coleta de dados sobre óbitos sejam confiáveis, úteis e estejam disponíveis em tempo hábil para tomada de decisão. Segundo Waiselfisz (2014) os dados de homicídios são os dados mais confiáveis e os mais preocupantes no contexto atual para segurança pública. Assim também assevera Martinelli (2015) quando relata sobre os investimentos realizados em meados de 2006 para melhorar a coleta e compilação dos dados no ES:

Informações, números e estatísticas sempre devem ser usadas para nortear as estratégias de gestão das PPS. Naquele momento trabalhamos para melhorar a coleta de dados e a utilização dessas informações. Dessa forma planejamos melhor as operações, melhoramos o tempo de atendimento do CIODES. (MARTINELLI, 2015).

E além da melhoria do atendimento do CIODES o Secretário Evaldo Martinelli ainda lembra da disponibilização e incentivo do uso do “Mapa do Crime”:

Outra implantação foi o compartilhamento das informações coletadas através da disponibilização do mapa do crime para agências policiais e outros níveis de gerências, que começaram a tomar decisões em suas áreas com base em dados e informações já disponíveis, sedimentando essa cultura. Um processo gradativo que foi se aperfeiçoando e refletindo no futuro, em resultados crescentes e contínuos, até chegar o momento do decréscimo da curva de homicídios. Um processo construído. (MARTINELLI, 2015)

A sociedade, os pesquisadores, os servidores públicos precisam dessas informações, e precisam confiar nessas informações, para trabalharem as questões da violência em prol da diminuição dos índices de criminalidade violenta no seu bairro, sua cidade, seu estado.

### 3.3 OS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS NO BRASIL

Waiselfisz (2011) nas suas pesquisas que geram o Mapa da Violência, ano após ano, desde 2004, revela que para estudar a violência são utilizados os índices de homicídios porque as diversas outras formas de violência tem uma abrangência estatística extremamente limitada, mas:

Já no campo dos óbitos, contamos com um Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) que centraliza informações sobre os óbitos em todo o país, e cobre um universo bem abrangente das mortes conhecidas e de suas causas (WASELFISZ, 2011, p. 10).

Waiselfisz (2011) em seus estudos ainda pontua que o Ministério da Saúde passou a divulgar as informações sobre óbitos a partir de 1979 e até 1995 usou a Classificação Internacional de Doenças (CID-9) da Organização Mundial de Saúde e nos anos subsequentes até hoje CID-10.

Em relação aos homicídios Waiselfisz (2014) em suas análises para demonstrar como os números de óbitos se comportaram ao longo das décadas em as taxas relativas por 100 mil habitantes fazendo assim sobressair algumas conclusões: primeiro a taxa de óbitos sobe de 11,1 em 1980 para 29,0 em 2012, ou seja, um crescimento significativo e que não apresenta tendência de uma amenização ou queda em proporção equivalente, pelo menos até 2012.

A segunda observação que Waiselfisz (2014) fez é que entre 1980 e 2012 as taxas apresentaram alguns picos que devem ser aprofundados os seus motivos, como em 2003 (chegando a 28,9) e em 2012 (extrapolando a 29). Os números que Waiselfisz (2014) analisa apresentam momentos de depressão após os dois primeiros picos de 1990 e 2003.

Waiselfisz (2014) analisando a evolução da mortalidade violenta entre os anos de 1980 e 2011 conclui que os números absolutos dos homicídios no Brasil nesse período impressionam e carecem de um cuidado emergencial por parte da sociedade e seus governantes na implantação de políticas públicas. O autor faz considerações detalhadas desses números:

- As taxas de mortalidade caíram 3,7% enquanto as taxas por causas externas aumentaram em 32,8%
- Os homicídios apresentam crescimento progressivo desde 1980 quando a taxa era de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes passando para 2003 com uma taxa de 28,9;

- A partir de 2003 Waiselfisz (2011) retrata alguns fatores que proporcionaram um freio nas taxas de homicídios pelo menos até 2007 quando voltam a subir. Os freios citados por Waiselfisz (2011) foram: políticas públicas em unidades da federação; campanha do desarmamento; índices de homicídios em alguns estados populosos apresentaram quedas significativas;
- Em seus estudos Waiselfisz (2011) indicou que a violência migrou para o interior dos estados, essa interiorização não estava prevista pelos gestores, as políticas públicas foram elaboradas e voltadas para as metrópoles e capitais visando diminuição dos índices que eram historicamente as maiores taxas.

Essas informações sobre o contexto do Brasil nos dão base para estudarmos agora os índices e as taxas no Estado do Espírito Santo

### 3.4 OS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (ES)

Tendo em vista a situação nacional, surge através dos estudos Waiselfisz (2014) um ranking dos estados da federação em relação as taxas de mortalidade. Waiselfisz (2014) publica no Mapa da Violência esse ranking com regularidade desde 2004.

O estado do Espírito Santo se destaca, não em função dos números absolutos de homicídios, mas em função das taxas em relação a 100.000 habitantes. Waiselfisz (2014) usa em suas bases de cálculos as regras Organização Mundial de Saúde (OMS).

Para o cálculo das taxas de mortalidade do Brasil, Waiselfisz (2014) utiliza as estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo SIM/Datasus que, por sua vez, utiliza as seguintes fontes:

- **1980, 1991, 2000 e 2010:** IBGE – Censos Demográficos;
- **1996:** IBGE – Contagem Populacional;
- **1981-1990, 1992-1999, 2001-2006:** IBGE – Estimativas preliminares para os anos intercensitários dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus;
- **2007-2009:** IBGE – Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/ IBGE (BRA/4/P31A) – População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais;

- **2010-2012:** Estimativas populacionais do Datasus/MS.

Em relação ao ranking Brasil, compilamos uma tabela que mostra o histórico encontrado na literatura sobre a colocação do ES em relação aos outros estados da federação. Cerqueira (2013) destaca que em 1980 o ES ocupava a 5ª colocação, e que até 2010 o ES sempre esteve entre os cinco primeiros lugares da lista.

**Tabela 1. Homicídios no ES e ranking nacional**

HOMICÍDIOS NO ES			
Ano	Nº de Homicídios	Taxa por 100 mil hab.	Ranking Nacional
1997	1426	50,0	2º
1998	1692	58,4	2º
1999	1543	52,5	2º
2000	1449	46,8	3º
2001	1472	46,7	3º
2002	1639	51,2	3º
2003	1640	50,5	3º
2004	1630	49,4	2º
2005	1600	46,9	2º
2006	1774	51,2	3º
2007	1885	53,6	2º
2008	1948	56,4	2º
2009	1996	57,2	2º
2010	1794	51,5	2º
2011	1981	47,4	2º
2012	1693	47,3	2º

Fonte: SIMDATASUS, WALSELFISZ (2010 e 2014).

Observamos nessa série que, como nos índices de homicídios do Brasil, também o ES alcançou dois picos de elevação dos índices, apesar das taxas sempre estarem altas em relação aos índices do Brasil. O primeiro pico em 1998 onde se registraram 1.692 casos dando uma taxa de 58,4 por 100 mil habitantes e em 2009 quando foram contabilizados 1.996 homicídios apresentando uma taxa de 57,2 registros por 100 mil habitantes.

Cerqueira (2013) resume que esses números do ES não destoam de um modo geral da epidemia nacional da incidência de homicídios e que o perfil das vítimas no ES confere basicamente com o perfil das vítimas no país:

[...] predominantemente homens; jovens - em torno de 20 anos de idade; solteiros; negros ou pardos, com baixa ou nenhuma escolaridade, mortos geralmente na rua, por arma de fogo entre 20h e meia-noite (CERQUEIRA, 2013, p.56).

Waiselfisz (2013) em seus estudos quando analisa o caso do ES focando a faixa etária dos jovens, de 15 a 29 anos, alerta que a situação é bem mais complexa e dramática. Não entraremos nesse grau de detalhamento, mas é importante citar o autor em suas considerações para entendermos seus apontamentos quando chama as taxas de “absolutamente inaceitáveis”:

Outros 12 municípios: três da Bahia, três da Paraíba, dois de Alagoas – entre eles, sua capital, que junto com João Pessoa são as únicas a ultrapassar a casa dos 200 homicídios por 100 mil jovens, mais dois da Paraíba, além de sua capital, dois do Pará, uma de Goiás e outra do Espírito Santo apresentam a inaceitável realidade do extermínio da sua juventude (WASELFISZ, 2013, p. 64).

No que tange o ES, Waiselfisz (2011), analisando os homicídios nas regiões metropolitanas do Brasil, agregou nos seus estudos, além das nove tradicionais (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV devido aos seus altos índices de homicídios que vieram a impactar os índices gerais do país.

Retomando a tabela apresentada observamos que após os picos apresentados (1998 e 2009) aparecem uma série de queda de três anos. Depois de 1998 com 58,4, aparece 1999, 2000 e 2001 com respectivamente 52,5, 46,8 e 46,7. Da mesma forma em 2009 chega a 57,2 e em 2010, 2011 e 2012 ficam com respectivamente 51,5, 47,4 e 47,3 assassinatos por 100 mil habitantes. Na Avaliação de Garcia (2015) a situação era realmente grave e por isso era necessário trabalhar novos parâmetros para enfrentar a questão dos homicídios:

Se nada fosse feito em 2010, se não houvesse essa mudança de mentalidade, nós passaríamos de 2100 homicídios. Na época foram realizadas projeções estatísticas de homicídios, por isso houve um movimento de integração das polícias, pela primeira vez realização de reuniões de operações integradas (GARCIA 2015).

Os altos índices em 1998 e em 2009 motivaram o governo estadual do Espírito Santo implementar políticas públicas específicas para tentar controlar os números, como foi o caso do Planejamento de Ações de Segurança Pública (PROPAS) em 1999 e o Plano de enfrentamento a Violência em 2008/2009.

Na próxima seção estudaremos essas políticas públicas realizadas de 1999 até 2015, observando suas características e na medida do possível identificando

suas ações para conter os homicídios e propiciar uma melhor sensação de segurança a população capixaba.

### 3.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO ES

#### 3.5.1 Planejamento de Ações de Segurança Pública (PROPAS) 1999-2002

Ao observarmos na literatura sobre os homicídios e a implantação de políticas públicas de segurança encontramos duas ações dos gestores da segurança visando coibir esses índices que fizeram o ES virar destaque nacional nos relatórios do Mapa da Violência e outros estudos.

No ano de 1998 os homicídios no estado do Espírito Santo chegaram a um número elevado como Cerqueira (2013) e Waiselfisz (2011) alertaram, 1.692 pessoas mortas.

Depois de uma série progressiva de alta criminalidade e tentativas sem resultado de implantar políticas públicas surgiu um programa que tentou dar respostas a esse fenômeno. Foi implementado em 1999 o chamado Programa de Planejamento de Ações de Segurança Pública (PROPAS).

Pode-se dizer que, do fim da ditadura militar até o estabelecimento do Programa Nova Arquitetura dos Órgãos de Defesa Social (PROPAS), em 1999, o Espírito Santo não teve política de segurança pública efetiva. Ou talvez fosse o caso de dizer que a política estadual de segurança pública se limitava a uma reação repressiva, parcial e fragmentada a incidentes criminais, previamente regulamentada por leis federais (BITTENCOURT, 2014, p.44).

Segundo Cardoso (2009) a elaboração dessa política específica de segurança não foi movida por um episódio único, mas pela divulgação de pesquisas e análises das estatísticas sobre a violência e a criminalidade. Em resumo o PROPAS foi:

O programa da Nova Arquitetura dos Órgãos de Defesa Social (Decretos 4.557-N e 4.558-N de 10 de dezembro de 1999), instituído em 1999 e rebatizado e ampliado como Programa de Planejamento de Ações de Segurança Pública (PROPAS) em 2000 (Decreto no 036-R, de 31.03.2000: denomina Pró-Pas – Programa de Planejamento de Ações de Segurança Pública, o programa “Nova Arquitetura dos Órgãos de Defesa Social”), representou o primeiro programa estadual de segurança pública no Espírito Santo, antecipando em um ano o 1º Plano Nacional de Segurança Pública, que, por sua vez, acabou por influenciar a ampliação da política estadual. Algumas das medidas previstas no PROPAS seriam retomadas em programas estaduais posteriores, muitas vezes com outros nomes. De imediato, uma das características em comum dos sucessivos “planos de segurança”, aparentemente superficial, é o uso da expressão “defesa social”, ao lado ou em substituição a “segurança pública” (BITTENCOURT, 2014, p. 56).



A Principal característica do PROPAS pesquisada por Cardoso (2009) foi à mudança no organograma de funcionamento da segurança pública e algumas ações pontuais visando impactar os índices de criminalidade.

Cardoso (2009) destaca: a criação de Zonas de Policiamento Integrado, colocando no mesmo espaço as policias civil e militar; a criação dos chamados corredores de segurança ostensiva, que distribuía o policiamento ostensivo em pontos estratégicos da Região Metropolitana Grande Vitória; inovações tecnológicas e gerenciais.

O PROPAS era inicialmente um conjunto de oito projetos, subdivididos em 17 subprojetos, ampliados posteriormente para 23 subprojetos, em parceria com o governo federal, assim que este criou o seu próprio plano de segurança pública. Previa reformas administrativas tópicas, como a “irrigação financeira” das unidades operacionais, revisão de legislação organizacional da polícia e bombeiros, racionalização de recursos humanos e materiais e informatização. Existe, é claro, uma distância entre o que é previsto e o que é implantado (BITTENCOURT, 2014, p. 57).

Nas gerências os responsáveis pela efetivação do plano não pertenciam a última categoria hierárquica da polícia militar. Segundo Cardoso (2009) essa última inovação gerou insatisfação na Polícia Militar e desgastes políticos internos e externos na área da segurança pública.

Essas políticas públicas de segurança podem ser uma das explicações para estabilização e leve queda dos homicídios nos anos que seguiram apesar de Bittencourt (2014) alertar que o programa priorizou somente o aperfeiçoamento do policiamento ostensivo militar, tentando torna-lo mais eficiente e eficaz.

Para o Secretário de Segurança e Defesa Social do Estado do Espírito Santo, André de Albuquerque Garcia, algumas decisões não permitiram que o PROPAS se desenvolvesse como política pública de segurança:

Mas, apesar dos corredores de segurança, das zonas de policiamento integrado, ainda faltava a integração entre os órgãos e as polícias. Apesar de ser bem concebido o Propas se limitava 1º na ação policial. Não trazia para a responsabilidade do processo outros atores importantes e outras secretarias de estado. Enfim, o conjunto do governo não participou ativamente como deveria ter participado (GARCIA, 2015).

O programa e também os resultados na era do PROPAS não foram perenes, só durando em sua totalidade até as próximas eleições. Com a mudança de governo em 2003 novamente todas as políticas públicas são repensadas e readaptadas.

Bittencourt (2014) faz uma crítica ao PROPAS que reverbera nos planos seguintes, apresentando uma tendência indesejada do investimento maciço no aparato policial em detrimento do investimento social nas comunidades vulneráveis:

No entanto, posso apontar que ao lado da redução da taxa de homicídios (quando comparada ao período excepcional de 1997 e 1998), é observável uma ainda maior expansão da privação de liberdade. A taxa de encarceramento em 2003 (depois do PROPAS) era 127 por 100 mil habitantes, comparado aos 48 por 100 mil habitantes em 1998 (antes do PROPAS) (BITTENCOURT, 2014, p.60).

O Plano de Segurança Pública surge para substituir o PROPAS. Para entendermos cronologicamente a assunção das Políticas Públicas no tempo e seus respectivos titulares segue na tabela 2 informações de quem após 2002 assumiu a SESP e a SEAE<sup>1</sup> respectivamente.

**Tabela 2. Relação de Políticas Públicas de Segurança e Secretários, 2003- 2015**

<b>SECRETARIA</b>	<b>GESTOR</b>	<b>PERÍODO</b>
<b>PLANO DE SEGURANÇA PÚBLICA</b>		
SESP	Rodney Rocha Miranda	01/01/2003 - 12/12/2005
SESP	Evaldo França Martinelli	16/12/2005 - 31/12/2006
SESP	José Nivaldo Campos Vieira	01/01/2007 - 13/02/2007
SESP	Ivan Rosa Marques	14/02/2007 - 10/04/2007
SESP	Angelo Roncalli de Ramos Barros	11/04/2007 - 25/04/2007
<b>PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL</b>		
SESP	Rodney Rocha Miranda	03/05/2007 - 30/03/2010
<b>PLANO/PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA</b>		
SESP	Rodney Rocha Miranda	03/05/2007 - 30/03/2010
SESP	André de Albuquerque Garcia	31/03/2010 - 03/01/2011
<b>PROGRAMA ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA</b>		
SEAE	André de Albuquerque Garcia	04/01/2011 - 03/03/2013
SESP	Henrique Geaquinto Herkenhoff	04/01/2011 - 03/03/2013
SESP	André de Albuquerque Garcia	04/03/2013 - 31/12/2014
SEAE	Alvaro Fajardo Dubock	04/03/2013 - 31/12/2014
<b>PROGRAMA OCUPAÇÃO SOCIAL</b>		
SESP	André de Albuquerque Garcia	01/01/2015
SEAE	Evaldo França Martinelli	01/01/2015

Fonte: Diário Oficial do ES.

<sup>1</sup> A Secretaria de Ações Estratégicas (SEAE) foi criada em janeiro de 2011 com a missão de acompanhar e coordenar as ações e os resultados do Programa Estado Presente, que tem o objetivo de reduzir os indicadores criminais e consolidar uma governança democrática e participativa, orientada para resultados. [...] A SEAE também atua como interlocutora para a solução de problemas comuns na área de Segurança com outras secretarias de Governo, Prefeituras, Governo Federal, Poderes Legislativo e Judiciário e Sociedade Civil Organizada (ESPÍRITO SANTO, acesso em 22 de set. 2014).

Com este norteamento histórico podemos seguir agora para o detalhamento dos planos e programas.

### **3.5.2 Plano de Segurança Pública (2003 – 2006)**

A nova equipe de governo ao assumir seus postos enfrenta uma difícil realidade além dos altos índices de violência e homicídios teriam que lidar/combater o crime organizado, qualquer plano de ação para que os índices recuassem teria que ser trabalhado com seriedade com esse problema do Estado.

[...] o estado de Espírito Santo foi tradicionalmente considerado um dos lugares onde o crime organizado mais se enraizou, afetando setores significativos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a ponto de suscitar pedidos de intervenção federal (CANO, 2006, p.147).

A herança recebida do governo anterior seria uma difícil barreira a se transpor, era necessário muita força e coragem para enfrentar todas adversidades na área da segurança, e tanto era verdade que se materializa esse grau de dificuldade com a morte do Juiz Alexandre de Castro Filho no início do ano de 2003:

Mais investigações, uma realizada pela Polícia Federal em 1999, outra pela CPI federal do narcotráfico e do crime organizado em 2000, e, finalmente, por denúncias e levantamentos de atores da sociedade civil, serviram para fundamentar um pedido de intervenção federal em 2001, encaminhado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão ligado ao Ministério da Justiça. Ao pedido de intervenção federal vinha anexado um dossiê sobre violação de direitos humanos, sobre o qual se baseava a afirmação de que as instituições policiais, judiciais e políticas estavam infiltradas e sequestradas pelo “crime organizado” (BITTENCOURT, 2014, p. 61).

Segundo Miranda (2003) o crime organizado no Espírito Santo (ES) nessa época poderia ser considerado como “verdadeiro crime organizado”, pois diferentemente de outros estados da federação não agia só esporadicamente, mas no ES se infiltrou nas instituições públicas em todos os âmbitos do Executivo, Legislativo e Judiciário através do jogo do Bicho na década de 80 a ponto de se confundir com as instituições legais de direito.

Ainda tratando dos problemas encontrados no Estado do Espírito Santo Ribeiro Junior (2011) faz as seguintes observações:

Desta forma, o cenário do Espírito Santo nos anos que antecederam a gestão de Paulo Hartung era o de um Estado economicamente falido, administrativamente atrasado e dominado por grupos que visavam a satisfação de interesses privados. Por isso, como citado, as duas demandas principais eram a reforma administrativa e o combate ao “crime organizado” – visto como máfia e não como criminalidade de rua ou narcotráfico. (RIBEIRO JUNIOR, 2011, P.5)

Cabe aqui fazer um breve parêntese esclarecendo que um grupo de extermínio, um braço armado do crime organizado em terras capixabas fora combatido nessa época também: a Scuderie Detetive Le Coq.

No Espírito Santo, é importante ressaltar a repercussão deste *Zeitgeist* pela fundação da Scuderie Detetive Le Coq (daqui para frente, SDLC), em 1984. Originada no Rio de Janeiro, onde foi criada em homenagem a um policial participante do primeiro “grupo de extermínio”, morto por um bandido pobre, a SDLC assumiu grandes proporções no Espírito Santo. Com a sessão capixaba sediada em Vitória, a SDLC era associação civil sem fins lucrativos, com mais de mil membros, sobretudo policiais militares e civis, mas também policiais federais, juízes, promotores, políticos, advogados e empresários (BITTENCOURT, 2014, p.47).

Miranda (2003) ainda destaca os desafios encontrados como: a corrupção nas polícias e a vingança do crime organizado quando era incomodado, muitas vezes a punição para quem quisesse combatê-lo era com a própria vida; a falta de contingente nas polícias (1700 policiais civis e 7000 policiais militares) e sem perspectivas de contratação; estatísticas com graves indícios de omissão ou manipulação de dados; o sistema prisional colapsado, presos em delegacias, que equivocadamente poderiam receber 500 presos possuíam mais de 1800 detentos custodiados em situação degradante impossibilitando o trabalho de investigação da polícia judiciária.

Tendo em vista esse cenário fora elaborado um plano para buscar respostas a sociedade capixaba. O plano da pasta da Segurança Pública tinha como princípio:

[...] a busca do estabelecimento de condições satisfatórias de segurança pública no Estado do Espírito Santo, por meio do trabalho integrado entre as instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Segurança Pública e todas as demais eventuais colaboradoras nas esferas municipal, estadual e federal (e mesmo organizações internacionais), com participação comunitária e pleno respeito aos Direitos Humanos e ao ordenamento jurídico vigente [...] (ESPÍRITO SANTO, 2003?, P.2)

Com esses princípios regendo o plano, elaboraram-se programas, ações e projetos para dar prosseguimento e alcance dos objetivos possibilitando conforme Espírito Santo (2003?) uma maior aproximação dos organismos da segurança pública com a sociedade com a finalidade de criar confiança recíproca e permanente e oportunizar uma nova realidade no tratamento da violência e criminalidade no Estado.

O plano contemplava: um Programa de Ações Emergenciais com 33 ações que iam desde maximização de recursos humanos, passando por uma revitalização

estrutural e finalizando com ações emergenciais operacionais que eram projetos voltados para melhoria dos servidos organismos da segurança.

O segundo programa elaborado foi focado na redução da violência e ampliação da proteção pública com 19 ações com diversos projetos de prevenção primária não só para violência, mas também para incêndios e acidentes, além de ações de prevenção e repressão qualificada como redução ao trafico de drogas, combate ao trafico e porte ilegal de armas, exploração infantil e outros.

O terceiro programa foi voltado para reforma e modernização dos órgãos de defesa social que possuía 31 projetos que contemplava a reorganização das instituições, com diagnósticos das agências, revisão normativa, criação de fundos de estruturação. Também foi planejado ações na área da formação e desenvolvimento profissional, nas áreas de inteligência policial, na modernização e aparelhamento dos órgãos.

Aqui nessa etapa do plano pensou-se na participação social com a criação de conselhos consultivos, assistência às vítimas de violência, ampliação dos conselhos municipais de defesa civil.

No quarto programa do plano a ênfase era na valorização profissional com ações de resgate institucional, com projetos de motivação e valorização do trabalho do profissional de segurança pública.

Depois da reestruturação financeira econômica das finanças do Estado muitos avanços tecnológicos e de gestão foram implementados.

A Secretaria de Segurança Pública (SESP) foi reestruturada e ampliada, rebatizada de Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, incorporando mais subunidades, competências e atribuições. Foi criado o Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODES), destinado a centralizar o atendimento de ocorrências e o videomonitoramento de vias públicas. Foram criados ainda um núcleo de inteligência, uma gerência de estatística, um núcleo de repressão às organizações criminosas e subunidades de função administrativa interna (Lei Complementar 297 de 28 de julho de 2004) (BITTENCOURT, 2014, p.63).

Até esse momento era secretário Rodney Rocha Miranda 01/01/2003 a 12/12/2005 e depois de um determinado período passou a ser Evaldo França Martinelli – 16/12/2005 a 31/12/2006.

Nesse segundo período, quem esteve a frente da SESP, o promotor Evaldo Martinelli deu continuidade a reestruturação das policias, a melhoria na gestão e a incremento de inovações tecnologias para otimizar os trabalhos dos operadores de segurança, como foi reconhecido no diagnóstico do plano que o sucederia:

Nos últimos anos temos assistido a um vigoroso processo de recuperação moral e gerencial da Administração Pública Estadual. Processo este que necessariamente repercutiu no âmbito da segurança pública e defesa social, especialmente com a recuperação da capacidade de investimento. Com isso incorporaram-se novas tecnologias e modernas ferramentas de gestão, que passaram a fazer parte do cotidiano dos profissionais de segurança pública (ESPÍRITO SANTO, 2007, p. 5).

E ainda:

Novas e modernas estruturas foram criadas para dar suporte às ações das corporações subordinadas a SESP, a exemplo do CIODES e do Sistema Estadual de Inteligência (ESPÍRITO SANTO, 2007, p. 5).

O diagnóstico do plano ainda cita que no período que antecedeu foram adquiridas para melhorar a capacidade operacional das polícias e corpo de bombeiros novas viaturas, coletes balísticos, armamentos e equipamentos de proteção individual e que essa base permitiria que no novo quadriênio se avançasse na recomposição e ampliação dos efetivos policiais e proceder uma readequação da estrutura organizacional dos organismos que compunham a SESP para atender a demanda da sociedade.

Os investimentos na Segurança Pública são relevantes e até reconhecidos. Ribeiro Junior (2011) em sua análise demonstra que o aporte financeiro foi de R\$ 412 milhões de reais em 2002 para R\$ 810 milhões em 2006, mas apesar disso os resultados em relação a diminuição dos índices de violência e as taxas de homicídios não foram significativas e com um agravante, se a situação prisional já era um desafio para o governo do Estado, se agravaria mais. Com a reorganização do aparato policial a eficiência das policias aumentaria, traduzindo mais prisões, mais pessoas detidas nos presídios capixabas esperando decisão da justiça.

Desta forma, em 2006 deu-se início a uma crise no sistema prisional capixaba decorrente das denúncias feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e pela Vara de Execuções Penais ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) que culminaram no relatório deste órgão que denunciava a situação caótica do sistema penitenciário estadual (RIBEIRO JÚNIOR, 2011, p. 8).

Além dessas críticas levantadas por Ribeiro Junior (2011) outros questionamentos sobre a eficiência do planejamento de segurança pública do Estado do Espírito Santo foram levantadas, como veremos ao final da próxima seção.

### 3.5.3 Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (2007-2010)

Em janeiro de 2007 outro planejamento das ações da segurança pública é realizado, agora com um tom já de continuidade das ações iniciadas no quadriênio passado, já que o governador Paulo Cesar Hartung Gomes é reeleito.

Apesar de muitos dos desafios terem sido propostos, outros ainda permaneciam carentes de atenção, o índice de homicídios continuava em patamares elevados, o sistema carcerário ainda permanecia superlotado, o efetivo das polícias não fora recomposto, os projetos de cunho social não atingiram a totalidade da população alvo e outros.

No diagnóstico desse novo plano surge algumas análises que apresentam um aprofundamento do tema Segurança Pública como relatado em Espírito Santo (2007). No documento, cerca de 70 páginas são dedicadas a uma descrição da evolução da dinâmica social urbana da Grande Vitória, o problema da metropolização em confronto com a capacidade operacional das polícias estaduais, além de uma detalhada explanação de informações criminais disponibilizada por bancos de dados da própria SESP, IPEA, SIMDATASUS, IBGE e georeferenciadas.

Segundo Espírito Santo (2007) esse amplo diagnóstico teve como objetivo contribuir para compreensão dos aspectos da Segurança Pública no estado e entender as diferentes formas de violência e o papel dos diversos atores envolvidos no tema.

Ao final do estudo o plano aponta três diretrizes de políticas públicas que serão seguidas nos próximos anos:

1. **o enfrentamento da violência e a proteção pública** – buscando promover ações articuladas e coordenadas de prevenção e repressão à violência e criminalidade, e privilegiando a mediação de conflitos e cidadania;
2. **a modernização da estrutura de defesa social** – visando a melhoria das condições de trabalho de seus profissionais e a otimização dos serviços oferecidos à sociedade; e
3. **a valoriza profissional** – e valorização das próprias instituições de segurança pública e defesa social, a partir da capacitação profissional e do estímulo ao aprimoramento contínuo. (ESPÍRITO SANTO, 2007, p. 74)

As ações do plano 2007-2010 são detalhadas em mais de 70 páginas contendo para cada ação o que seria feito, os resultados esperados, os beneficiários, os parceiros, o tempo para implementação e ainda às fontes de recursos. Em sua ordem possuía praticamente a mesma estrutura do plano anterior, indicando que muito do que foi feito iria ter continuidade. Foi dividido em três grandes programas, com oito grandes ações e 72 projetos a serem desenvolvidos.

Mas apesar de estar bem detalhado e ter sido elaborado com um diagnóstico estatístico da situação da violência, ainda não previa ações de cunho social perenes. Pouco se falou de participação da comunidade, da sociedade civil organizada e outros atores, bem como a integração com outras áreas do próprio governo como Educação, Saúde, Infraestrutura, trabalho e renda.

O plano não atinge seu objetivo principal que seria a redução dos índices de homicídios:

Entre 1979 e 2008 a Região Metropolitana da Grande Vitória apresentou um crescimento real de cerca de 1.423% no número de registros de homicídios, saltando de 95 homicídios (12,75 homicídios por 100 mil habitantes) registrados no final da década de setenta para 1.352 homicídios registrados em 2008 (81,23 homicídios por 100 mil habitantes) (FAJARDO, A.R.D; BARRETO, L. N; FIGUEIREDO, S.O, 2014, p. 4).

As ações com enfoque social só começam ser efetivadas em meados de 2008 quando o índice de homicídio chega a níveis assustadores e o Estado do Espírito Santo passa a ser notícia nacional como relata Castro e Acayaba (2009) “Alagoas e Espírito Santo lideram em homicídios; Rio cai para 4º”. Por essas e outras notícias jornalísticas e a irredutibilidade das taxas de violência o governo vê que há uma necessidade de se reformular a visão estratégica de enfrentar e controlar o fenômeno da violência.

Um novo planejamento é realizado e um novo plano é elaborado. Nesse novo plano de segurança abarcara o cuidado com as comunidades já nas diretrizes da política de segurança públicas que seriam aplicadas.

#### **3.5.4 Plano/Programa de Enfrentamento a Violência (2008-2010)**

Em 2009, mais uma vez o ES chega a um pico no gráfico do número de homicídios, que Waiselfisz (2013) trata o caso do ES como um “extermínio da juventude”. O que faz o governo estadual refazer o plano que estava em andamento para conter essa onda de violência

O Plano de Enfrentamento a Violência no Espírito Santo (ES) começou a ser implementado em meados de 2008 com o intuito de ser um diferencial na política pública de segurança da Secretaria de Segurança do ES, segundo Pereira e Grassi (2012). E teve como objetivo:

Reduzir os índices de violência em bairros com histórico de altas taxas de criminalidade, aumentar a presença do Estado nessas localidades e atuar preventivamente no controle ao uso e tráfico de drogas, com a realização de ações policiais e de comunicação nas comunidades contempladas pelo programa (MIRANDA, 2010?).



O plano foi definido e tentou-se implementá-lo em três fases: a primeira com a prisão de criminosos com mandado de prisão em aberto em bairros onde identificava-se um alto índice de homicídios, na segunda fase a polícia militar faria uma ocupação ostensiva e permanente do local a fim de garantir a chegada da terceira etapa, que viria com a realização de projetos esportivos, sociais, culturais e cívicos.

O Plano de Enfrentamento foi formulado a partir de uma boa ideia, identificar as áreas mais perigosas da RGV e concentrar nelas seus esforços. Essas áreas foram identificadas a partir de análise geoestatística (Mapa do Crime), que encontrou as regiões de maiores concentrações de homicídios da RGV. Foram selecionados um bairro para cada município da RGV e estes locais passaram a receber mais atenção das agências de segurança pública. Os bairros inicialmente selecionados para serem Regiões Especiais de Defesa Social (REDS) foram: Grande São Pedro em Vitória, Grande Terra Vermelha em Vila Velha, Nova Rosa da Penha em Cariacica, e o Conjunto Feu Rosa/Vila Nova de Colares na Serra (PEREIRA E GRASSI, 2012, p. 84).

Segundo Pereira e Grassi (2012) essa política pública não foi totalmente implementada por alguns fatores:

- O baixo efetivo policial impossibilitando a ocupação em definitiva das áreas mais violentas;
- Sistema prisional em colapsado (presos em delegacias);
- Atritos políticos (Tanto de pressões internas entre SESP e PMES, quanto externas, outros setores do Estado);
- Falta de integração com algumas prefeituras, principalmente na Grande Vitória inviabilizando a realização de projetos na área social de médio e longo prazo e ainda;
- Falta de dotação orçamentária adequada as demandas múltiplas da Secretaria de Segurança.

De toda forma e com todas as dificuldades os índices de homicídios, mesmo que os números sejam modestos, caem de 2009 para 2010. De 2010 para 2011. O governo estadual muda e como de praxe, as políticas públicas de segurança são novamente repensadas.

Mas algumas realizações foram destacadas pelo gestor do plano em seus relatórios. Para Miranda (2010?) foram resultados: a contratação de 1.736 policiais militares, 418 civis e 444 bombeiros militares, 500 coletes, 456 pistolas, 30 submetralhadoras e mais de 150 mil munições adquiridas, investimento em tecnologia com os projetos “Olho digital”, Mapa do Crime e “Rua Segura” e ainda:

[...] a repressão qualificada à criminalidade, pagamento de recompensa a quem colaborar com a prisão de procurados, inauguração de dois Centros de Detenção Provisória (CDP). Palestras em escolas e igrejas sobre a epidemia das drogas (em especial o crack), dentre inúmeras outras. (MIRANDA, 2010?)

Observamos no breve relatório de prestação de contas, citado acima, que o enfoque ainda estava na repressão policial com compra de armas, munições e contratação de mais efetivo. Aparece também nesse documento a participação e ação voltada para a comunidade, a realização de palestras dando sinal de alguma interação ainda que não quantificada.

O que foi lançado em 2008 como um Plano no final toma contornos de um Programa e como programa em seus objetivos surge às localidades que seriam o público alvo dos projetos a serem executados.

Apesar de todo avanço propagado pela gestão do plano/programa não faltaram críticas feitas pela sociedade civil organizada e órgãos ligados aos Direitos Humanos. A falta de políticas públicas voltadas para o social, bem como a necessidade de outras instâncias do estado também se envolver diretamente no problema da segurança foram lembradas por Borgo (2011) que retrata outros problemas citando o próprio plano/programa:

O modelo anterior não funcionou e, apesar de todas as denúncias feitas pela CDH/ OAB-ES no sentido de serem apuradas as práticas violentas de alguns agentes do Estado e com isso dar ciência aos secretários de Estado e ao próprio governo de que a política de segurança pública aqui colocada em prática na verdade estava funcionando em total desacordo com as garantias constitucionalmente asseguradas a todos os cidadãos, o antigo Plano parece continuar em execução pois ainda está na página oficial da Secretaria de Segurança Pública e não há outro documento oficial que torne públicas as metas e a intenção do novo governo com relação à segurança pública (BORGO, 2011, acesso em 20 out. 2015).

Outra crítica levantada, fora a falta de implementação da terceira fase, veio de Pereira e Grassi (2012) que observam que apesar dos esforços da SESP em implementar na totalidade projetos e ações sociais nas localidades onde existiam jovens em situação de risco só um projeto foi levado a diante, que foi as Ações Integradas Pela Segurança. Através de serviços prestados por órgãos estaduais, municipais e organizações não governamentais o projeto tentava levar serviços essenciais ao cidadão em um único dia.

Contudo, a SESP foi incapaz de articular projetos de longo prazo significativos, se concentrando na realização de eventos. Talvez, se o Governo do Estado coordenasse diretamente essas atividades ou se a SESP tivesse a devida dotação orçamentária para os projetos, eles teriam

sido mais duradouros do que os que ocorreram a partir da articulação da Secretaria Estadual de Segurança. (PEREIRA GRASSI, 2012, p. 88).

Até mesmo a Segunda Fase do Plano/Programa de Enfrentamento a Violência não conseguiu concluir com êxito o planejamento inicial a ocupação das áreas mais violentas pela Polícia Militar ficou prejudicada, pois conforme aponta Pereira e Grassi (2012) o governo não tinha se preparado e mobilizado as instituições aumentando o efetivo policial de modo que pudessem permanecer permanentemente nesses locais.

A SESP-ES chegou a obrigar os policiais militares que realizam trabalho administrativo interno, a trabalhar nas ruas durante algumas horas da semana. Contudo essa medida em pouco ajudou o aumento do efetivo onde ele era realmente necessário e ainda contribuiu para o desgaste do Secretário com PM-ES (PEREIRA; GRASSI, 2012, p. 87).

Outras críticas também foram levantadas que são importantes de serem destacadas para esse período, como alerta Ribeiro Junior (2011):

A hiperinflação carcerária; a privatização dos serviços de construção, gestão e alimentação dos presídios; e o controle policial e judicial da população que não tem acesso aos “benefícios” econômicos do novo governo são os símbolos, ainda que perversos, do que Hartung prometeu em um de seus primeiros discursos: planejamento, capacidade de gestão e apoio social. (RIBEIRO JUNIOR, 2011, p.24)

Esses problemas gerados, vem de encontro as ações propostas nas políticas públicas, ou por não planejarem corretamente as consequências de investir em alguns tipos de ações em detrimentos de outras, ou ainda por omissão de não se estudar as os resultados que se esperavam em um outro cenário posto.

### **3.5.5 Programa Estado Presente em Defesa da Vida (2011-2014)**

No início de 2011 o governo do estado se reúne para o planejamento estratégico dos próximos quatro anos e decide implantar alguns eixos e diretrizes de trabalho para o próximo período. Entre outras decisões tomadas no Planejamento Estratégico 2011-2014 decidiu-se criar eixos estratégicos para que fossem realizadas políticas públicas e programas específicos para cada problema a ser enfrentado, ao todo foram dez eixos conforme Espírito Santo (2011):

1. Melhoria da gestão pública e valorização do servidor;
2. Desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte e do lazer;
3. Produção do conhecimento, inovação e desenvolvimento;
4. Integração logística;

5. Desenvolvimento da infraestrutura urbana;
6. Empregabilidade, participação e promoção social;
7. Atenção integral à saúde;
8. Prevenção e redução da criminalidade;
9. Distribuição dos frutos do progresso;
10. Inserção nacional.

A partir do eixo “Prevenção e redução da criminalidade” Espírito Santo (2011) descreve estratégias, projetos e ações para enfrentar os desafios elencados que eram: ampliar a capacidade de resposta às demandas da população; reduzir a incidência de crimes letais intencionais (homicídios, latrocínio e lesões seguidas de morte) e reduzir a reincidência criminal.

Com esse planejamento norteador passa-se a buscar um modelo de política pública que alcance todos os desafios. Passa-se elaborar um programa que seria intitulado Programa Estado Presente em Defesa da Vida:

A partir de 2011, objetivando a ampliar os resultados positivos obtidos no período imediatamente anterior, teve início a implementação do Programa Estado Presente com foco na redução de homicídios por meio de estratégias específicas para cada organização policial e na articulação de iniciativas para melhoria dos indicadores sociais (FAJARDO, 2013).

Essa tentativa de dar respostas à população indica uma queda nos índices que saem de 57,2 em 2009, para 47,3 em 2012, mas apesar da queda o ES ainda está em 2012 no segundo lugar do ranking de homicídios do Brasil.

Devido à sua projeção e os resultados alcançados, esse programa é detalhado aqui nesse capítulo com suas definições, eixos, ações e subprogramas. Além de ligar seu desenvolvimento com o papel da mídia, a implantação de suas ações e seus resultados obtidos.

Cerqueira (2013) aponta que 19 mil pessoas foram assassinadas no Estado do Espírito Santo entre os anos 2000 até 2010. Segundo o autor esse número assustador de mortes vem fazendo que o estado apareça sempre nas primeiras colocações do ranking de homicídios do Brasil, e em 2010 segundo o Mapa da Violência uma publicação do Ministério da Justiça com Instituto Sangari, estava em 2º lugar.

Cerqueira (2013) também afirma que ao contrario dos indicadores de violência, nesse período o Espírito Santo se reorganizou economicamente e administrativamente, possibilitando que fosse inaugurado um programa governamental de enfrentamento da violência e criminalidade intitulado Estado

Presente em Defesa da Vida, que segundo o autor constitui uma das mais qualificadas intervenções em segurança pública do país.

Essa percepção de Cerqueira também foi referenciada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), conforme Espírito Santo (2014), que analisou o Programa Estado Presente e avaliou com a maior nota que já declarou entre os projetos voltados a políticas de segurança pública, nos últimos dez anos: 9,5.

O programa busca soluções para contextos que mesclam violência e desorganização urbana e social que requerem superação do modelo tradicional de política pública de segurança.

Conforme o Espírito Santo (2013) descreve, a essência do Programa Estado Presente é promover a articulação institucional necessária para priorizar a implantação de um conjunto de ações e projetos voltados para o enfrentamento da violência letal e para a prevenção da violência a partir da ampliação do acesso à educação, esporte, cultura, geração de emprego, renda e promoção da cidadania em regiões com altos índices de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, segundo o Espírito Santo (2013) os esforços no campo do enfrentamento e prevenção da violência estão sendo cada vez mais integrados e potencializados, com destaque nas áreas de maior vulnerabilidade social e que registram historicamente os maiores índices de criminalidade. Esse é o escopo principal do programa que é fundamentado nos pilares da recomposição de efetivos das agências de segurança pública, investimentos em tecnologia e infraestrutura e ações no campo da proteção.

Por fim em uma análise do processo de construção social Cerqueira (2013) alerta que ainda há um longo caminho a ser percorrido pela sociedade do Estado do Espírito Santo e que capitaneados pelos gerentes do Programa Estado Presente devem buscar um novo pacto social pela paz e a diminuição não só dos índices de homicídios, mas também oferecer proteção às vítimas de violências domésticas e juvenis e a prevenção ao uso de drogas.

O Estado Presente foi definido por seus idealizadores como um programa destinado a:

Envolver toda estrutura de governo para ampliar tanto os fatores de proteção quanto diminuir as causas de risco a violência, com forte influência na modalidade de planejamento governamental que expandisse garantias e direitos nos territórios acima mencionados. Mais ainda para assegurar as capacidades de intervenção e a efetividade dessa política, adotou-se como imprescindível a cooperação e as parcerias com o setor produtivo e a

sociedade civil, pautada na consolidação de uma governança democrática e participativa, orientada para resultados. (FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA, 2015, p. 25).

Segundo a Fundação João Mangabeira (2015) o programa se baseou originalmente na experiência de Pernambuco com o Programa Pacto pela Vida e como lá naquele estado, também seria a intenção esboçar o Estado Presente com o status de política pública de Estado com a intenção de fazer efetivar as ações que iriam ser implantadas.

Queiroz e Cavalheiro (2014) em sua pesquisa entrevistou a Assessora Especial da SEAE Sabrina Figueiredo que informou aos pesquisadores que como arcabouço teórico os gestores do programa buscaram como referência boas práticas de políticas públicas para analisar e estruturar no estado como a política de segurança cidadã de Bogotá e a implementação do policiamento comunitário em bairros na cidade de São Paulo.

Em outro relatório o titular da SEAE, Álvaro Fajardo, informa que:

O marco teórico que sustenta a concepção do programa está fundamentalmente ligado ao conceito de segurança cidadã impulsionado por organizações internacionais – PNUD, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, dentre outras agências de cooperação internacional. (ESPÍRITO SANTO, 2014, p. 25)

Enquanto o PRO-PAS, como relatado anteriormente feito, em 1999 se preocupou muito com a situação das polícias e especificamente da Polícia Militar como ator preponderante no controle da criminalidade e violência, o Plano de Enfrentamento a Violência foi apresentado como uma inovação chamada no relatório de “terceira fase”, que seria a realização de projetos e programas sociais para as comunidades que apresentavam maiores índices de criminalidade.

Como já foi dito essa 3ª etapa do Plano de Enfrentamento à Violência não conseguiu ser implementada, mas a mudança de governo trouxe continuidade pelo menos nas diretrizes das políticas públicas e o Programa Estado Presente em Defesa da Vida teria a intenção de avançar mais um pouco na 3ª etapa que é a assistência as comunidades vulneráveis.

Por isso em sua constituição foi estruturado em três linhas de ações prioritárias: infraestrutura, proteção policial e proteção social. Segundo Fajardo, Barreto e Figueiredo (2014) era necessário cuidar da infraestrutura das agencias e órgãos envolvidos no processo, contemplava investimentos como construções, reformas e padronização de unidades que iriam atender o publico interno do governo e a população nas áreas beneficiadas.

Na Proteção Policial, a Fundação João Mangabeira (2015) ressalta que nessa fase se construiria estratégias específicas para cada organização policial com foco na defesa da vida, buscando otimização de recursos humanos e materiais, monitoramento das ações policiais com base na atividade de inteligência, para isso foi necessário reordenar os territórios onde se encontravam maior vulnerabilidade social adaptando as estruturas das policias civil, militar e corpo de bombeiro para atender as 20 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) que foram organizadas em 3 grandes regiões integradas (RISP).

Já a proteção social foi definida como:

[...] integração das ações governamentais nas suas diferentes esferas e destas com parceiros da iniciativa privada e outras instituições de modo a criar uma ambiência de cidadania e de oportunidades para populações em situação de vulnerabilidade (FAJARDO, BARRETO E FIGUEIREDO, 2014, p. 13).

Para dar andamento a esses três eixos o Governo do Estado no início de 2011, segunda Fundação João Mangabeira (2015), criou uma nova secretaria, a Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas (SEAE) que teria como objetivo principal planejar, integrar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar as ações de 15 secretarias e 11 órgãos da administração direta e indireta.

A Secretaria de Ações Estratégicas (SEAE) foi criada em janeiro de 2011 com a missão de acompanhar e coordenar as ações e os resultados do Programa Estado Presente, que tem o objetivo de reduzir os indicadores criminais e consolidar uma governança democrática e participativa, orientada para resultados. O Estado Presente é um programa que inicia o ciclo de instalação de uma política pública de enfrentamento da criminalidade com propósitos claramente definidos, fundamentada em valores, ferramentas de gestão, monitoramento e, sobretudo, do envolvimento de todos na promoção de uma vida melhor. A SEAE também atua como interlocutora para a solução de problemas comuns na área de Segurança com outras secretarias de Governo, Prefeituras, Governo Federal, Poderes Legislativo e Judiciário e Sociedade Civil Organizada (ESPÍRITO SANTO, acesso em 22 set. de 2014).

Nesse sentido Queiroz e Cavalheiro (2014) destacam uma inovação na governança. O próprio governador preside a assembleia onde são realizadas as reuniões de monitoramento e avaliação das ações do programa. Nessa reunião estão presentes também os secretários de Estado, representantes das policias, do ministério público e do poder judiciário. Essa presença do próprio Governador eleva a política pública de segurança a uma política pública de governo que facilita a integração com outras pastas e dá-se o devido tamanho ao enfrentamento da violência e criminalidade.

Podemos listar projetos desenvolvidos conforme descreve Fajardo, Barreto e Figueiredo (2014) por secretarias e órgãos responsáveis:

- **Secretaria de Saúde:** construção de pronto atendimento, construção unidades de saúde da família, e construção de centros de atendimento psicossocial – álcool e drogas.
- **Secretaria de Educação:** construção, reforma e ampliação de escolas, projeto coordenadores de pais, Up with English e Jovens Urbanos.
- **Secretaria de Esporte e lazer:** esporte pela paz, campo bom de bola, praça saudável.
- **Secretaria de Cultura:** Cultura Presente, Núcleos de Musicalização e a Biblioteca móvel.
- **Secretaria de desenvolvimento urbano:** obras de drenagem e pavimentação,
- construção de unidades habitacionais, Minha Escritura (Projeto de Regularização de Terrenos).
- **Secretaria de estado da ciência, tecnologia, inovação, educação profissional e trabalho:** Profic, qualifica trabalhador, programa nossa bolsa, pesquisador do futuro.
- **Secretaria de Turismo:** Qualifica ES turismo, Viaja ES Jovem.
- **Defensoria Pública estadual:** Defensoria Itinerante, Defensoria Amiga da Comunidade.
- **PROCON:** Consumidor Cidadão, PROCON Móvel.
- **Subsecretaria de movimentos sociais:** Centro de Referência Estadual de Atendimento a Mulher.
- **Instituto de Atendimento Socioeducativo:** Centro de Atenção e Inclusão Social (CAIS).
- **Secretaria de Recursos Humanos:** Jovens Valores.
- **Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social:** Ação Integrada de Cidadania.
- **Agência de Desenvolvimento das micro e pequenas empresas e do empreendedorismo (ADERES):** Fortalecimento da Microeconomia Local.

Segundo Fajardo, Barreto e Figueiredo (2014) esses projetos foram idealizadas para atender 30 aglomerados do Estado, sendo 20 localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória e 10 municípios do interior do Estado. Esses



aglomerados foram escolhidos com base no índice de homicídios ocorridos na região, esses 30 locais concentravam na época de elaboração do programa 50% dos crimes letais intencionais e a população estava em situação de risco.

O relatório da Secretaria Extraordinária traz números relativos ao investimento e abrangência do programa, segundo Espírito Santo (2014) foram envolvidas no programa 26 secretarias e órgãos do governo que se reuniram 80 vezes para avaliação e monitoramento dos eixos de proteção policial e social e que os projetos sociais alcançaram 392.144 pessoas e fora investido o montante de R\$ 713 milhões pelas diversas secretarias ligadas ao programa.

Para Fundação João Mangabeira (2015) todos os números apresentados nos relatórios de gestão do programa são para justificar os resultados desses projetos e a articulação social. Dentre esses resultados destacamos o que originou o programa que foi o índice de homicídios:

25% de redução na taxa de homicídios por 100 mil habitantes, durante quatro anos do programa Estado Presente [...] O resultado alcançado no final do governo retroagiu os indicadores de violência letal em 22 anos, colocando a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no mesmo patamar de 1993, após sucessivos anos de aumento. Considerando-se o número de vítimas no período do governo em relação ao período imediatamente anterior, 1.261 foram preservadas [...] (FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA, 2015, p. 205).

Outro resultado relevante apresentado por Espírito Santo (2014) foi em relação à redução nos aglomerados escolhidos:

Outro dado que corrobora para o acerto das medidas adotadas, como o foco territorial, é a redução de forma mais expressiva nos aglomerados do Programa. Dos 32 aglomerados, apenas cinco não apresentaram redução de indicadores criminais de violência letal. Dos 16 municípios, apenas um não seguiu a tendência na queda. Um destaque também para a RMGV, onde todos os municípios apresentaram diminuição e dos 21 aglomerados, 17 reduziram. (ESPÍRITO SANTO, 2014, p. 98)

O que diferencia o Programa Estado Presente em Defesa da Vida enquanto política pública visando redução de homicídios dos outros planos implementados no Estado do Espírito Santo foi a maximização em projetos sociais e os sistemas de gestão da área de segurança, onde integrou-se outras secretarias e órgãos do governo com a finalidade de redução da violência.

O viés social de cunho preventivo, nesta esteira, o combate à miséria, a promoção de oportunidades, desenvolvimento local e inclusão social aliado à integração entre órgãos e agentes públicos é o que torna diferente e promissor o programa intentado pelo governo do Estado do Espírito Santo (QUEIROZ; CAVALHEIRO, 2014, p. 37).

Outro resultado destacado por Garcia (2015) foi o êxito da primeira fase do Programa, a ação da polícia foi focada mais uma vez na repressão qualificada, mas desta vez foi pensada e na adequada a situação dos presídios do estado, ampliando e humanizando a situação, pelo menos naquele período, possibilitando que o sistema de inteligência policial controlasse a população carcerária:

Em 2014 foram presos 1.800 homicidas e tivemos 1.500 homicídios aproximadamente. Isso é um indicativo do foco que temos dado e é um indicador de gestão importante. A prisão útil como indicador de segurança é a prisão por mandado, pois a prisão em flagrante é de baixa qualidade. Se prende tudo no flagrante, já por mandado se qualifica a prisão. A prisão em flagrante enche o sistema prisional e traz problema para a secretaria de justiça. De 2009 para cá conseguimos tirar os policiais militares do sistema prisional, tirar os presos das delegacias, que tornava o sistema da polícia civil caótico, isso cooperou para que as ações fossem exitosas (GARCIA, 2015).

Cabe ainda ressaltar que em 2014 o Programa Estado Presente em Defesa da Vida chegou ao fim, não porque alcançou seu objetivo total, mas sim porque novamente ocorreram eleições e mudança de governo.

Apesar de todo esse empenho do Governo Estadual, em realizar projetos sociais nos aglomerados onde há vulnerabilidade social, algumas críticas foram realizadas na sua implementação e andamento.

Ferreira (2015) aponta o perigo de não se medir os resultados sociais metodologicamente, em sua pesquisa observou que os idealizadores do programa afirmavam que haveria um monitoramento sistemático com avaliação de resultados em todos os âmbitos, mas que essa análise na verdade ficava restrita aos indicadores criminais ficando em segundo plano os indicadores da área social, pelo menos na região de São Pedro, Vitória que era seu campo de estudo.

Na avaliação dos projetos sociais não falam sobre como vão mensurar a melhoria da qualidade de vida e o exercício de cidadania dos jovens beneficiados nem sobre a utilização de indicadores que apontem para este resultado. Ou quando prevêem o “desenvolvimento das relações interpessoais e a formação do caráter de crianças e adolescentes” nas comunidades, mas não descrevem como será mensurado o desenvolvimento destas relações nem a formação do caráter, que são ações de grande subjetividade e necessitam de monitoramento por indicadores qualitativos de efetividade. Também não citam como será feita a aferição do exercício de cidadania e empoderamento das mulheres vítimas de violência. E nem demonstram como será mensurado que a família dos jovens em conflito com a Lei está conseguindo dar um novo significado ao modo de vida destes jovens. Estas deficiências corroboram com a crítica dos gestores e pesquisadores fizeram sobre a fragilidade na concepção e gestão do PRONASCI. Como a equipe da SEAE mudou com a mudança de governo em 2013, e o Estado Presente foi desarticulado, não nos foi concedido acesso à documentação sobre os indicadores dos projetos sociais nem confirmado se os mesmo existem (FERREIRA, 2015, p.106).

Por fim o Secretário de Segurança em entrevista ao Anuário 2015 de A Gazeta faz uma análise do período de queda de homicídios:

O que ajudou a mudar este cenário avalia Garcia, foram os investimentos que começaram a ser realizados já naquela época (se referindo a 2009). Os primeiros resultados de 2010 indicaram os passos a serem seguidos. “Foi quando se estabeleceu uma nova governança, em que se buscou conhecer melhor o problema, fez-se um diagnóstico dele e começou a ser feito um trabalho de reestabelecer uma relação de confiança da sociedade com as polícias” explicou (A GAZETA, 2015, p 33).

Os avanços dos últimos programas em relação à diminuição dos números de homicídios e inserção de projetos de sociais que atinjam os jovens em situação de vulnerabilidade que o próximo programa, o Ocupação Social, terá que dar continuidade.

### **3.5.6 Ocupação Social – 2015 (em implementação)**

Segundo A Gazeta (2015) a pesquisadora e professora Rossana Mattos aponta alguns fatores que fazem as comunidades em situação de risco seja um local onde os jovens têm morrido. Um dos fatores citados foi o processo de urbanização desordenado, na década de 80, gerando o empobrecimento e a construção de espaços altamente vulneráveis nas cidades.

Para completar o cenário negativo, a juventude que ali habitava não foi alvo de políticas públicas, durante anos. “Só foram criados espaços excludentes e estigmatizados, que não tem área de lazer, saúde, educação, cultura, em que os jovens são deixados à própria sorte”, pondera a professora. (A GAZETA, 2015, p.34).

Com o avanço nas contribuições científicas, diagnósticos mais precisos sobre a situação dos homicídios no Estado e com a experiência agora da SEAE com o Programa Estado Presente, em 2015 o novo governo do Estado do Espírito Santo anuncia uma nova política pública de segurança chamada de Ocupação Social.

Que segundo o Secretário Extraordinário de Ações Estratégicas Evaldo Martinelli esse novo programa é baseado em informações estatísticas e científicas para sua implementação, usando informações compiladas ao longo da última década com a finalidade de melhorar a ação do serviço público.

O uso adequado das informações nos permitiu a frente da SESP identificar os bairros com altos índices de homicídios e hoje, a frente da SEAE, observamos os bairros com viés de vulnerabilidades e riscos para os jovens. É uma evolução estratégica e metodológica de controlar os índices. (MARTINELLI, 2015).

Em sua prestação de conta na Assembleia Legislativa, no dia 04 de março de 2015, o Governador Paulo Cesar Gomes Hartung apresentou seu plano de governo em várias áreas e na segurança apresentou o Programa Ocupação Social como política pública de enfrentamento a violência e criminalidade para o próximo quadriênio.

Na segurança, a articulação e a mobilização entre as diversas áreas do governo e demais instituições estão adiantadas para implantação do Programa de Ocupação Social. Esta ação tem como foco os territórios com altos índices de violência e criminalidade. Nesse sentido, para debater a viabilização do programa, ontem (terça-feira) fizemos uma reunião em Linhares, vamos a Cachoeiro de Itapemirim e faremos um encontro na Grande Vitória (GONÇALVES, acesso em 04 de mar. 2015).

Segundo a reportagem publicada pelo no Portal do Governo do Estado do Espírito Santo o programa teria como objetivo:

[...] reduzir o índice de homicídios de jovens no Espírito Santo, aumentar a renda desse público e garantir oportunidades a quem mais precisa. As atividades são desenvolvidas pelo poder público em parceria com empresários, igrejas, instituições sociais e outras entidades representativas. Além disso, os moradores das comunidades são envolvidos durante todo o processo (FIGUEIREDO; MENDONÇA, acesso em 12 de dez. 2015).

Conforme Figueiredo e Mendonça (2015) esse programa pretende como seu antecessor, para alcançar seus objetivos, implantar projetos nas áreas de educação; renda e empreendo ismo; Melhorias urbanas; Cultura, Esporte e Tecnologia; além de Saúde, Justiça e Proteção Social.

O foco do programa segundo Fernandes (2015) será a população de maior vulnerabilidade social, jovens de 15 a 24 anos, sem acesso a escola e ao trabalho que vivem em 15 bairros em todo Estado do Espírito Santo e almeja ser implementado no decorre de 2016.

Para se ter uma ideia dos riscos a que estão submetidos essas pessoas, elas totalizam 40 % das vítimas de homicídios registrados no ano passado. “É uma população totalmente desassistida” pondera o secretário de Estado de ações Estratégicas, Evaldo Martinelli. Por isso, segundo ele as ações programa estarão voltadas mais para as pessoas do que para os territórios. “Vamos começar atuar no local onde morre mais gente”, acrescentou (FERNANDES, 2015, p.3).

Ainda segundo Martinelli (2015):

O desafio é levar os projetos sociais ao jovem, que é quem está morrendo. Com base em diagnósticos passamos a planejar o projeto estruturante ocupação social, garimpando informações voltadas para o perfil das vítimas e dos acusados de homicídios. Foram coletados e georreferenciados dados da saúde, da educação, da segurança, da assistência social, entre outros, para descobrir, por exemplo, onde moram esses jovens ou onde os crimes foram cometidos. sistematizar essas informações num diagnóstico

aprofundado propiciou priorizar as ações onde a concentração de homicídios era maior (MARTINELLI, 2015).

O programa começou a ser implementado no Bairro São Torquato, município de Vila Velha e conforme Figueiredo e Mendonça (2015) pretende alcançar outras cidades como Cariacica, Serra, Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Linhares.

Outro diferencial do projeto é a participação da sociedade civil organizada Segundo Nunes, Tenório e Mendonça (2015) ocorreu no dia 25 de março de 2015 uma reunião com o governador do Estado e secretários da SESP e SEAE e 60 líderes religiosos com o objetivo de compartilhar informações e ações desenvolvidas na área da segurança pública. Na reunião, o secretário de Ações Estratégicas disse que:

[...] é preciso agir de forma mais preventiva, chegando aos mais novos, em sala de aula, atuando com projetos que ajudem a impedir que esses jovens venham a se tornar mais vulneráveis com o passar dos anos. “E precisamos do apoio de toda sociedade para alcançar esse objetivo. É Poder Público e sociedade civil atuando coletivamente, a favor de nossa juventude”, concluiu Martinelli (NUNES; TENÓRIO; MENDONÇA, acesso em 12 dez.2015).

Para o Secretário Evaldo Martinelli, conforme registra Fernandes (2015), o público alvo do programa é um grupo “difícil de lidar”, pois estão fora da escola e distante dos programas sociais, “tecnicamente eles não existem são invisíveis”.

A proposta é investir em ações que possam resgata-los, dando oportunidade de renda, via empreendedorismo e também dando a eles a oportunidade de voltar para a escola. Aos menores de 16 anos, que não poderão ter acesso a renda direta, será feito um trabalho com as famílias para que tenham renda suficiente para sustenta-los (FERNANDES, 2015, p 3).

Neste capítulo tivemos como objetivo entendermos como as políticas públicas foram implantadas no ES. Desde o diagnóstico até a execução sem ser exaustivos. Observar sua relação com o trabalho das polícias, com outras áreas temáticas, como foi o relacionamento com a comunidade e como foi seu relacionamento com a mídia. Em confronto com o capítulo 2 podemos observar que apesar de um evolução ter ocorrido, pelo menos desde o PROPAS, ela foi tímida ocorrendo uma leve mudança de direção na implementação do Plano de Enfrentamento da Violência que se materializa parcialmente nas ações do Programa Estado Presente em defesa da Vida e que se torna grande expectativa nos primeiros passos do Ocupação Social.

O investimento na área social com vista a redução da violência e principalmente os índices de homicídios nos aglomerados ou comunidades de risco, entre a população jovem que tem morrido e vivido a violência é ao que parece o carro chefe dessa nova política de segurança pública ( Ocupação Social) que está em fase de implementação.

Com os conhecimentos adquiridos no capítulo 2, parâmetros necessários para se implementar com êxito as políticas públicas de segurança e com a experiência relatada no capítulo 3, nos ateremos ao papel da imprensa nesses contextos.

No próximo capítulo, quatro, buscaremos analisar como a imprensa, principalmente os jornais impressos retratam as políticas. Com essas bases e diretrizes científicas do que poderia ser explorado pela mídia com a finalidade informar a população de como deveria ser as ações do estado, e do que traz resultados na redução dos índices de segurança.

## 4 O PAPEL DA MÍDIA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Enquanto no capítulo dois nos ativemos em entendermos as políticas públicas e em específico os pormenores das políticas de segurança e no capítulo 3 vimos essa aplicação ou algumas dessas aplicações na implantação das políticas públicas de segurança no estado do Espírito Santo que receberam o nome de Estado Presente em Defesa da Vida, aqui buscamos informações relevantes para esse trabalho em relação a mídia.

De que mídia estamos falando? Como essa mídia se relaciona com os órgãos estatais? Como é a produção jornalística? O que seria uma notícia? Ou que deveria ser? Em relação à violência ou a luta para se diminuir a violência qual seria a participação dos jornais? Como a imprensa poderia ajudar na transparência e prestação de contas dos órgãos públicos de segurança?

Essas questões dão base para responder o que procurar e como procurar nos jornais informações pertinentes para realizar com segurança a análise de conteúdo do próximo capítulo.

Mas por que uma pesquisa voltada para o conteúdo dos jornais impressos? A “Pesquisa Brasileira de Mídia 2015” - PBM revela que:

[...] a televisão segue como meio de comunicação predominante, que o brasileiro já gasta cinco horas do seu dia conectado à internet e que os jornais são os veículos mais confiáveis (BRASIL, 2015, p.7).

Alguns resultados nessa pesquisa são importantes e justificam o estudo dos jornais impressos e sua influência na implementação de políticas públicas de segurança, o fato dos jornais impressos serem os mais confiáveis demonstra que os administradores públicos ao comunicarem com a população sobre seus planos e ações de segurança devem levar em consideração esse meio de comunicação, ainda destacamos na pesquisa conforme o Ministério da Justiça, Brasil (2014):

- Apesar de só 7% dos entrevistados responderem que leem os jornais todos os dias e 21% pelo menos uma vez por semana, 84% destes o fazem em busca de informação sobre seu dia a dia, o país ou lazer ou entretenimento;
- Outra informação relevante que entre os cadernos mais lidos estão em 1º, 2º e 3º lugares: com 28% os de cidades e notícias locais, esportes com 24% e notícias policiais 16%. Se somarmos o 1º e o 3º lugar que é onde

geralmente aparecem as notícias sobre a segurança pública de modo geral termos 44% de procura.

- Em outra rodada da pesquisa os entrevistados declaram sua confiança nos meios de comunicação os jornais se destacam como mais confiáveis com 58% seguido da TV com 54% e radio com 52 %.

Analisando os resultados e cientes da importância da participação popular no êxito das políticas públicas de segurança deve os gestores públicos em seu planejamento inserir os meios de comunicação, e particularmente os jornais impressos em seu trabalho de implementação das ações em prol da segurança. Não para pautar ou usar a imprensa como se fosse dono, mas informar bem, passar informações completas, em linguagem clara e acessível a população, possibilitando que essa informação seja transmitida fielmente para que as pessoas e a sociedade civil organizada tenha conhecimento de como está sendo usado o dinheiro dos impostos e que poderá ser feito para melhorar o contexto social em que vivem.

#### 4.1 DE QUE MÍDIA ESTAMOS FALANDO?

Espíndula et al. (2006) descreve o papel da imprensa em sua pesquisa sobre as representações sociais do adolescente em conflito com lei em material jornalístico em dois planos:

[...] um que procura narrar as notícias do dia, cumprindo a sua função informativa, e outro, no qual se configura e expressa um sistema de valores, configurando o jornal como sujeito de enunciação. Nesse sentido, podemos afirmar que a mídia não cria preconceitos, julgamentos ou verdade, mas “absorve” o imaginário social, dando-lhe roupagem especial, tecnicamente sofisticada e específica, a fim de agradar os mais diferentes estratos sociais e aos mais variados tipos de leitores (ESPÍNDULA et al., 2006, p.12).

É da mídia que se atem em cumprir sua função de informar que deve ser priorizado os esforços estatais para atender sua demanda prestando conta de suas ações, mas também é necessário abrir o diálogo com aquela mídia que propaga o preconceito, o estereótipo, o medo buscando redirecionar sua linha editorial para o avanço de uma melhoria de vida e convívio e também a ajudar educação dos seus leitores.

Menandro e Souza (1991) apresenta um parêntese que deve ser observado quando destaca que:

É indispensável reconhecer que as notícias, como produto acabado, podem ter sido impregnadas de interesse pessoais dos jornalistas e redatores, que estão submetidos a empresas editoriais passíveis de pressões econômicas, políticas e religiosas, mas, não obstante, podemos seguramente afirmar que as notícias contêm verdades (MENANDRO; SOUZA, 1991, p.55).



Nessa linha de pensamento os jornais só são como são porque uma linha jornalística/editorial decidiu assim publicar. Nesse patamar estão pessoas tomando decisões, pessoas que são fruto da mesma sociedade, aqueles que publicam são os mesmos que leem as matérias publicadas. Por isso é necessário como dito anteriormente que haja dialogo em busca de uma sociedade mais acolhedora e menos excludente.

Sendo assim, ainda precisamos continuar a nos aprofundar na diferenciação dos meios de comunicação que estamos abordando, para Bezerra e Grillo (2014) o segmento dos que produzem jornalismo é dividido em dois grupos como já relatado. O primeiro grupo chamado de “grande mídia” e o segundo grupo é chamado de “midiativistas” ou “midialivristas”.

Com certeza esse segundo grupo também é de suma importância para o desenvolvimento da liberdade de expressão e de imprensa, ajudam a desenvolver a democracia com sua forma diferente de pensar o Estado e a imprensa chamada de “grande mídia”, de forma “livre” porém responsável e responsabilizável.

Conforme Brandão (2006) o Estado para se comunicar com as pessoas, que o compõe, deve ter habilidade de lidar com todos os tipos de comunicação. Se limitar a comunicação dita como pública simplesmente é não alcançar toda a população.

#### 4.2 O PAPEL DA IMPRENSA NA SEGURANÇA PÚBLICA

Uma das prerrogativas entendidas no Capítulo 2 foi que a participação de todos em busca da melhoria da qualidade de vida é essencial para o sucesso de qualquer política pública, e na área da segurança não é diferente.

Por participação de todos temos que entender e extrapolar as instituições policiais e de segurança, trazendo as organizações não governamentais, as igrejas, os grupos, os cidadão e enfim a mídia. A imprensa invariavelmente vem norteando a sensação de segurança e também a vida cotidiana do cidadão:

Manifestações públicas de medo e insegurança ganharam intensidade e dramaticidade, como deixam entrever as narrativas cotidianas que comparecem diariamente às colunas policiais da mídia impressa e às manchetes da mídia eletrônica e televisiva. No rol das mais inquietantes preocupações nacionais, a insegurança e a violência ocupam posição de destaque, conforme demonstram sondagens de opinião realizadas por distintos institutos e estudos acadêmicos (ADORNO & PASINATO, 2007, p. 132).

Ramos (2007) ao analisar o papel da imprensa e as políticas públicas de segurança afirma que:

Apesar das deficiências que ainda persistem, pesquisadores e especialistas são enfáticos em apontar o papel decisivo dos meios de comunicação, e o da imprensa em especial, nas respostas de governos e da sociedade aos problemas da violência (RAMOS, 2007, p. 21).

A autora ainda destaca que a imprensa se torna grande parceira das polícias e dos órgãos de direitos humanos que frequentemente buscam ajuda para obter informações e/ou fazer denúncias.

A imprensa quando se atem a tecer críticas substanciadas por pesquisadores ou ainda pela opinião popular, sobre determinado aspecto das ações na segurança acaba por colaborar com o Estado na melhoria de seus planos e ações.

A imprensa quando denuncia os desmandos, os abusos de autoridade do aparato policial, quebra dos direitos das pessoas e ainda aponta problemas da violência e da criminalidade em determinada região ou circunstância proporciona aos gestores públicos informações valiosas que devem ser levadas em consideração no redirecionamento dos planejamentos.

Outro aspecto que deve ser abordado é como a notícia é publicada e suas características. Se a mídia tem o dever/missão de informar e essa informação deve ser relevante para população, então deve se buscar a melhor e/ou a ideal forma de fazer isso. Para Curado (2002) uma notícia pode ser julgada pela sua abrangência, quanto mais abrangente, quanto mais pessoas atinge, mais importante é a notícia para a sociedade, ressaltando ainda que essa abrangência se refere ao público alvo da notícia.

Curado (2002) afirma que fundamentalmente a notícia é a informação a serviço do público. A busca da informação é a busca da verdade e o jornalista é o ator que faz a mediação entre a comunidade e a fonte da informação na busca daquela verdade.

Para que a notícia cumpra esses requisitos de prestar informações uteis, segundo a autora, deve ser avaliado o nível de interesse do público, que pode variar entre uma mera curiosidade de algum aspecto da vida, passando por informações de serviços ao povo ou ainda ser de abrangência na área da contemporaneidade mostrando aos receptores da informação atualidades sociais, políticas e econômicas oportunizando assim a formação do conhecimento.

A informação deve colaborar para produzir em nós um sentimento de inclusão social ou política, aumentando a nossa consciência acerca do que se passa nas nossas cercanias ou alhures (CURADO, 2002, p.16).

Nessa linha de pensamento da importância de se informar e informar corretamente. Com finalidade de fazer a população ter condições de tomar suas decisões sobre os determinados aspectos da vida e cobrar/fiscalizar as ações do poder público. Mesquita Neto (2011) em seu trabalho sobre a implantação de políticas públicas de segurança cidadã orienta que:

O tratamento dos meios de comunicação social influencia as atitudes e ações dos profissionais do setor público e da população em relação as políticas públicas de segurança cidadã. (MESQUITA NETO, 2011, p. 101).

Para este autor os meios de comunicação são aliados no processo de mobilização do governo e também da sociedade quando transmitem mensagens que visam alcançar as pessoas com uma finalidade comum: a segurança pública.

#### 4.3 A MÍDIA, A VIOLÊNCIA URBANA E A CULTURA DO MEDO

Para entendermos o funcionamento da mídia Barros Filho (1995) explica em seus estudos a influencia dos meios de comunicação de massa nas pessoas e para isso cita duas teorias: a Agenda Setting e a da Espiral do Silêncio. Para Agenda Setting define como uma imposição de temas os quais a sociedade discute:

As pessoas agendam seus assuntos e suas conversas em função do que a mídia veicula. É o que sustenta a hipótese da agenda setting. Trata-se de uma das formas possíveis de incidência da mídia sobre o público. É um tipo de efeito social da mídia. É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre o que o público falará e discutirá (BARROS FILHO, 1995, p.169).

Já a Espiral do Silêncio:

Se trata de um fenômeno que atribui aos meios de comunicação uma prerrogativa decisiva de construção e de imposição da opinião que se deve ter sobre os fatos [...]. Ou seja, depreende-se dessas hipóteses que os meios não se limitam a impor os temas sobre os quais se deve falar, mas também impõe o que falar sobre esses temas (BARROS FILHO, 1995, pp. 210 e 211).

Isso só acontece porque os meios de comunicação em massa têm uma característica, conforme indica Lopes (1999), de serem “aguçadores de tensões sociais”. À medida que a mídia apresenta que há uma necessidade de consumir, sejam coisas materiais ou imateriais, potenciais ou efetivas, e que os recursos, inclusive estatais, para suprimento dessas tais necessidades são escassos, acaba

por gerar na população um nível de consciência dessas discrepâncias fazendo-as se desesperarem para alcançá-las.

Como aguçadores de tensões os meios de comunicação colocam a população em estado de alerta, a população espera o noticiário, como se esperasse um comando para saber o que fazer diante de tal crise ou caos da violência, se pode ou não sair de casa, se aquele lugar é seguro, o que pode ser feito para não sofrer um assalto, e se acontecer, quem chamar, como agir. A mídia assim determina o próximo passo criando uma vivência midiaticizada da vida.

Para Lopes (1999) os meios de comunicação em massa desempenham dois papéis centrais, na forma de difusores do efeito-demonstração do estilo de vida urbano e a forma de agências de socialização antecipada.

Esse antecipar os acontecimentos, ou fazer com que o telespectador ou leitor vivencie virtualmente a violência narrada acaba por gerar uma sensação de pânico da vida cotidiana.

Sodré (1994) no Seminário realizado no Rio de Janeiro em meados de 1993 para discutir “Mídia & Violência Urbana” já levantava questões sobre o papel e a participação da mídia na sensação de segurança da sociedade:

[...] Nós sabemos que a mídia contemporânea vive do imaginário da catástrofe. Até onde efetivamente, essa insegurança é real, qual é a medida de sua realidade e onde começa a paranóia catastrófica alimentada e produzida por essa mesma mídia? (SODRÉ, 1994, p.151).

Para Lira (2009) é inegável importância da imprensa na contemporaneidade, ela faz com que a população tenha informações relevantes das mais diversas áreas, além de possibilitar o acompanhamento das ações públicas, questões de saúde, educação e segurança. Essas necessárias informações chegam aos mais diversos locais e aos mais diversos grupos de pessoas através do jornal, televisão, rádio e internet.

Mas também o autor ressalta que esses mesmos meios de comunicação podem servir para uma desconstrução da sensação de segurança pública quando usa do sensacionalismo, e por muitas vezes alimentam o sistema da violência por meio de alguns processos legitimados e operacionalizados nas notícias e reportagens publicadas.

Uma das maneiras de acentuar a cultura do medo na sociedade é estereotipar pessoas, circunstâncias e lugares ligando-os ao contexto de violência, crime e criminalidade. Quando essas figuras estão impregnadas na consciência

social de modo a surgir entre as pessoas um sistema de interpretação da realidade própria para sua percepção do outro e das situações temos então um sistema de representações sociais imposto.

As representações sociais são, conforme Cabecinhas (2004), um sistema de pensamentos ideológicos ou culturais que geram “teorias espontâneas” onde as imagens passam a ter uma significação própria para aquele grupo que interpreta. Segundo a autora podem influenciar na formação das representações sociais as instâncias institucionais, os meios de comunicação midiáticos e ainda os processos de influência sociais.

A mídia contribui para a divulgação e reflexão de diversas representações sociais sobre a violência, uma vez que as notícias sobre esse tema são bastante veiculadas nas manchetes dos meios de comunicação (RAMOS E NOVO, 2003, p. 491).

A disseminação da cultura do medo; a culpabilização de determinados grupos sociais e a estigmatização sócio espacial, que segundo Lira (2009), gera um discurso reducionista que busca inventar um *locus* da violência onde bairros e até mesmo cidades ficam marcados como lugares perigosos ou violentos e por fim a banalização da violência.

As mídias são ferramentas poderosas e influentes. Todavia, as formas com que a imprensa brasileira vem transformando dados e informações referentes à Segurança Pública em notícias revelam que, via de regra, a abordagem midiática privilegia o sensacionalismo em detrimento da elaboração de materiais mais apuradas que enfoquem os motivos estruturais da criminalidade violenta e se comprometam com a proposição de eventuais soluções da problemática em questão (LIRA, 2009, p.126).

Filho (2004) corroborando com essa informação ressalta que a imprensa por desconhecimento ou intencionalmente, visando sua audiência, aumenta a divulgação da violência, denigre a imagem dos agentes públicos e enaltece aqueles que estão em conflito com lei viabilizando a “síndrome do medo” que acaba por favorecer a “indústria da segurança privada”.

Soares (1985) alerta que as representações sociais divulgadas e difundidas pela mídia são representações da realidade e não a própria realidade. E teriam a intenção de provocar nas pessoas uma reação que favoreça um grupo ou parte da população. Para o autor:

O sistema, então, no nosso caso capitalista, remunera o produtor de notícias com verbas publicitárias, facilidade financeiras e fiscais, prestígio social. [...] Na Sociedade industrial, a probabilidade de existir uma imprensa desligada do sistema, uma imprensa que opere numa relação simples e direta com o público, é muito pequena (SOARES, 1985, p. 46).

Ainda para Filho (2004) o que a população passa é um verdadeiro assédio da violência pelas redes de televisão, rádio e jornais e isso tem promovido tolerância ao fenômeno como se fosse normal além de criar constrangimento e pânico social.

Os crimes ganham manchetes, os governantes de todos os níveis são considerados omissos, a sociedade é acusada de conivência, e, em contrapartida, a criminalidade aumenta e os criminosos são cada vez mais truculentos e audaciosos (FILHO, 2004, p.40).

Esse comportamento da mídia deve ser motivo de reflexão da sociedade e também dos produtores das notícias e reportagens, principalmente da área de segurança pública e ocorrências policiais.

Para a Martinelli(2015) a imprensa deve exercer o papel dela, questionar, cobrar posições dos governos em relação as políticas públicas de segurança, mas também deve se dedicar em se especializar para essa cobrança para que a população possa estar bem informada:

Precisamos de uma imprensa que traga questionamentos pertinentes sobre segurança pública para que a população saiba como o estado está usando o dinheiro e planejando a política de segurança, e que entenda que segurança pública não se resume em ação de polícia. Mas, infelizmente, temos um foco excessivo no factual. Falta ir além do que acontece no dia a dia, e entender que há muito estudo, muita gerência, muita análise de dados, inclusive dados sociais, para um planejamento melhor das políticas de segurança pública (MARTINELLI, 2015).

Como tem sido a divulgação por parte da mídia das informações policiais e de segurança pública? Como a mídia poderia divulgar sobre a violência e criminalidade cotidiana sem propagar a “cultura do medo”? O que das políticas públicas de segurança deve ser divulgada pela mídia? Essas seriam algumas perguntas reflexivas que jornalistas, gestores públicos, formadores de opinião deveriam buscar repostas com a finalidade de avançar na propagação do melhor convívio social e a busca da paz.

#### 4.4 O QUE A MÍDIA TAMBÉM PODERIA DIVULGAR?

Sobrinho (2005) também chama essa sensação de insegurança criada ou amplificada pela mídia, de cultura do medo, que deve ser combatida em todos os níveis afim de que possamos desenvolver políticas públicas mais técnicas e menos emotivas. O autor afirma que:

A cultura do medo, enfaticamente enraizada em nossa civilização, reflete exatamente a produção do imaginário social ideologicamente efetivado e

amplamente divulgado, especialmente, não só pela mídia, mas também pela família e religião (SOBRINHO, 2005 p. 215).

Mas Ramos e Novo (2003) relatam que um dos erros que os gestores públicos não devem cometer é culpabilizar a imprensa por toda sensação de insegurança e propagação da cultura do medo.

Administradores públicos devem entender que a mídia não é a única responsável, mas sim entender que ela reforça com suas notícias as representações sociais e certas concepções já presentes na sociedade.

De um lado, precisamos levar em consideração as políticas de comunicação – quais as motivações das agências de comunicação ao veicular a criminalidade de determinada forma –, de outro lado, não podemos esquecer que a imprensa é uma expressão da opinião pública, é uma expressão da população. A imprensa não cria essa dramatização por sua livre e espontânea vontade. Ela é a expressão de profundos sentimentos populares, que de certo modo dramatizam a criminalidade, e tem certa relação de identidade com essa dramatização e com o modo como a criminalidade é veiculada (RAMOS; NOVO, 2003, p. 491).

Já Baratta (1994) parte para propor a solução. O que então a mídia deveria começar a divulgar para não retroalimentar essa cultura do medo e sim participar efetivamente do combate a violência nas cidades?

Num modelo democrático de construção da informação, a sociedade não é “consumidora da notícia”. Os cidadãos participam ativamente dos fluxos informativos, cujos elementos são fornecidos e controlados também pela experiência direta de seus participantes (BARATTA, 1994, pp. 23, 24).

O autor também afirma que os processos democráticos de informação sobre a criminalidade oportunizam a participação efetiva da população e o encontro de respostas bem mais eficazes para a segurança pública.

Outro autor que teoriza a resposta sobre o que a mídia deveria divulgar em questão de segurança pública é Cerqueira (1994). Segundo ele os programas preventivos não são divulgados adequadamente pela mídia devido seus resultados não serem de curto prazo e ainda que enfatiza em suas matérias a figura do “criminoso”:

Difícilmente serão eficazes os programas de curto prazo, vez que não conseguirão alcançar as causas reais do crime. Há necessidade de a mídia começar a se interessar em divulgar programas de prevenção primária ou mesmo secundária. Isto permitiria uma abordagem mais efetiva, embora menos atraente, por não ser dirigida diretamente ao criminoso (CERQUEIRA, 1994, p. 36).

Enfim Ramos (2007) lamenta o esforço despendido pela imprensa em retratar a violência e o crime em detrimento da busca pela solução ou soluções definitivas para a questão:

Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes (RAMOS, 2007, p. 26).

Não estamos aqui menosprezando o relevante papel que os meios de comunicação exercem ao divulgar cotidianamente os problemas da violência e da segurança pública brasileira. Na verdade, a mídia nesse sentido cumpre uma parte relevante para a manutenção do controle social. Todavia, a mídia tem um amplo potencial para ir além das denúncias, fundamentando uma discussão mais qualificada sobre a etiologia da violência e explorando cases de sucesso de políticas públicas que alcançaram êxito na prevenção e controle da criminalidade.

A questão é que, via de regra, a mídia não desenvolve tal potencial e ao mesmo tempo se limita ao excesso das imagens e casos brutais da violência. Após anos e anos deste tipo de cobertura tal excesso se traduz no sensacionalismo do crime, espetacularização da violência e na banalização da vida.

Beato (2007) se aprofunda nesse aspecto. Segundo o autor a mídia tem a capacidade de influenciar e moldar comportamentos, só não sabemos o quanto ela o faz. Pesquisadores e especialistas entendem a mídia como parte desse problema chamado criminalidade e violência e não é só mais um espectador externo que observa e notícia imparcialmente como deveria teoricamente.

Por fim Ramos (2007) resume que sobre a questão da segurança pública a mídia não pode abdicar seu papel de tomar dianteira no debate e motivar ações de Estado mais eficazes e abrangentes:

Os jornais influenciam a opinião da sociedade e motivam e fiscalizam a implantação de políticas do Estado. Formar uma imprensa capacitada a analisar o contexto da criminalidade e da segurança pública em toda sua complexibilidade, livre de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos é, dessa forma, estratégico para evolução do Brasil no setor (RAMOS, 2007, p 13).

Mas para isso o autor alerta que é preciso mudar o olhar da mídia sobre os setores populares, se não mudar esses valores preconceituosos sobre o pobre e os excluídos dificilmente avançaremos em políticas públicas e nas divulgações midiáticas, continuaremos retroalimentando a cultura do medo e insegurança de forma cíclica e sistemática.



Ainda Ramos (2007) alerta que para melhorar a divulgação é necessário que os jornais decidam se querem um mundo de cidadãos ou apenas uma audiência consumidora de violência.

A maioria dos grandes meios de comunicação, com seus pressupostos hierarquizantes, contribui, ou pelo menos não ajuda, para a superação da progressiva perda do sentido da vida coletiva, cujo corolário é o aumento da intolerância, da sensação de insegurança e a dificuldade de os sujeitos sociais incorporarem uma ética de responsabilidade e relação ao espaço público (RAMOS, 2007 P.97).

Diante dessas alertas dos autores sobre as divulgações da mídia e tendo em vista essa grande responsabilidade que a mídia tem em suas mãos Valadares (2010) no final de sua análise sobre o papel da imprensa no evento do sequestro do ônibus 174, na cidade do Rio de Janeiro em 12 de junho de 2000, conclui que: para construirmos uma sociedade democrática os meios de comunicação deviam rever suas posições em relação a publicação da violência, se vendo como um ator responsável pelo processo, e já que os jornalistas são os responsáveis pela construção da notícia, também devem se sentir responsáveis pela construção da realidade.

Outra importante consideração de Valadares (2010) é que a promoção de uma sociedade mais consciente e, conseqüentemente, menos violenta e mais inclusiva, a informação deve estar disponível a todos e todos devem ter o direito à educação que permitirá interpretá-las.

Ribeiro (2010) apresenta um dos reflexos da força da imprensa inclusive no judiciário brasileiro quando analisa a morosidade da produção do Sistema de Justiça Criminal em relação aos crimes de homicídio. Em suas pesquisas encontrou casos de processos abertos no mesmo dia do delito devido à grande pressão da mídia.

Ainda em relação ao papel da imprensa na implementação de políticas públicas de segurança destaca-se o fato de que a mídia pode/deve ser utilizada pelo Estado e também se utilizar dessa parceria ajudando a comunidade a compreender as ações e planejamentos que os técnicos em segurança estão realizando em seu bairro, cidade, estado ou país.

Beato, Silva e Tavares (2008) em suas orientações para uma polícia comunitária exitosa destaca a necessidade de envolver a comunidade e um dos parceiros nessa integração seria a imprensa como segue:

Parceria e gestão comunitária. Outro componente importante era o destino das informações, compartilhadas com membros dos conselhos comunitários, que assim poderiam visualizar mais claramente sua região.

Era possível também agregar informações que não chegavam ao conhecimento do sistema de chamadas da polícia. Isso se traduziu no aumento da accountability da organização na medida em que os oficiais tinham de fornecer e explicar as estatísticas à opinião pública por meio da imprensa e em reuniões e seminários realizados com a sociedade (BEATO; SILVA; TAVARES, 2008, p. 687).

Para Rocha e Marques (2010) não tem dúvidas quanto aos objetivos da imprensa em divulgar a violência urbana de forma irresponsável. Na visão dos autores os problemas são agravados, quando tratamos do que a mídia deveria ou não dar ênfase no seu discurso, pois os produtos da cultura da mídia não são puro “entretenimento inocente”, desprovidos de conteúdos ideológicos, mas estão a serviço dos poderes dominantes e a serviço de classes sociais mais abastadas.

E para isso os autores defendem que seja feito um minucioso exame de como suas ideologias são apresentadas seja em forma de imagens, figuras, códigos genéricos, mitos e aparato técnico de cinema, televisão, música e outros meios. É o que nos propomos realizar com a análise de conteúdo no capítulo 5 desse trabalho em relação a divulgação das políticas públicas.

Souza (2003) defende que ao contrário que a mídia impõe, a sociedade deve voltar a fazer as coisas coletivamente, provando as situações e circunstâncias como sujeitos ativos e não só experimentando pela escrita do jornal ou pela tela da televisão, abandonando o individualismo de nossa época:

Chama nossa atenção, nesse processo de valorização da vida familiar e íntima e desvalorização da vida coletiva, o papel desempenhado pela mídia, especialmente pela televisão. Podemos entender a influência da televisão nesse contexto pensando no trabalho relativo à instituição do espaço imaginário e na mediatização da esfera pública, pois, na expressão de Soares (1994), na atualidade encontramos o espaço público mediatizado o oferecimento realizado pelo discurso midiático de sentidos e significados de situações que, em sua maioria, não foram, e possivelmente não serão, diretamente vivenciadas pelo sujeito, dificultando-lhe a construção de sentidos e significados singulares (SOUZA, 2003, p 82).

Também é o que Ramos (1994) já alertava há duas décadas, que o medo surge nas cidades devido o viés midiático estereotipado da criminalidade e violência que impõem a seus habitantes, mas também apresenta, seu ponto de vista, sua tese, da solução/saída desse ciclo vicioso:

Essa tese é: a resposta ao problema da criminalidade e do medo só poderá ser efetiva, e não ilusória, se os cidadãos deixarem de ser “espectadores” dos meios de comunicação e da política como espetáculo para serem “atores” (RAMOS, 1994, P.18).

Como a notícia é elaborada, como ela é construída, poderia ser de outra forma, poderíamos sair desse ciclo de divulgação? Observemos os parâmetros colocados pelo Manual de Redação da Folha sobre o que deve ser a notícia.

Segundo Publifolha (2006) para que um evento vire notícia cinco aspectos devem ser levados em consideração: o ineditismo (o que não foi ainda publicado), a improbabilidade (a notícia menos provável é mais importante do que a esperada), a amplitude do interesse (quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é), o apelo (quanto maior a curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é) e por fim a empatia (quanto mais pessoas puderem se identificar com o personagem e a situação da notícia, mais importante é).

Também é importante observarmos a definição da Enciclopédia INTERCOM de Comunicação que traça diretrizes e parâmetros para que os jornalistas produzam suas matérias e que daí surjam as notícias:

Para o jornalismo, a notícia representa o acontecimento mais importante para uma sociedade, pelo impacto e pela repercussão que terá ao ser divulgado. Para isso, há valores agregados a essa informação a fim de hierarquizar o que é mais interessante entre as centenas de fatos cotidianos: quanto mais valores forem somados, mais certeza haverá por parte do jornalista de transformá-los em notícia. Isso porque o profissional tem a sua atenção voltada para o interesse público, eventos que possam ter significados na vida das pessoas (INTERCOM, 2010, p. 873).

Como já dito fica na responsabilidade do jornalista decidir entre o que é mais importante para a sociedade saber. Na definição fica claro também que a preocupação dos redatores deve estar voltada para o interesse público.

Na conclusão de Porto (2009) sobre a notícia que a imprensa veicula em relação a segurança pública, polícia e violência:

[...] a notícia é uma mercadoria com outra qualquer, assim como a violência, a qual, com amplo poder de venda no mercado da informação, é transformada em objeto de consumo e faz com que a sua realidade passe a fazer parte do dia a dia mesmo daqueles que nunca a confrontaram diretamente (PORTO, 2009, p. 220).

Tendo em vista tudo que foi dito sobre o papel da mídia nas políticas de segurança pública, como ela influencia e como ela trata a questão da violência e criminalidade, observamos que da forma que é orientado o jornalista e as redações como direcionado por Publifolha (2006) numa visão superficial o ciclo de cultura do medo não terá fim, pois as matérias de crimes, acidentes e catástrofes sempre atenderam os cinco aspectos abordados.

Também é assim que pensa Garcia (2015) que indica, como gestor público da área de segurança, como a mídia se assim escolhesse quisesse ajudar na divulgação das ações governamentais:

O que se pede da mídia é isenção, não se pede mídia chapa branca. Você tem que cobrir o fato e se deu resultado divulgar o fato. Como nós temos muitos programas que cobrem a área policial factual, torna-se difícil mudar a sensação de segurança. Num país que as pessoas ganham com a insegurança, a mídia quando explora o tema só para angariar audiência (GARCIA, 2015).

Souza (2008) completará esse pensamento dizendo que a sensação de segurança não cresce na mesma proporção dos índices de criminalidade. Num momento os índices param de crescer e/ou até decrescem, mas os patamares de insegurança podem continuar crescendo com ajuda da mídia.

Souza (2008) deixa claro também culpar a mídia de todos os males da propagação da cultura do medo é agir numa “retórica alarmista” e “simplificar demasiadamente o problema” da violência que é por si só complexo. Como ele mesmo diz:

O crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência – da mesma forma que, cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios (de carros de passeio blindados a armas, de “condomínios exclusivos” aos serviços de firmas de segurança particular) e promete render votos a candidatos a cargos no Executivo e no Legislativo. (SOUZA, 2008, p. 30)

Em suas conclusões sobre a cultura do medo, Sobrinho (2005) alerta que a sociedade deve rever seus conceitos e preconceitos, bem como a mídia também deve repensar seu modo de propagar essa cultura, pois tem servido e se servido em criar o caos, a desordem que no final justificam políticas públicas de segurança que são ferramentas de mais exclusão e meio de controle das populações pobres.

Parece evidente que o sentimento de insegurança da sociedade esteja umbilicalmente ligado à divulgação do aumento da criminalidade e conseqüentemente, fornece subsídios necessários – políticos, sociais e psíquicos - para enaltecimento da cultura do medo (SOBRINHO, 2005, p. 225).

Segundo Brandão (2006) a imprensa pode ser entendida ou pode estar classificada como uma forma de Comunicação Pública, um pouco mais além de um papel social simplesmente, a autora defende que quando o setor público regulamenta e controla o que será tido como liberdade de expressão e/ou quando concede o direito a empresas de explorarem essa área de comunicação ela passa a fazer parte desse complexo emaranhado, chamado comunicação pública:

Comunicação e política é uma relação de raiz desde que a imprensa, as técnicas de comunicação e as pesquisas de opinião começaram a vida política dos Estados. Alvo de grande parte de estudos contemporâneos, tanto no campo da comunicação quanto da sociologia e política, a área também conhecida por mídia e política ou mídia e poder está hoje em verdadeira simbiose com os cenários político, econômico e social, na medida em que a vida na sociedade contemporânea também está cada dia mais “mediada” pela comunicação. A mídia é hoje parte deste jogo, partilhando e disputando o poder com ou contra o Estado e, segundo alguns autores, a custa do enfraquecimento do Estado na sociedade (BRANDÃO, 2006, p. 7).

Enfim podemos entender que a imprensa tem o dever/poder de informar, esse é seu propósito ou o que ela se propõe. Mas seu comunicar os fatos tem se resumido a propagação de uma chamada cultura do medo, fomentando a sensação de insegurança, o pânico social através de notícias jornalísticas com grande ênfase na violência e na criminalidade cotidiana.

É necessário que a imprensa se esmere em relatar com detalhes as políticas públicas que estão sendo aplicadas, ajudar a população a entender o fenômeno da violência, buscar ensinar questões de cidadania e como promover uma cultura de paz na sociedade. Como relata Soares (1985):

Os noticiários são primorosos em descrever assassinatos e crueldades, assim como desastres, incêndios, catástrofes. Se a mesma riqueza de detalhes fosse dispensada a outras questões, talvez a realidade social, econômica e política parecesse mais clara para os leitores (SOARES, 1985, p. 47).

É claro que a mídia não faz sozinha, a sociedade é consumidora dessas mazelas, e como exorta Rivers e Schramm (1970) o leitor deve ser exigir das notícias o máximo de justiça e imparcialidade, tanto quanto pode fazer o julgamento humano, já o poder público muitas das vezes simbioticamente alimentam ou retroalimentam esse ciclo de caos como afirma Souza (2008), divulgação do caos que acaba por gerar mais caos.

Por sua vez a sociedade vendo a violência pregada com sem controle, exige dos gestores públicos atitudes emergências que por muitas das vezes não surgem os efeitos esperados. Políticas Públicas de Segurança baseadas num clamor social fomentado pela mídia, acabam sendo implementadas emocionalmente, não baseadas em técnicas reconhecidas ou estudos aprofundados sobre os fenômenos sofridos.

Essa forma atabalhoada de gastar os recursos públicos, não surtem efeitos perenes e acaba por girar mais uma vez a roda da cultura do medo. O Estado segundo Porto (2009) deveria se beneficiar dos estudos sobre as representações

sociais apresentadas pela mídia na formulação ou reformulação das políticas de segurança ao invés de entrar em embates infundados procurando culpados para apontar responsáveis pelo aumento da criminalidade.

Em outra vertente, Porto (2009) afirma que o Estado na sua busca para entender o que a população pensa, deseja ou necessita, na área da segurança pública, deveria buscar os estudos e as opiniões da própria população não só na academia mas também na imprensa. Com uma análise criteriosa de conteúdo e discurso pode se obter informações que ajudarão muito na confecção e implementação de políticas públicas.

[...] considerar o que dizem as representações sociais poderia ser um caminho para reduzir a distância entre a polícia e a sociedade; entre as políticas e planos de segurança pública e as expectativas e representações sociais, produzidas por aqueles que direta ou indiretamente se beneficiam ou sofrem as consequências dos acertos ou desacertos dessas mesmas políticas (PORTO, 2009, p. 230).

Portanto um dos três atores deve parar e refletir se querem realmente mudar a forma de seguir em direção aos objetivos. Já em 1970 Rivers e Schramm (1970) alertavam sobre a importância dos envolvidos tomarem suas decisões:

A sociedade tem três grandes instrumentos que podem estimular ou levar os veículos de massa a um desempenho responsável: o governo, os próprios veículos de massa e o público (RIVERS E SCHRAMM, 1970, p 335).

Segundo Kosovski (1994) a mídia, a população e o Estado devem estabelecer os limites e uma coexistência harmoniosa e construtiva. Para a autora a população deve lutar para haja algum tipo de controle e a imprensa deve buscar na sua liberdade defender os direitos humanos, a cidadania, não coadunando com excessos do Estado com seu aparato repressivo.

Já o Estado deve buscar dar respostas com políticas públicas baseadas em estudos científicos, apresentar com transparência suas ações mesmo que sejam para condenar o próprio Estado e ainda regular as liberdades e o direito para enfim proporcionar harmonia entre os indivíduos, grupos e a sociedade como um todo.

Por fim um aspecto que nunca os jornais e jornalistas deveriam abdicar de fazer é exercer seu papel de fiscalizadores:

A imprensa tem um papel importantíssimo na fiscalização dos erros e das manipulações das estatísticas de segurança. Não existirão políticas serias de redução da criminalidade e da violência se não houver dados confiáveis para planejá-las, monitorá-las e avaliá-las. Junto com instituições de pesquisa e com outras organizações da sociedade civil, cabe a mídia contribuir para a melhoria desses dados – de modo que o conhecimento dos problemas de segurança pública fique cada vez menos ao sabor do senso

comum, do “achismo” e do uso político da informação (RAMOS, 2007, p.167).

Se a imprensa deseja informar realmente deve então começar a se aprofundar buscando informações mais qualificadas sobre os programas e políticas públicas ajudando a população a conhecer as ações estatais e individuais possível de aplicação e assim também passar a cobrar do Estado não só uma ação mas uma ação qualificada e que surta efeito.

A resposta ao problema da criminalidade e do medo só poderá ser efetiva, e não ilusória, se os cidadãos deixarem de ser “espectadores” dos meios de comunicação e da política como espetáculo para serem “atores”. (BARATTA, 1994, p. 18)

No entender de Garcia (2015) a imprensa deve participar ativamente na construção social e isso passa por divulgar para educação e para prestação de contas, ferramentando a população de informação:

O inusitado é mais interessante para a imprensa e em detrimento não se prepara a população para receber notícias que trazem informação e formação de opinião. Não é a mídia que trás a sensação de insegurança, mas ela contribui para ampliação dessa insegurança. É necessário que a mídia dê a notícia do fato, mas também dê a mesma luz ou divulgue na mesma proporção a ação de atores envolvidos (GARCIA, 2015).

O que a imprensa não pode fazer na visão de Porto (2009) é que através de seus conteúdos jornalísticos sejam promotores diretamente do aumento do medo, da violência e da criminalidade ao invés de um canal de sociabilidade, que a mídia não deve valorizar comportamentos violentos em detrimento da reflexão que promova a paz.

## 5 O PROGRAMA ESTADO PRESENTE NOS JORNAIS IMPRESSOS

### 5.1 PARTES DE UMA MATÉRIA JORNALÍSTICA E ANÁLISE DE CONTEÚDO

Nessa etapa do trabalho buscamos descobrir como o Programa Estado Presente foi tratado ou retratado nos jornais impressos A Gazeta e A Tribuna nos anos de 2012, 2013 e 2014. Para isso usamos os conceitos da Análise de Conteúdo conforme orientações de Bardin (1997).

De acordo com Kientz (1973) a Análise de Conteúdo é uma importante ferramenta para aprofundamento dos estudos dos meios de comunicação de massa, para o autor em sua época, a análise de conteúdo era quase sinônimo de análise de textos impressos:

As mensagens, produtos materiais da indústria de comunicação, prestam-se muito mais facilmente às operações clássicas da análise: decomposição de um todo em seus elementos constituintes, estudos das relações que elementos têm entre si. As mensagens são objetos materiais, suscetíveis de medição e de quantificação. A análise de conteúdo decompõe-nos, recenseia os seus elementos, calcula as frequências de aparecimento, apura as correlações (KIENTZ, 1973, p. 21).

Para podermos realizar o presente estudo e fazer uma análise do conteúdo dos jornais precisamos recorrer a algumas definições da Teoria do Jornalismo com a finalidade de localizar e classificar as aparições do termo “Estado Presente” e suas variações a fim de quantificar e qualificar em que medida os jornais impressos publicaram sobre o programa e o que divulgaram.

Duas definições importantes inicialmente é a diferença entre os termos matéria, reportagem e notícia. Segundo o Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo conforme Martins Filho (1997) matéria é um “jargão jornalístico” já reportagem e notícia se diferenciam:

A reportagem pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e consequências. A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma sequência investigativa que não cabe na notícia. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos. Abre o debate sobre o acontecimento, desdobra-o em seus aspectos mais importantes e divide-o, quando se justifica, em retrancas diferentes que poderão ser agrupadas em uma ou mais páginas. A notícia não esgota o fato; a reportagem pretende fazê-lo. Na maior parte dos casos, a reportagem decorre de uma pauta que a chefia encaminha ao repórter, mas é comum o próprio repórter escolher um assunto e sugerir-lo aos superiores (MARTINS FILHO, 1997, p. 254).

Nas reportagens e notícias analisadas buscamos descobrir onde no texto e como o Programa havia sido relatado. O texto jornalístico se divide em elementos



constituintes que de acordo com Martins Filho (1997) e Duarte (2016) pode se classificado assim:

**Manchete ou título principal** – Geralmente apresenta-se grafado de forma bem evidente, com vistas a despertar a atenção do leitor.

**Título auxiliar** – Funciona como um complemento do principal, acrescentando-lhe algumas informações, de modo a torná-lo ainda mais atrativo.

**Lide (do inglês lead)** - Corresponde ao primeiro parágrafo, e normalmente sintetiza os traços peculiares condizentes ao fato, procurando se ater aos traços básicos relacionados às seguintes indagações: Quem? Onde? O que? Como? Quando? Por quê?

**Corpo da notícia** – Relaciona-se à informação propriamente dita, procedendo à exposição de uma forma mais detalhada no que se refere aos acontecimentos mencionados (DUARTE, acesso em 04 de jan. 2016).

Ainda em relação ao texto em si, buscamos a definição do Manual de Comunicação da Secom do Senado Federal conforme Brasil (2015) para o termo retranca que é uma matéria subordinada à outra matéria ou à manchete da página de um texto jornalístico. Pode também ser chamada de notícia correlata ou sub ou ainda box, conforme Congo (2010).

É importante apresentar essa subdivisão para entendermos em que ponto do jornal impresso aparece o programa Estado Presente e assim poder chegar a conclusões do grau de importância jornalística para as políticas públicas de segurança.

Outros recursos os jornais também usam além do texto, como fotos, gráficos, tabelas, infográficos e imagens de um modo geral. Também procuramos nesses artifícios usados pelos impressos o termo Estado Presente e catalogamos. A percepção da revista online Enfoque Gráfico ajudam a compreender os objetivos e a relevâncias desses elementos junto ao texto jornalísticos:

Conheça alguns dos elementos estéticos que ajudam a atrair a atenção do leitor durante a leitura do jornal:

**1. Imagem:** Investir no designer, se possível ser ousado, mas sem distanciar-se do seu espaço de aprofundamento, de conteúdo, de interpretação. Investir na imagem, na estética da página gráfica não pode significar abrir mão do jornalismo de profundidade.

**2. Infográficos:** No jornalismo, a função da imagem, através de fotos, ilustrações, desenhos e todos os recursos gráficos, é explicar melhor a notícia, ajudando o leitor a entender e a interpretar o sentido dos fatos como ocorre nas pesquisas de opinião, quando se usam infográficos para esclarecer as tendências. É importante lembrar que: o infográfico não se basta em si mesmo. Para funcionar, depende de um texto enxuto, objetivo, claro, limpo, subdividido em itens, com linguagem direta, com informações puras [...] (ENFOQUE GRÁFICO, acesso em 21 de dez. 2015).

Em outra subdivisão de avaliação das notícias em que o termo Estado Presente apareceu analisamos se o texto era considerado inédito ou era já de um fato ocorrido que já vinha sendo discutido ou poderia ser publicado em outro

momento. Usamos a definição do que o jornalismo chama de Pauta Fria ou Pauta Quente:

A pauta sobre os eventos do dia é chamada "pauta quente". Mas enquanto os repórteres estão na rua e nos setores (ministérios, autarquias, palácio do governo, casas legislativas, Detran etc ) a Editoria de Produção está providenciando artigos, reportagens, cadernos especiais etc em comemoração a datas festivas do calendário. Esta é a "pauta fria". O objetivo é jamais deixar o jornal desabastecido de boas matérias, mesmo em épocas de poucas notícias como durante o recesso parlamentar, por exemplo (CAMPOS, acesso em 04 de jan. 2016).

Usamos o termo “factual” como sinônimo de pauta quente. Conforme Campos (2006) é a linguagem jornalística que reproduz a notícia a partir dos acontecimentos e se o jornal não a publica imediatamente para o outro dia ela passa ser considerada antiga por que não retrata mais aquele primeiro acontecimento e sim uma serie de desdobramentos do fato inicial.

Outro campo que será explorado na análise dos textos das notícias selecionadas são as das fontes das informações. Julgamos importante saber quem falou sobre o programa Estado Presente nos jornais. Nos conselhos que o Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo indica-se que deve-se sempre mencionar as fontes consultadas pelo jornal evitando informações divergentes, incoerentes ou não confirmadas. E ainda saber de que setores elas partem, principalmente quando vem do serviço público que deve prestar esclarecimentos corretos a população e aos leitores do periódico. No caso do Estado, Martins Filho (1997) afirma que o leitor deve ter certeza de onde está vindo a informação para credita-la.

Ainda uma informação sobre as técnicas de produção jornalísticas usadas no Brasil é de suma importância sabermos para compreendermos como os textos dos jornais são produzidos. Apesar de sofrer várias críticas pela sua adoção, a teoria da “pirâmide invertida”, como veremos abaixo, é usada e difundidas nos meios de comunicação impressos conforme Enciclopédia Intercom (2010):

A partir de 1950, a imprensa brasileira incorpora, os stylebooks do modelo norte-americano de jornalismo, substituindo o estilo literário do nariz-de-cera pelas técnicas do lead e da pirâmide invertida. Os manuais de redação, entretanto, recebem a acusação de que a rigidez das regras inibe a espontaneidade de expressão, quando não chegam a desfigurar o estilo pessoal. Movimentos, como o New Journalism, desde a década de 1980, combatem a padronização imposta pelos stylebooks. (INTERCOM, 2010, p. 763).

Essa teoria nos ajuda a entender que o jornalista ao começar a definir as prioridades ao escrever em seu texto buscará dados e informações que subsidiarão sua ideia sobre o problema ou situação que será narrada.

No Brasil, a *objetividade* é sistematicamente incorporada ao trabalho jornalístico tanto como valor quanto como conjunto de regras práticas, nas transformações da imprensa dos anos 1950. Por influência americana, são adotadas novas técnicas redacionais, tais como o lide (primeiro parágrafo da notícia capaz de responder, objetivamente, às perguntas – Quem? Fez o que? Quando? Onde? Por que? E Como?); a pirâmide invertida (narrativa dos fatos a partir dos mais importantes para os menos significativos), entre outros. Mais do que normas a serem obedecidas de um manual, a objetividade do jornalista no Brasil passou a sustentar uma certa imagem positiva e confiável desses profissionais, além de reforçar a crença de que eles têm por vocação a defesa dos interesses coletivos. (INTERCOM, 2010, p881, 882)

Assim fixado esse parâmetro que a imprensa caminhará usando a teoria da “pirâmide invertida” podemos seguir para a análise o conteúdo de suas notícias e descobrir onde as políticas públicas de segurança nos jornais são repercutidas.

Com essas informações construímos uma tabela para seguir de guia de coleta e catalogação das informações jornalísticas publicadas nos jornais impressos A Gazeta e A Tribuna.

Para coleta de dados, consultamos os jornais impressos na versão online buscando no seu sistema de busca o termo exato “Estado Presente” e para complementar e aferir também utilizamos o sistema de pesquisa da empresa de auditoria de imagem Cativa Imagem também buscando o termo exato. Ao final desta etapa constituímos um *corpus* que conforme Fonseca Junior (2005) é a definição do conjunto de documentos a serem submetidos à análise. Foram coletadas 206 reportagens entre os anos de 2012 e 2014 nos jornais A Gazeta e A Tribuna.

Ainda de acordo com Fonseca Junior (2005) atendemos a regra da “exaustividade” que é a necessidade de reunir todo os documentos relativos ao assunto pesquisado em um determinado período escolhido, a regra da “homogeneidade” que é a obrigatoriedade dos documentos recolhidos serem da mesma natureza e do mesmo assunto, a regra da “pertinência” pois os documentos devem ser adequados aos objetivos da pesquisa em todos os aspectos.

No próximo tópico apresentaremos as tabelas geradas pela coleta dos dados, suas legendas e particularidades para isso usamos os conceitos de Bardin (1997) para realizar a codificação que uma identificação que permite a representação de conteúdo e de suas expressões como veremos a seguir.

## 5.2 TABELAS DE PESQUISA E RESULTADOS ENCONTRADOS

Com as informações da sessão anterior, somados aos conhecimentos adquiridos nos capítulos anteriores, construímos a quadro de análise ou conforme Bardin (1997) e Fonseca Junior (2005) um “formulário de codificação”, conforme mostra a Tabela 3, que nos auxiliou na coleta, classificação e catalogação dos dados obtidos. Construímos e completamos as informações em tabelas separadas para os dois jornais e para os três anos. As seis tabelas preenchidas estão no Apêndice.

**Tabela 3. Tabela produzida para coleta de informações dos jornais**

				CAMPO	
Z	:	3	2	Nº DA APARIÇÃO	REFERENCIA
				Nº DE APARIÇÕES MÊS	
				DATA	
				DIA DA SEMANA	
				CAPA	POSIÇÃO
				CADERNO/EDITORIA	
				ATÉ 1/4 DA PÁGINA	TAMANHO
				MAIOR QUE 1/4	
				POSITIVA OU NEGATIVA	AVAL.
				FACTUAL/PAUTA FRIA	
				INFOGRÁFICO	IMAGENS
				FOTO	
				LOGOMARCA	
				TITULO	NA REPORTAGEM OU NOTICIA
				SUBTÍTULO	
				LEAD	
				CORPO	
				RETRANCA	
				NOTA DE ASSESSORIA	ASSESSORIA
				ASSESSORIA	
				GOVERNADOR	
				SEC/COMTE/CHEFE PC	
				POLICIAIS	
				OUTRA	FONTE
				S/FONTE	
				ASSUNTO DA MATÉRIA	OBSERVAÇÃO DEF.
				COMO RETRATA	

Elaboração: autor, 2015.

Os resultados encontrados no campo 1, que trata sobre as referências das notícias coletadas e catalogadas, geraram as tabelas 4,5,6,7,8 e 9. As três primeiras tabelas como podemos observar abaixo apresentam quando, nos anos de 2012, 2013 e 2014 as notícias que o termo “Estado Presente” apareceu. Ao todo foram 206 notícias catalogadas, sendo 92 do jornal A Gazeta e 114 do jornal A Tribuna como mostra a Tabela 6.

**Tabela 4. Reportagens por Mês, 2012**

2012	A Gazeta	A Tribuna
Janeiro	0	0
Fevereiro	2	0
Março	11	7
Abril	8	2
Maio	2	4
Junho	1	2
Julho	1	2
Agosto	5	1
Setembro	5	0
Outubro	6	6
Novembro	2	2
Dezembro	0	2
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>28</b>

Elaboração: autor, 2015.

**Tabela 5. Reportagens por Mês, 2013**

2013	A Gazeta	A Tribuna
Janeiro	1	1
Fevereiro	0	1
Março	1	4
Abril	1	1
Maio	4	4
Junho	4	3
Julho	1	3
Agosto	3	1
Setembro	2	5
Outubro	1	4
Novembro	4	5
Dezembro	0	3
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>35</b>

Elaboração: autor, 2015.

**Tabela 6. Reportagens por mês, 2014**

2014	A Gazeta	A Tribuna
Janeiro	4	4
Fevereiro	1	6
Março	2	6
Abril	3	3
Maio	4	7
Junho	0	8
Julho	2	5
Agosto	2	1
Setembro	1	2
Outubro	2	0
Novembro	6	5
Dezembro	0	4
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>51</b>

Elaboração: autor, 2015.

**Tabela 7. Reportagens por ano, 2012-2014**

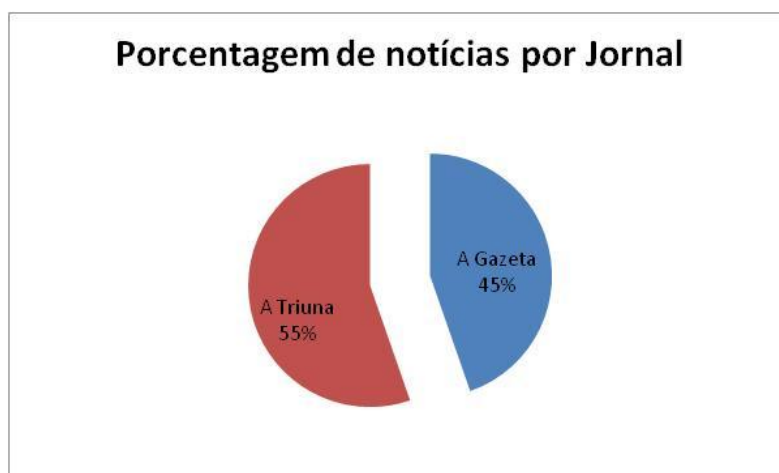
Ano	Jornal		
	A Gazeta	A Tribuna	Total
2012	43	28	<b>71</b>
2013	22	35	<b>57</b>
2014	27	51	<b>78</b>
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>114</b>	<b>206</b>

Elaboração:

autor, 2015.

Na Tabela 7 temos uma visão panorâmica no confronto dos anos em relação aos jornais, observamos que o jornal A Tribuna progressivamente foi aumentando sua quantidade de postagens sobre o Programa Estado Presente e em 2014 alcançou 51 notícias em contrapartida em 2013 o jornal A Gazeta publicou somente 22 notícias em 2013.

**Figura 1. Porcentagem de notícia/reportagem por jornal, 2012-2014**



Elaboração: autor, 2015.

Ainda no Campo 1, da Tabela 3, extraímos outra informação: quais dias da semana os jornais publicaram mais notícias que fizeram referência ao programa Estado Presente. As Tabelas 8 e 9 nos possibilita visualizar esses números.

**Tabela 8. Reportagens por dia da semana Jornal A Gazeta, 2012-2014**

	2012	2013	2014	Total
<b>Domingo</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>17</b>
Segunda-feira	3	1	4	8
Terça-feira	9	2	4	15
Quarta-feira	4	4	7	15
Quinta-feira	5	3	4	12
Sexta-feira	4	3	2	9
Sábado	10	4	2	16
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>92</b>

Elaboração: autor, 2015.

**Tabela 9. Reportagens por dia da semana A Tribuna, 2012-2014**

	2012	2013	2014	Total
<b>Domingo</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>22</b>
Segunda-feira	3	2	3	8
Terça-feira	2	7	7	16
Quarta-feira	4	3	8	15
Quinta-feira	5	5	11	21
Sexta-feira	4	3	7	14
Sábado	9	4	5	18
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>35</b>	<b>51</b>	<b>114</b>

Elaboração: autor, 2015.

Nos dois jornais o dia da semana que mais se publicou sobre o programa Estado Presente foi o Domingo. Sendo 22 vezes no jornal A tribuna e 17 vezes em A Gazeta. E o dia que menos se publicou coincidentemente nos dois jornais foi à segunda-feira.

No campo 2 dedicamos a pesquisa em descobrir onde nos jornais o Programa tinha sido publicado, separamos a pesquisa por cadernos e editorias, que são as subdivisões dos jornais. Também dedicamos um espaço para as referências do programa que ocorreram na capa do jornal. Não foi encontrada nenhuma aparição do Termo “Estado Presente” nas capas dos jornais nesse período. Em outras divisões dos jornais ficou como mostra as tabelas 10 e 11:

**Tabela 10. Localização do termo Estado Presente nas divisões do jornal A Gazeta, 2012-2014**

<b>Editoria/Caderno</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Economia	1	0	1	2	2,2
<b>Cidades</b>	<b>20</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>43</b>	<b>46,7</b>
Coluna Social	14	4	8	26	28,3
Política	2	3	2	7	7,6
Opinião	3	2	3	8	8,7
Caderno 2	2	0	0	2	2,2
Reportagem Especial	0	1	1	2	2,2
Caderno Especial	1	0	0	1	1,1
Frase Da Semana	0	1	0	1	1,1
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>92</b>	

Elaboração: autor, 2015.



**Tabela 11. Localização do termo Estado Presente nas divisões do jornal A Tribuna, 2012-2014**

Editoria/Caderno	2012	2013	2014	Total	%
<b>Polícia</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>22</b>	<b>38</b>	<b>33,3</b>
Reportagem Especial	3	7	7	17	14,9
Coluna Social	4	5	5	14	12,3
Cidades	4	9	2	15	13,2
At2	2	1	1	4	3,5
Coluna Qual Bronca	1	0	0	1	0,9
Economia	2	2	4	8	7,0
Concurso	0	2	0	2	1,8
Política	0	1	9	10	8,8
Tribuna Livre	1	0	1	2	1,8
Regional	0	2	0	2	1,8
Cartas	1	0	0	1	0,9
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>35</b>	<b>51</b>	<b>114</b>	

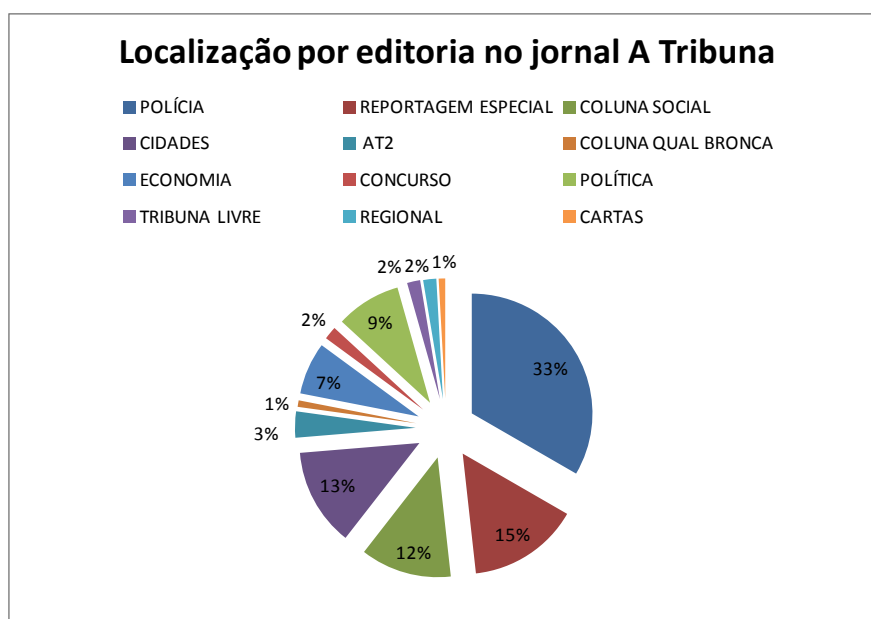
Elaboração: autor, 2015.

**Figura 2. Estado Presente nas divisões do jornal A Gazeta, 2012-2014**



Elaboração: autor, 2015.

**Figura 3. Estado Presente nas divisões do jornal A Tribuna, 2012-2014**



Elaboração: autor, 2015.

Outra semelhança nas publicações dos jornais foi à editoria que mais publicou sobre o Programa Estado Presente. As editorias que publicam maior parte das notícias sobre segurança pública e ocorrências policiais são as de Cidades em A Gazeta e a de Polícia, do jornal A Tribuna. Essa evidência indica que certa perspectiva diferenciada da abordagem midiática dos dois veículos de comunicação.

A editoria de Cidades publicou 43 vezes nos três anos totalizando 46,7 % das publicações do jornal A Gazeta e no jornal A Tribuna a editoria de polícia noticiou 38 vezes perfazendo 33,3 % do total de aparições. Mas é importante observar que em A Gazeta em 28,3 % o Programa Estado Presente apareceu em Coluna Sociais, além de outras 15 vezes em Política e Opinião. A Tribuna também diversificou a publicação em suas paginas, tendo aparições em Reportagens Especiais (17), Cidades (15), Colunas Sociais (14) sendo que esses três juntos somam 40,4 % notícias.

A terceira etapa de análise realizada no *corpus* foi o tamanho das notícias em relação à página e em relação ao número de páginas das reportagens. Dividimos as Tabelas 12 e 13 em matérias com até  $\frac{1}{4}$  da página do jornal e matérias maiores que  $\frac{1}{4}$  da página do jornal.

Usamos os mesmos critérios da pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos da UFES – NEVI publicado na revista Castro, Raizer e. Zanotelli (2004) onde foi feita

uma análise dos crimes de homicídios no Espírito Santo bem como foi a publicação desses crimes nos jornais A Gazeta e A Tribuna entre os anos de 1994 até 2002.

Naqueles estudos como a preocupação era o quanto a mídia dava de destaque aos crimes de homicídios, aqui também buscamos analisar o quanto os jornais impressos dedicaram suas páginas a tratar do problema da segurança pública no Estado e suas políticas públicas para enfrentamento. Segue as tabelas com o tamanho das reportagens e as páginas:

**Tabela 12. Tamanho das reportagens no jornal A Gazeta, 2012-2014**

<b>Tamanho da reportagem</b>	2012	2013	2014	Total	%
Até 1/4 da página	13	4	12	29	31,5
Maior que 1/4	30	18	15	63	68,5
<b>Tamanho por páginas</b>					
Com uma página	25	16	11	52	
Com duas páginas	4	0	0	4	
Com três páginas	1	2	0	3	
Com quatro páginas	0	0	4	4	
Com 11 páginas *	1	0	0	1	
Total de páginas	37	22	27	86	
<b>Total geral de páginas</b>	<b>50</b>	<b>26</b>	<b>39</b>	<b>115</b>	

Elaboração: autor, 2015.

**Tabela 13. Tamanho das reportagens no jornal A Tribuna, 2012-2014**

<b>Tamanho da reportagem</b>	2012	2013	2014	Total	%
Até 1/4 da página	11	4	17	32	28,1
Maior que 1/4	17	31	34	82	71,9
<b>Tamanho por páginas</b>					
Com uma página	14	23	24	61	
Com duas páginas	2	6	8	16	
Com três páginas	1	1	3	5	
Total de páginas	21	38	49	108	
<b>Total geral de páginas</b>	<b>32</b>	<b>42</b>	<b>66</b>	<b>140</b>	

Elaboração: autor, 2015.

Nota: \* Caderno Especial da Feira de Ciência e Tecnologia.

Quanto ao tamanho das reportagens que o termo Estado Presente apareceu os dois jornais se assemelham. Informação também percebida por Castro, Raizer e Zanotelli (2004) quando medindo o espaço ocupado nos jornais para homicídios chegou a seguinte conclusão:

[...] os dois jornais parecem seguir a mesma tendência e, talvez por causa de concorrência, busquem imitar o padrão um do outro, estimulando a corrida ao sensacionalismo. (CASTRO, RAIZER E. ZANOTELLI, 2004, p. 31).

Aqui vimos esse padrão se aproximar quanto ao dia da semana que mais e que menos publicou, em relação a editoria dedicada a publicação e agora no tamanho das notícias em que trataram sobre a política pública de segurança vigente. Em A Tribuna maior que  $\frac{1}{4}$  da pagina foram 71,9 % das reportagens enquanto em A Gazeta foram 68,5%.

Já em relação à quantidade de páginas A Tribuna se destaca, pois suas matérias totalizaram 108 páginas no total contra 86 de A Gazeta, sendo que em A Gazeta houve a publicação de um caderno especial de cunho publicitário que ocupou 11 páginas desse somatório.

No Campo 4 buscamos a informação sobre em que medida a matéria jornalística publicada foi positiva, negativa ou neutra em relação ao Governo do Estado e sua ação na área da segurança pública. Como pauta Positiva, negativa e neutra analisamos conforme Bueno (2002)

[...] Do ponto de vista pratico, não há, certamente, dificuldade em definir se uma matéria é positiva, negativa ou neutra. Basta o assessor de imprensa verificar se a unidade informativa (nota, notícia, editorial, nota em coluna, artigo etc.) contribui para formar a imagem positiva da empresa ou entidade; se ela degrada a imagem ou se, na verdade, a referencia não inclui juízo de valor [...] (BUENO, 2002 p.397).

Na segunda parte da pesquisa desse campo o foco foi descobrir se a matéria foi gerada de um fato ou acontecimento momentâneo e inédito que se fazia imprescindível que o jornal publica-se imediatamente, o qual chamamos de “Factual”, ou se a reportagem foi mais elaborada, mais aprofundada que não tinha tanta urgência de divulgação, mas o jornal se dedicou a prepará-la para publicação. Essa foi chamada de “Pauta Fria” conforme as tabelas 14, 15, 16 e 17.

**Tabela 14. Avaliação das reportagens do jornal A Gazeta, 2012-2014**

<b>Avaliação</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Positiva	24	9	20	53	57,6
Negativa	15	5	6	26	28,3
Neutra	4	8	1	13	14,1
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>92</b>	

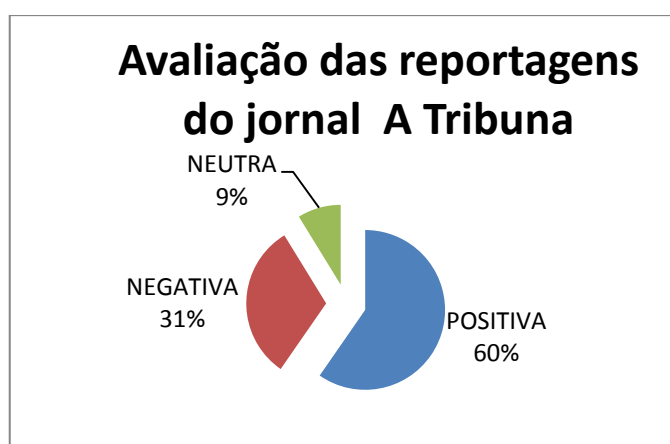
Elaboração: autor, 2015.

**Tabela 15. Avaliação das reportagens do jornal A Tribuna, 2012-2014**

<b>Avaliação</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Positiva	19	20	29	68	59,6
Negativa	9	10	17	36	31,6
Neutra	0	5	5	10	8,8
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>35</b>	<b>51</b>	<b>114</b>	

Elaboração: autor, 2015.

**Figura 4. Avaliação A Tribuna, 2012 -2014**

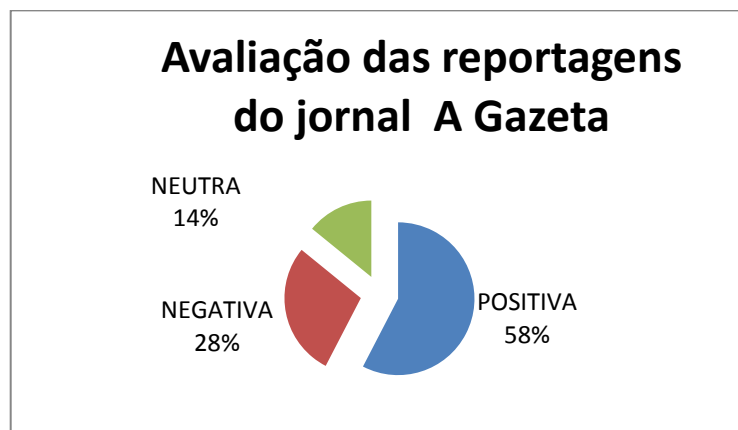


Elaboração: autor, 2015.

Percebe-se que se somarmos as notícias que citaram o programa Estado Presente entendidas como positivas com as neutras tanto o jornal A Gazeta como o A Tribuna publicaram matérias que apresentaram e favoreceram a política pública.

A Gazeta onde apareceu o termo “Estado Presente” 71,7 % das notícias foram favoráveis ou não foram negativas pelo menos e no jornal A Tribuna esse percentual fica em 68,4%. Entretanto foram juntando os dois jornais, 62 notícias de cunho negativo.

**Figura 5. Avaliação A Gazeta, 2012 -2014**



Elaboração: autor, 2015.

**Tabela 16. Reportagens em relação a urgência do jornal A Gazeta, 2012-2014**

<b>Avaliação</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Factual	16	5	13	34	37
Pauta Fria	27	17	14	58	63
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>92</b>	

Elaboração: autor, 2015.

**Tabela 17. Reportagens em relação a urgência do jornal A Tribuna, 2012-2014**

<b>Avaliação</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Factual	10	12	32	54	47,4
Pauta Fria	18	23	19	60	52,6
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>35</b>	<b>51</b>	<b>114</b>	

Elaboração: autor, 2015.

Nesse campo 63 % das reportagens em A Gazeta foram reportagens tidas como “pautas frias”, ou seja 58 matérias nos três anos analisados puderam ou poderiam ter sido elaboradas com mais tempo e aprofundamento, já que não tinham o fator tempo e ineditismo pressionando sua divulgação, contra 54 do jornal A tribuna que tiveram de ser publicadas com o material que tinham no dia do fato.

Nas tabelas 18 e 19 o estudo foi realizado com cada notícia ou reportagem em si. Aqui o importante era encontrar o “onde” na reportagem o termo “Estado Presente” apareceu. Com esse detalhamento observamos a dinâmica que o jornal impõe ao leitor ou disponibilização da informação sobre o Programa. Já sabemos que nem uma vez foi “capa de jornal” e que grande parte das notícias estavam na área de polícia ou segurança pública de um modo geral, agora em que posição da matéria jornalística encontramos os termos.

**Tabela 18. Posição do termo "Estado Presente" nas notícias do jornal A Gazeta, 2012-2014**

Posição Na Notícia	2012	2013	2014	Total
Título	0	0	1	1
<b>Corpo</b>	<b>31</b>	<b>18</b>	<b>21</b>	<b>70</b>
Retranca	10	2	2	14
Foto	6	5	6	17
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>25</b>	<b>30</b>	<b>102</b>

Elaboração: autor, 2015.

**Tabela 19. Posição do termo "Estado Presente" nas notícias do jornal A Tribuna, 2012-2014**

Posição a Notícia	2012	2013	2014	Total
Título	0	1	0	1
Subtítulo	0	1	1	2
<b>Corpo</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>25</b>	<b>63</b>
Retranca	3	19	13	35
Nota De Assessoria	2	0	0	2
Infográfico	3	0	0	3
Foto	9	12	22	43
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>54</b>	<b>61</b>	<b>149</b>

Elaboração: autor, 2015.

Aqui cabe algumas observações relevantes do estudo. Nas 206 matérias o termo apareceu 249 vezes sendo que 60 vezes foi a aparição da logomarca (ver Figura 2) do Programa em fotos onde existia um fundo de entrevista, ou como Rodrigues (2008) o chama de o “backdrop” que é:

[...] um painel com inscrições e logomarcas inseridas atrás de alguém que se apresenta em uma entrevista coletiva ou no pódio de uma premiação. Também conhecido como estande pantográfico, backdrop é um painel modular muito utilizado em eventos como fundo de palco, ações de merchandising, apresentações e coletivas de imprensa (RODRIGUES, 2008, p. 1).

As fotos identificadas nos jornais foram de pessoas detidas/presas ou materiais apreendidos em operações policiais diversas ou ainda de autoridades concedendo entrevista em frente a esse painel (ver Figuras 3 e 4).

### **Figura 6. Logomarca do Programa Estado Presente em Defesa da Vida**



Fonte: Site [www.es.gov.br](http://www.es.gov.br)<sup>2</sup>.

Outro destaque foi para o aparecimento do termo no título das notícias, que é chamado também de manchete. O Programa Estado Presente não foi manchete na maioria das reportagens, pois só apareceu no título de uma matéria de A Gazeta (ver figura 5) e uma matéria de A Tribuna (ver Figura 6) e também foi um quesito de semelhança e tendência entre os jornais. A única vez que jornal A Gazeta colocou o nome Estado Presente no título foi numa editoria de opinião o jornal A Tribuna numa Coluna Social.

Cabe ainda fazer uma ressalva que no dia 15 de dezembro de 2012 o jornal A Tribuna publicou um Informe Publicitário de 12 páginas sobre o Programa Estado Presente (Ver Figura 7), esse caderno não foi objeto de coleta e classificação deste trabalho por se tratar de matéria publicitária e não de mídia espontânea.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <  
<http://www.es.gov.br/Banco%20de%20Imagens/2011/Outubro/211011/logoestadopresente15711.jpg>>  
Acesso em: 06 de jan de 2016.



**Figura 7. Pessoas detidas e materiais apreendidos na frente do painel de entrevistas**



Fonte: Jornal A Gazeta de 24 de Abril de 2012.

**Figura 8. Autoridades concedendo entrevista a imprensa na frente do painel de entrevista**



Fonte: Jornal A Tribuna 01 de maio de 2013.

Das 149 citações do jornal A Tribuna 98 foram no corpo ou na retranscrição (matéria de apoio a matéria principal) e 85 vezes de 102 citações do jornal A Gazeta. Proporcionalmente bem equilibrados em número de citações.

Também observamos que o Programa não foi citado no Lead das notícias, ficando sua aparição sempre no segundo parágrafo em diante. O Lead é um resumo de tudo que é mais importante em toda matéria, é no Lead que o leitor sabe sobre o que vai ser tratado no texto.

No campo seis procuramos descobrir quais eram as pessoas que falavam do programa Estado Presente. Produzimos as tabelas 20 e 21 catalogando todos os que diretamente foram fontes de informação para que os jornais fizessem suas reportagens.

**Figura 9. Estado Presente no título de notícia do jornal A Gazeta**

**Álvaro Rogério Duboc Fajardo**  
É delegado da Polícia Federal e secretário de Estado Extraordinário de Ações Estratégicas

É o momento de aperfeiçoar nossas ações e de descobrir novos caminhos no enfrentamento à violência

***Estado Presente: conquistas e desafios***

Há exatos três anos era implantado pelo governo do Espírito Santo o Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Precisávamos mudar a forma de pensar políticas de segurança pública: além de agir no enfrentamento e no controle da criminalidade, com mais policiamento e melhor gestão na resolutividade dos crimes; também tínhamos que agir na prevenção da violência. Mapeamos as áreas que concentravam mais homicídios e que também tinham uma presença menor do sistema público.

O desafio era mudar essa realidade, e estamos conseguindo. Nós disseminamos a discussão política de segurança pública: somos 16 secretarias e dez autarquias estaduais, além de prefeituras, empresas e instituições sociais atuando em parceria com ações e investimentos prioritários aos 32 aglomerados de 16 municípios contemplados.

E temos resultados: redução de 30% da taxa de homicídios, de 2009 para 2013 – menor índice em 18 anos; média de resolutividade de inqueritos, de 2011 até 2013, de 44%, enquanto no Brasil é de 10%; e número crescente de armas apreendidas, com 3.169, em 2011, e 4.779, em 2013. Ainda aumentamos o efetivo policial, instalamos em articulação com prefeituras mil câmeras de videomonitoramento e implantamos o Patrulha da Comunidade.

Na saúde, foram investidos R\$ 27 milhões em obras, com mais R\$ 92 milhões na educação. Há recursos para pavimentação e drenagem, com 12 obras, e mais de 5 mil jovens estão em Núcleos do Esporte Pela Paz, com outros 20 mil beneficiados em ações do Cultura Presente e dos Núcleos de Musicalização da FAMES. Comemoramos, ainda, 9,5 mil vagas em cursos de qualificação profissional, serviços das Ações Integradas Pela Cidadania, estagiários dos Jovens Valores e bolsistas universitários.

Agora vamos atrás de novos desafios. Com a Unicef e o Observatório de Favelas nós capacitamos servidores de dez prefeituras para desenvolver os Planos Municipais de Prevenção à Violência Letal contra Adolescentes e Jovens; com o BID conseguimos recursos de US\$ 70 milhões para ampliar projetos e criar novos; e com o Instituto Sou da Paz fazemos análise criminal dos dados estatísticos de homicídios. É o momento de aperfeiçoar nossas ações e de descobrir novos caminhos no enfrentamento à violência.

Fonte: Jornal A Gazeta 31 de maio de 2014.

**Figura 10. Estado Presente no título de notícia do jornal A Tribuna**

**Deputado vê avanço no Estado Presente**

O destacamento da PM de Nova Almeida, Serra, passou a funcionar 24 horas, inclusive nos finais de semana. Antes, cumpria o horário comercial. Também está assegurada uma radiopatrulha para percorrer as ruas, além de quatro policiais efetivos, itens que foram colocados como prioridades urgentes pela população. Para o deputado Roberto Carlos (PT), são avanços obtidos com intermediação da Frente Parlamentar em Defesa do Estado Presente.

Fonte: Jornal A Tribuna 19 de julho de 2013.

**Figura 11. Informe publicitário sobre o Programa Estado Presente**



Fonte: Jornal A Tribuna 15 de dezembro de 2012.

**Tabela 20. Fontes nas notícias do jornal A Gazeta, 2015-2014**

Fonte nas notícias de A Gazeta	2012	2013	2014	Total
Governador	3	1	1	5
Seae	3	2	4	9
Sesp	6	4	3	13
Sec. Ciência E Tecnologia	1	0	0	1
Sec. Cultura	1	0	0	1
Policiais	4	0	1	5
Sindicalista	1	0	0	1
Deputado	1	0	0	1
Jornalista	1	1	0	2
Ong	1	1	0	2
Sec Municipal	1	0	0	1
Sociólogo	1	0	1	2
Populares	1	0	1	2
Sem Fonte	18	13	16	47
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>92</b>

Elaboração: autor, 2015.

**Tabela 21. Fontes nas notícias do jornal A Tribuna, 2012-2014**

Fontes nas notícias do jornal A Tribuna	2012	2013	2014	Total
Governador	1	4	9	14
Seae	0	1	2	3
Sesp	2	7	1	10
Sec. Ciência E Tecnologia	2	1	0	3
Sec. Cultura	2	1	0	3
Educação	1	1	0	2
Segep	0	0	1	1
Ass. De Mov. Sociais Do Estado	0	0	1	1
Policiais	2	2	1	5
Deputado	3	2	0	5
Instituto Sincades	0	0	1	1
Secretario Municipal	0	1	0	1
Sociólogo	0	2	1	3
Defensor Público	1	0	0	1
Coord. De Curso Preparatório	0	1	0	1
Ciee-Es	0	0	1	1
Governador Eleito 2014	0	0	1	1
Populares	2	0	0	2
Esp. Em Segurança Pública	0	1	0	1
Assessoria De Comunicação	1	0	1	2
Sem Fonte	11	11	31	53
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>35</b>	<b>51</b>	<b>114</b>

Elaboração: autor, 2015.

Analisando a distribuição observamos que muitos atores da sociedade serviram de fontes, mas destacadamente os gestores públicos ficaram em maior número. Em A Gazeta as fontes da Secretaria de Segurança (13 vezes), da Secretaria de Ações Estratégicas, que é a gestora direta do Estado Presente, (9 vezes) e o Governador (5 vezes), somando-se 27 vezes.

Já no jornal A Tribuna o Governador aparece falando 14 vezes (cabe ressaltar que das 14, 9 vezes foram no último ano de governo em que estava disputando a reeleição e o programa Estado Presente foi uma de suas plataformas de campanha), seguido da Secretaria de Segurança com 10 vezes, a SEAE ficou somente com 3 aparições.

Uma conclusão que chegamos que apesar de ser a SEAE a gestora direta do Programa é a SESP que é preferida como fonte, pelos jornais impressos pelo menos. Outra observação são as inserções do Governador, que como foi

apresentado no capítulo 3, um diferencial da política pública, ser gerenciada diretamente pela autoridade máxima do executivo. O Governador participou de reuniões de trabalho e elevou o Programa para uma ação de governo e não só de Segurança Pública.

Mesmo com todas essas inserções de vários atores, quem mais falou sobre o programa Estado Presente foi a própria mídia. Se somarmos todos os atores do governo no jornal A Gazeta serão 32 inserções contra 47 matérias que não tiveram fonte. Isso quer dizer que o jornal publicou o Programa sem dar crédito a uma fonte definida. No jornal A Tribuna, não foi diferente, 53 matérias sem fonte contra 42 fontes do governo.

Outro aspecto abordado foi o tema das matérias em que o programa Estado Presente foi inserido. Segundo a definição do programa, o Estado Presente não é um programa exclusivo da área de segurança pública e foi implantado para agregar todas as áreas correlatas ao problema da violência e criminalidade no Estado. Fajardo, Barreto e Figueiredo (2014) listaram 15 secretarias e órgãos responsáveis por diversos projetos e ações dentro do programa e mais as ações integradas com Prefeituras, Governo Federal, Poderes Legislativo e Judiciário e Sociedade Civil Organizada nos dando a noção que todas as áreas deveriam estar conectadas e divulgando suas ações em seus cadernos e editorias próprias na mídia.

Para coleta, análise e interpretação aglomeramos os temas em grandes blocos para facilitar a visualização do resultado, separamos nas áreas de educação, saúde, cultura, política, infraestrutura, segurança pública e também deixamos uma área que chamamos de “outras” para casos de múltiplas classificações ou classificação indefinida. Esse resultado foi distribuído nas tabelas 22 e 23 como segue:

**Tabela 22. Tema das notícias onde apareceu "Estado Presente" no jornal A Gazeta, 2012-2014**

<b>Tema</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>
Educação	1	1	0	<b>2</b>
Saúde	0	0	0	<b>0</b>
Cultura	5	0	1	<b>6</b>
Segurança Pública	31	19	21	<b>71</b>

Política	0	1	3	<b>4</b>
Infraestrutura	3	0	0	<b>3</b>
Outras	3	1	2	<b>6</b>
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>92</b>

Elaboração: autor, 2015.

**Tabela 23. Tema das notícias onde apareceu "Estado Presente" no jornal A Tribuna, 2012-2014**

<b>Tema</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>TOTAL</b>
Educação	3	4	2	<b>9</b>
Saúde	1	0	0	<b>1</b>
Cultura	3	3	3	<b>9</b>
Segurança Pública	18	23	30	<b>71</b>
Política	1	4	11	<b>16</b>
Infraestrutura	0	0	1	<b>1</b>
Outras	2	1	4	<b>7</b>
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>35</b>	<b>51</b>	<b>114</b>

Elaboração: autor, 2015.

A área de segurança pública foi o tema em que o Programa foi mais abordado. Coincidentemente nos dois jornais foram 71 vezes. Sendo que esse valor é mais expressivo no jornal A Gazeta, pois foi 71 de 92 notícias e em A Tribuna 71 de 114 notícias.

Em segundo lugar no jornal A Gazeta aparece o tema cultura, com 6 vezes, e no jornal A Tribuna a área de Política, sendo que 11 das 16 aparições, foram no ano de 2014, ano de eleições para governador. Como já relatado no campo anterior o Governador foi o que mais se destacou na tabela 21, falando sobre o Programa. Por fim produzimos as tabelas 24 e 25 para analisar como o Programa Estado Presente fora retratado. No campo 8 observamos e catalogamos como os jornais qualificaram a política pública vigente. Encontramos nos jornais, mesmo sendo o ultimo ano de vigência do Programa, os termos “projeto Estado Presente” e também só pelo “apelido” “Estado Presente”. Uma única vez foi chamado de “Plano” pelo jornal A Gazeta em 2012. Mas os dois jornais trataram o Programa Estado Presente em Defesa da Viva como Programa Estado Presente a maioria das vezes.

Aqui surge outra coincidência em números absolutos os dois jornais trataram 66 vezes cada um de Programa. A Tribuna além das 66 notícias retratando no texto também apresentou outras 32 matérias o nome nas fotos.

**Tabela 24. Que termos foram usados para retratar o Programa Estado Presente no jornal A Gazeta, 2012-2014**

Como Foi Retratado	2012	2013	2014	Total
Programa Estado Presente	32	17	17	66
Projeto Estado Presente	2	0	1	3
Estado Presente	3	0	2	5
Plano Estado Presente	1	0	0	1
Logomarca	5	5	7	17
Total	43	22	27	92

Elaboração: autor, 2015.

**Tabela 25. Que termos foram usados para retratar o Programa Estado Presente no jornal A Tribuna, 2012-2014**

Como Foi Retratado	2012	2013	2014	Total
Programa Estado Presente	19	24	23	66
Projeto Estado Presente	1	0	4	5
Estado Presente	1	4	6	11
Logomarca	7	7	18	32
Total	28	35	51	114

Elaboração: autor, 2015.

Com essa etapa compilada e finalizada podemos no próximo capítulo fazer nossas conclusões, confrontando as informações dos capítulos 2, 3 e 4 com a análise do conteúdo dos jornais.

A primeira análise que podemos fazer é quanto ao aparecimento do termo Estado Presente nos jornais. Levando em consideração as técnicas do Jornalismo e particularmente da “pirâmide invertida” já abordada no início desse capítulo e ainda com as informações de Intercom (2010) que:

No caso da notícia, que objetiva apresentar um relato factual dos acontecimentos, a organização das informações nos meios impressos pode ser feita por meio da chamada *pirâmide invertida* (lead, sublead e corpo do texto). Nesta estrutura, as informações principais estão concentradas nos primeiros parágrafos do texto. Em se tratando de uma reportagem, o jornalista ganha espaço para trabalhar com a interpretação, aprofundamento e desdobramentos de determinado acontecimento. Ele pode ousar no estilo e recorrer a formas narrativas no trato da informação jornalística (INTERCOM, 2010, p. 1150).

Se as informações principais das notícias estão dispostas no início dos textos jornalísticos, podemos concluir que analisando esse quesito nos anos de 2012 a 2014 nos jornais A Gazeta e A Tribuna ficou caracterizado que o termo “Estado Presente” não é tido como um termo importante para os jornais impressos.

Das 206 matérias catalogadas somente 2 apresentaram o termo Estado Presente no título ou seja menos de 1% das publicações trataram como uma informação principal e ainda uma dessas duas foi um texto escrito pelo Secretário Estadual de Ações Estratégicas numa coluna de opinião, portanto não foi um texto produzido por jornalistas e sim aprovado pela chefia de edição do jornal para compor o jornal daquele dia.

Outras duas informações colaboram com a assertiva que os jornais não trataram o programa Estado Presente como informação principal de suas matérias uma vez que o termo nunca apareceu na capa dos jornais e outra que o termo nunca apareceu no lead dos textos.

E ainda se formos buscar por assunto específico das matérias classificadas como Segurança Pública (Tabela 22 e 23), conforme formulários de análise nos apêndices, grande maioria tratou de problemas da violência e da criminalidade, como homicídios, tráfico e uso de drogas, operações policiais etc.

Mas para se descobrir os fatores que determinaram que os jornais tomassem esse tipo de atitude ou definissem assim sua política de divulgação precisaríamos entrar num campo da subjetividade e buscar informações com jornalistas e chefes de edição para descobrir as variáveis utilizadas para essas decisões. Como não foi o objetivo dessa pesquisa fica para um eventual desdobramento desta pesquisa e/ou um novo trabalho.

Um aspecto que deve ser abordado como conclusão são as tendências editoriais ou linhas editoriais seguidas pelos jornais em relação às matérias que divulgaram o programa Estado Presente. Os dois jornais muito se assemelharam confirmando a tendência relatada há 12 anos atrás pelo NEVI – UFES. Vejamos as semelhanças:

- A quantidade de notícias e reportagens são muito próximas, conforme demonstrado pela Tabela 7 e Figura 1. A Tribuna compondo 55% do corpus e A Gazeta 45%;
- Quanto aos dias da semana, os dois jornais publicaram mais no domingo e menos da segunda-feira (Tabela 8 e 9);
- Quanto ao local nos jornais (editoria/caderno), conforme as Tabelas 11 e 12 ficaram predominantemente nas editorias de Cidades e Polícia. Essa informação pode ser argumentada por que o programa é da área da segurança pública por isso foi alocado nessas editorias, mas os próprios jornais alternaram com variedade



em outras editoriais o aparecimento do programa, como política, cultura e colunas sociais, por exemplo;

- Quanto ao tamanho das matérias que tiveram a citação do Programa se maiores ou menores de  $\frac{1}{4}$  da página (Tabela 11 e 12), a diferença também entre os valores percentuais foram pequenos foram 68,5 % do jornal A Gazeta contra 71,9 do jornal A Tribuna com notícias maiores de  $\frac{1}{4}$  da página;
- Quanto a avaliação da positividade, negatividade e neutralidade em relação as ações do governo as tabelas 14 e 15 apresentaram valores bem próximos entre os jornais em relação as matérias tidas como positivas: 57,6% (A Gazeta) e 59,6% (A Tribuna);
- Também ficaram bem próximos os números de onde na matéria foi encontrado o termo Estado Presente, 70 notícias em A Tribuna e 63 em A Gazeta o termo apareceu no corpo do texto (tabelas 18 e 19);
- Nas tabelas 20 e 21, em relação às fontes o Governador, as fontes da SEAE e da SESP se alternaram entre 1º, 2º e 3º lugar nos dois jornais;
- E por fim uma coincidência conceitual e numérica, com relação ao tema das matérias, foram 71 textos com assunto segurança pública nos dois jornais e também quanto a forma de tratamento foram 66 vezes também nos dois jornais.

Há ainda uma informação que julgamos importante para nossas observações. Somando as publicações dos dois jornais alcançamos um resultado entre os anos de 2012-2014 (lembrando que 2012 foi ano bissexto), 2.192 exemplares publicados, desses somente 189 (103 de A Tribuna e 86 de A Gazeta) publicaram sobre o programa Estado Presente, ou seja, 8,6%.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que aqui se insere não teve como objetivo exaurir o assunto de como as políticas públicas de segurança são apresentadas pela mídia e pelos jornais impressos, pois outras análises ainda podem ser realizadas com esse material compilado. Como já relatado pode ser buscado matérias específicas e analisar as definições propostas para o programa Estado Presente em confronto com as definições apresentadas pelo serviço público e seus gestores, com o propósito maior de contribuir com o aprimoramento das políticas públicas de segurança que estão e serão desenvolvidas no estado do Espírito Santo.

Também aqui neste trabalho não foi o objetivo analisar se a mídia divulgou muito ou pouco, para isso teríamos que coletar todas as notícias dos jornais no período, medi-las, analisa-las e confrontar com esse resultado obtido para chegarmos a uma nova conclusão.

Tampouco intentamos medir os fatores que levaram os jornais a publicarem o Programa como publicaram ou descobrir as intenções por trás de todas as 206 publicações encontradas. Ou ainda como foi a decisão de publicar desse jeito e não de outro, bem como saber por que não publicaram mais ou menos. Para isso deveríamos ir a campo, ir às redações e entrevistar cientificamente os jornalistas, redatores e chefias e investigar o que eles pensam sobre as políticas públicas de segurança, seus pareceres em relação às ações governamentais e suas políticas de publicação diária.

Por fim também não tivemos o objetivo de saber como o leitor do jornal percebeu o programa Estado Presente e as políticas públicas nas páginas dos jornais A Gazeta e A Tribuna. Para isso outra pesquisa pode ser realizada consultando a população sobre aspectos pertinentes ao Programa e aos jornais, de acordo com critérios estatísticos amostrais.

O objetivo aqui foi analisar o tratamento midiático dado pelos principais jornais locais impressos, A Gazeta e A Tribuna, em relação às políticas públicas de segurança do Programa Estado Presente em Defesa da Vida entre os anos de 2012 e 2014.

Assim como Zanotelli e Medina (2008) concluem seu trabalho de pesquisa sobre como é retratada a criminalidade e a delinquência na mídia capixaba, nós também, em certa medida, chegamos ao final com a mesma percepção: que nos jornais capixabas a neutralidade é um alvo não conquistado porque de uma forma

ou de outra há um posicionamento, seja direto ou indireto, apresentando em suas páginas os interesses da empresa.

Aqui em nossa pesquisa também podemos observar que a mídia ao citar as políticas públicas vigentes dispensa pouca importância ao informar a população sobre elas. Numa simples conta podemos provar essa falta de interesse em apresentar a política pública, que segundo o Governo do estado do Espírito Santo visa reduzir os índices de homicídios, de violência e criminalidade. Somando as publicações dos dois jornais chegamos ao resultado que entre os anos de 2012 e 2014 (lembrando que 2012 foi ano bissexto), 2.192 exemplares foram publicados. Destes, somente 189 (103 de A Tribuna e 86 de A Gazeta) citaram o programa Estado Presente, ou seja, 8,6%. Esse número pode ser considerado pouco significativo, tendo em vista as manchetes e notícias, geralmente ilustradas por fotografias apelativas, de casos de brutalidade e assassinatos que são diariamente publicados na busca incessante da espetacularização da violência.

E essas escassas publicações, que o índice percentual reporta, deram pouco destaque ao programa como visto no último capítulo do trabalho. O Programa não foi apresentado na capa do jornal. Só apareceu uma única vez em um título em cada jornal. Tampouco o termo Estado Presente foi citado no primeiro parágrafo ou lead. Ademais várias das aparições se deram em fotos que foram inseridas no jornal devido a um trabalho de publicidade produzido pelas assessorias de comunicação dos órgãos governamentais.

Zanotelli e Medina (2008), Castro, Raizer e Zanotelli, (2004) e Andrade (2011) já apresentavam que a mídia capixaba é muito boa em publicitar os homicídios no Estado. Suas publicações chegam a cobrir quase todas as ocorrências, e quando um jornal falha o outro apresenta o crime.

Como exemplo em 2002, Castro, Raizer e Zanotelli, (2004) relatam que dos 1.407 homicídios computados no Estado do Espírito Santo o jornal A Gazeta publicou 1.113 e o jornal A Tribuna 1.064. Zanotelli e Medina (2008) constataram que em 2007, onde analisaram 1.120 matérias jornalísticas relativas a crimes no Espírito Santo nos jornais impressos, chegaram a uma média de 13,3 acontecimentos considerados criminosos ou violentos publicados por dia nos jornais.

Por fim Andrade (2011) investigando o número de homicídios publicados nos jornais impressos relativos ao município de Viana (ES) no ano de 2010 descobriu que dos 35 homicídios registrados os jornais publicaram 21 sendo uma cobertura de 60% das ocorrências.

Essas pesquisas citadas em confronto com os resultados obtidos por esse trabalho nos dão base para afirmar que estamos vivendo um momento em que a mídia vem, como relatamos no capítulo quatro, sendo usada, bem como vem utilizando dos seus meios para garantir seu espaço através da propagação da cultura do medo e da apresentação da insegurança pública.

Do outro lado, estudando como as políticas públicas de segurança se formaram no Espírito Santo, observa-se uma evolução, porém muito incipiente e, porque não dizer, tardia em enfrentar o problema da segurança pública com as devidas ferramentas. Apesar de observarmos um empenho por parte dos governantes no delinear da história desde 1998 com vistas a trabalhar a redução dos índices de homicídios; o foco, até pelo menos em meados de 2008, estava no equipamento policial.

Só após a primeira inserção da terceira fase (investimentos em projetos sociais em bairros com altos índices de criminalidade) do Plano/programa de Enfrentamento a Violência foi possível observar os governos e gestores públicos se preocuparem com o problema das comunidades de forma integral. Foi possível vê-los pensando e executando políticas públicas que abrangeriam áreas como saúde, educação, lazer, cultura e infraestrutura.

Coincidentemente ou não, a partir desse momento (2009) os índices de homicídios começam a declinar, embora de forma pouco acentuada, ano após ano. Mais dois grandes programas aparecem: o Estado Presente (2011-2014) e o Ocupação Social (2015 - em implementação). Este se apresenta com o foco nos problemas sociais e nos aglomerados humanos com maiores problemas na área da criminalidade. Seu discurso é voltado, quase que exclusivamente, para o enfrentamento da violência por meio de investimentos maciços em educação e geração de renda para o jovem que está na faixa etária que mais mata e morre nas comunidades em situação de risco, 15 a 24 anos de idade. É o que afirma Martinelli (2015):

É esse jovem que deve ser conquistado. Se não conseguirmos prestar-lhe assistência exclusiva e se o que for feito na comunidade não o envolver, o investimento não resultará na redução dos índices de homicídios. por exemplo, uma Escola. Se não tiver escola no bairro nós podemos inaugurar, mas descobrimos também que esse jovem com 17 anos já a abandonou há uns cinco anos, então ele não voltará só pelo fato de agora ter uma escola no bairro. Geralmente a evasão escolar ocorre na passagem do nível fundamental para o médio (MARTINELLI, 2015).

Teremos que esperar que mais análises de cunho científico apareçam e apresentem seus resultados para que possamos saber se essas ações gerarão resultado positivo ou negativo.

Vale ressaltar que toda pesquisa pode ser esmerada, detalhada para encontrar novos objetivos e é este o caso desta pesquisa. Mas os dados que apresentamos aqui nos oportunizam uma base acadêmica, um grupo de informações que poderão subsidiar outros trabalhos como os já citados no início dessas considerações.

Esperamos que esses resultados aqui encontrados auxiliem os gestores públicos, que lidam com as questões de segurança, a refletir, formular e/ou reformular as políticas públicas considerando o importante papel que a mídia tem e que os jornais impressos possuem. Ao término deste trabalho uma pesquisa divulgada por Rede Tribuna (2015) informa que o jornal A Tribuna é lido em média diariamente (Impresso e digital) por 508 mil pessoas e o jornal A Gazeta por 248 mil. Assim, esses veículos de comunicação não podem e não devem ser desconsiderados ao se planejar políticas para a área de segurança.

Esperamos também que a mídia continue ou comece a refletir mais em seu papel social, não só pensando no viés governamental de divulgar o que o Estado quer que seja divulgado, não só pensando no viés financeiro em divulgar o que interessa à indústria, ao comércio e ao capital. Se pensar somente com esse viés estará vendendo uma cultura do pânico, do medo e da insegurança. Em vez disso, pensar como podemos melhorar o convívio social das comunidades, como questionar os programas de governo, como cobrar transparência na área da segurança pública de forma macro e não só visando a venda de jornal através de notícias de cunho sensacionalista.

A imprensa pode aproveitar o espaço público que desfruta, a fim de trazer crescimento e conhecimento à população. Talvez nesse momento pensássemos: mas isso não é papel do serviço estatal? A mídia não seria tida como “chapa branca”? Porém entendemos que todos podem dar sua contribuição para propagação da cultura da paz, para diminuição dos índices de violência que afetam a todos nós.

Esperamos ver no futuro mais trabalhos sobre a mídia e sobre as políticas públicas de segurança que tiveram como ponto de partida ou utilizaram esse e outros trabalhos aqui citados.

Portanto, concluimos que esse estudo é uma tarefa concluída mas que possibilita outras pesquisas com enfoques complementares e que pretende dar sua contribuição mesmo que com suas limitações, direcionada a um período, voltada para análise de uma determinada área de estudo, com abrangência num lugar específico.

## REFERÊNCIAS

A GAZETA. **Espírito Santo, anuário 2015**. Projeto de marketing. A Gazeta. Vitória, 2015.

ACERO, H. **Como Bogotá conseguiu melhorar sua segurança**. Publicado em 16/11/2006. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org/pt-br/node/30961>> Acesso em: 02 de jun. de 2014.

\_\_\_\_\_, H. **Os governos locais e a segurança cidadã**. PANUD, 2002. Disponível em: <[http://www.rolim.com.br/2002/pdfs/seg\\_Hugo\\_Acero.pdf](http://www.rolim.com.br/2002/pdfs/seg_Hugo_Acero.pdf)> Acesso em: 03 de mai. de 2014.

ADORNO, S.; PASINATO, W.A justiça no tempo, o tempo da justiça. In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, novembro 2007, v. 19, n. 2.

ANDRADE, A. L. **Os Meios de Comunicação e a Inteligência**: As publicações de Homicídios no ano de 2010 no Município de Viana nos jornais A Gazeta, A Tribuna e Notícia Agora. 2011. P.42. Monografia, Especialização, SENASP/UVV. Vitória, 2011.

BARATTA, A. Filósofo de uma criminalidade crítica. In: RAMOS, S. (org.) **Mídia & Violência Urbana**. Rio de Janeiro. FAPERJ, 1994.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BARROS FILHO, C. **Ética na comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo: moderna, 1995.

BEATO, C. A mídia define as prioridades da segurança pública. Ramos, Silvia. **Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**- Rio de Janeiro, IUPRJ, 2007. P. 33-35.

BEATO, C. **Gestão da Informação**. Coleção Segurança com Cidadania/ Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Ano I, 2009, n.02. Brasília, DF. P. 08-47.

BEATO, C.; Silva, B. F. A. e Tavares, R. Crime e Estratégias de Policiamento em Espaços Urbanos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 3, 2008, pp. 687 a 717.

BEUREN, I.M. (org). André Andrade Longaray... (et al). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BEZERRA, A.C. E GRILLO C.C. Batalha nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações. **LIINC em revista**, Rio de Janeiro, v.10, n1, p.195-210, maio de 2014.

BITTENCOURT, M. B.. **As políticas da insegurança**: da Scuderie Detetive Le Cocq às masmorras do novo Espírito Santo. 2014. p.168. Dissertação apresentada para o cumprimento das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

BORGO, N. **Por um novo modelo de segurança pública**. OAB - Seccional do Espírito Santo, 2011 Disponível em: <<http://oab-es.jusbrasil.com.br/noticias/2613052/artigo-por-um-novo-modelo-de-seguranca-publica>> Acesso em: 12 de dez. de 2015.

BRANDÃO, E. P. Usos e significados do conceito comunicação pública. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, n. 29, 2015, Brasília. **Anais Eletrônicos**. Brasília: Intercom, 2006. Disponível em: <[www.intercom.org.br/paper/nacionais/2006/resumos/r1037-1.pdf](http://www.intercom.org.br/paper/nacionais/2006/resumos/r1037-1.pdf)> Acesso em: 20 de out. de 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Consultoria Legislativa. **Manual de Comunicação da Secom**. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/retranca>> Acesso em: 20 de dez. de 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998**. Dá nova redação ao art. 37 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm)> Acesso em: 20 de mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da justiça. **Governo lança Programa Brasil Mais Seguro para reduzir criminalidade e impunidade**. Publicado em 27/06/2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/excluir-historico-nao-sera-migrado/governo-lanca-programa-brasil-mais-seguro-para-reduzir-criminalidade-e-impunidade>> Acesso em: 03 de jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Guia de Políticas Públicas de juventude. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)**. -Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/guia/outrosprogramas/programa-nacional-de-seguranca-publica-com-cidadania-pronasci>> Acesso em: 05 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2014.

BRASÍLIA, Grupo de mídia. **Anuário de mídia pública no Brasil**. 2012.

BUENO, W.C. Medindo retorno do trabalho de assessoria de imprensa. In: J. Duarte (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. São Paulo: Atlas, 2002.

CABECINHAS, R. **Representações sociais, relações intergrupais e cognição social**. Minho: Paidéia, vol.14, 28, 2004. p 125-137.



CAMPOS, P.C. **Pauta.** Disponível em: <  
<http://www.ecibernetico.com.br/colunaradar/Artigos/pauta.htm> > Acesso em 04 de  
jan. de 2016.

CANO, I. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e  
democratização versus a guerra contra o crime. Sur, **Rev. int. direitos human.**, São  
Paulo , v. 3, n. 5, Dec. 2006 pp. 136-155. ISSN 1983-3342.. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-64452006000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452006000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 de mai.  
de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452006000200007>.

CARDOSO, M. S. **O novo paradigma da segurança pública no Brasil e sua  
repercussão no Espírito Santo: O caso PRO-PAS (1985-2003).** 2009 p. 104.  
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em história do centro de  
ciências humanas e naturais da UFES. Mestrado em História. Vitória, 2009.

CARNEIRO. L.P. **Pesquisas de vitimização e gestão da segurança pública.** São  
Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 1, p. 60-75, jan./jun. 2007.

CASTRO, C.M. ACAYABA, C. **Alagoas e Espírito Santo lideram em homicídios;  
Rio cai para 4º.** Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de abril de 2009. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/04/549196-alagoas-e-espírito-santo-lideram-em-homicídios-rio-cai-para-4.shtml>> Acesso em: 12 de dez. de 2015.

CASTRO, M. RAIZER, E. ZANOTELLI, C. L. Projeto Banco de Dados sobre  
Violência Criminalizada. In: **Ufes cidadã.** Vitória: Edufes, v. 1, n. 1, 2004, pp. 1-41.

CERQUEIRA, C.M.N. O comandante de uma polícia brasileira. In: RAMOS, S. (org.)  
**Mídia & Violência Urbana.** Rio de Janeiro. FAPERJ, 1994.

CERQUEIRA, D. **Segurança pública no Espírito Santo: Passado e Futuro.** Espírito  
Santo Anuário A Gazeta 2013. Vitória p. 168-186, 26 jun. 2013.

CHINEM, R. **Assessoria de imprensa: como fazer.** São Paulo: Summus, 2003.

CONGO, M. **Chapéu, suspensório e bigode.** Estadão, Blogs EM Foca. 15 Outubro  
2010. Disponível em: < <http://brasil.estadao.com.br/blogs/em-foca/chapeu-suspensorio-e-bigode/>> Acesso em: 20 de dez. de 2015.

COSTA E BALESTRERI (ORG). **Segurança pública no Brasil: um campo de  
desafios.** Salvador: EDUFBA, 2010.

CRUZ, G. B. A historicidade da Segurança Pública no Brasil e os desafios da  
participação popular. **Cadernos de Segurança Pública** | Ano 5, Número 04, Março  
de 2013 | [www.isp.rj.gov.br/revista](http://www.isp.rj.gov.br/revista) Disponível em:  
<<http://www.isp.rj.gov.br/revista/download/Rev20130403.pdf>> Acesso em: 20 de  
mai. de 2014.

CURADO, O. **A notícia na TV: O dia-a-dia de quem faz telejornalismo.** São Paulo:  
Alegro, 2002.

DEBORTOLI, G. Olhando através do espelho: considerações sobre o uso de indicadores de desempenho na atividade policial. In: ZANOTELLI, Cláudio; RAIZER, Eugênia; VALADÃO, Vanda (orgs.). **Violência e contemporaneidade**: dimensões das pesquisas e impactos sociais. Vitória - ES: Grafita Gráfica / Editora NEVI, 2007, pp. 63-72.

DEMETER, P. R. Políticas Públicas: é preciso conhecer. **FASE**: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. 2ª Versão. Itabuna, 1996.

DUARTE, V. M.N. **A notícia** - Um gênero textual de cunho jornalístico. Disponível em: <<http://portugues.uol.com.br/redacao/anoticioumgenerotextualcunhojornalistico.html>> Acesso em: 04 de jan. de 2016.

DURANTE, M.; ZAVATARO, B. Limites e desafios da evolução da gestão em segurança pública: a importância do uso de indicadores de avaliação de desempenho. In: **São em perspectiva**. São Paulo - SP: v. 21, n. 1, pp. 76-91, 2007. Disponível em <<http://webmail.egc.ufsc.br/zimbra/?loginOp=logout>>. Acesso em: 02 de jun. de 2014.

Enciclopédia INTERCOM de comunicação. – São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em <<http://www.cienciasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 20 de out. de 2015.

ENFOQUE GRÁFICO. **Elementos Gráficos no Jornalismo**. 16 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://infoquegrafico.blogspot.com.br/2012/02/o-conhecimento-dos-recursos-graficos.html>> Acesso em: 21 de dez. de 2015.

ESPÍNDULA, D.H.P. et al . “Perigoso e violento”: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei em material jornalístico. PSIC – **Revista de Psicologia da Vetor Editora**, São Paulo. v.7, n.2, p11-20, dez 2006.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). GOVERNO DO ESTADO. **Plano estratégico do governo do estado do Espírito Santo 2011-2014**. Vitória, 2011.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. **Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (2007-2010)**.. Vitória, ES. 2007. Disponível em: <<http://www.sesp.es.gov.br/sitesesp/texto.jsp?tpTexto=6>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Plano de Segurança Pública**. Vitória, 2003?

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas**. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Governo/Secretarias/89/seae--secretaria-de-estado-extraordinaria-de-acoes-estrategicas.htm>> Acesso em: 22 de set. de 2014.

\_\_\_\_\_. **ES ganha maior nota do BID em Segurança Pública com Estado Presente**. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Noticias/170178/es-ganha-maior-nota-do-bid-em-seguranca-publica-com-estado-presente.htm>> Acesso em: 31 de mai. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Novos Caminhos**. Principais realizações em 2012. Vitória – 2013.

\_\_\_\_\_. **Novos caminhos**: principais realizações em 2013. Secretaria de Economia e Planejamento. Vitória, 2014.

\_\_\_\_\_. **Estado presente em defesa da vida**. Relatório. SEAE. 2014.

FAJARDO, A.R.D, BARRETO, L.N, FIGUEIREDO, S.O. Programa Estado Presente em Defesa da Vida. VII CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA. n.7, 2014, Brasília, **Anais eletrônicos**. Brasília: CONSAD, 2014. Disponível em <[http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2015/CONSAD/046\\_Programa\\_Estado\\_Presente.pdf](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2015/CONSAD/046_Programa_Estado_Presente.pdf)> Acesso em: 11 de dez. de 2015.

FAJARDO, A.R.D. **Programa Estado Presente em Defesa da Vida** In: 1º SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA, Vitória. 2013.

FERNANDES, V. Quinze bairros na mira da ocupação social : Programa estadual vai priorizar áreas onde morrem mais jovens. **A Gazeta**, Vitória, 20 Mar. 2015, Cidades, p.3 e 4.

FERREIRA, E. M.; LUCENA, N. L. Mídia e Gestão Pública: Dominação Política das Oligarquias Brasileiras. **Revista Anagrama**: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação Ano 3 - Edição 1 – Setembro-Novembro de 2009 São Paulo

FERREIRA, I.S. **Estudo de avaliações de políticas de segurança pública integradas e transitórias na região de São Pedro, Vitória, ES (2005 a 2012)**: verificação de indicadores qualitativos de efetividade social. UFES. 2015. P 125. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015. Disponível em <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_7632 DISSERTA%C7%C3O%20INES%20SIMON%20FERREIRA.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_7632 DISSERTA%C7%C3O%20INES%20SIMON%20FERREIRA.pdf)> Acesso em: 12 de dez. de 2015.

FERREIRA, M. K. B. **As novas configurações da gestão pública**: comunicação, conhecimento e pessoas. Disponível em: <<http://www.faac.unesp.br/publicações/anais-comunicacao/textos/34.pdf>>. Acesso em: 03 de jun.de 2014.

FERREIRA, S.P. LIMA, R. S., BESSA, V. **Criminalidade violenta e homicídios em São Paulo**: fatores explicativos e movimentos recentes. In Coleção Segurança com Cidadania/ Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – Ano I, 2009, n 03. Brasília, DF p.11-20.

FIGUEIREDO, R. e MENDONÇA, M. **Ocupação Social**: bairros recebem material esportivo. Portal DO Governo do Espírito Santo. Vitória, 2015 Disponível em <<http://www.es.gov.br/Noticias/176907/ocupacao-social-bairros-recebem-material-esportivo.htm>> Acesso em: 12 de dez. de 2015.

FILHO, D.D. **Segurança e planejamento**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2004.

FILHO, J.V.S. A experiência de Diadema. Pesquisa, cooperação policial e ação comunitária: um estudo em Diadema. In Insegurança Pública – **Reflexões sobre a**

**criminalidade e a violência urbana/** org. Nilson Vieira Oliveira/ São Paulo: Nova Alexandria, 2002. P.238-247.

FONSECA JUNIOR, W. C. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

FREY, K. **Políticas públicas:** um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, vol.21. 2000. p.211-259. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>> Acesso em: 30 mai. de 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA. **Estado presente em defesa da vida:** um novo modelo para segurança pública/ Fundação João mangabeira – Brasília: Fundação João Mangabeira, 2015.

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **A gestão pública:** desafios e perspectivas. Salvador: FLEM, 2001.112p. (Cadernos FLEM, 1).

GARCIA, A.A. **Entrevista I.** 2015. Entrevistador: Adorisio Leal Andrade. Vitória, dez. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, L. Hartung: “Retrocedemos uma década nas contas públicas”. **A Gazeta.** Vitória, 04 de mar. 2015.

KIENTZ, A. **Comunicação de Massa** – análise de conteúdo. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KOSOVSKI, Ester. Estado, mídia e cidadania. In: RAMOS, S. (org.) **Mídia & Violência Urbana.** Rio de Janeiro. FAPERJ, 1994.

LACERDA, D. S.; BRULON, V. Política das UPPs e espaços organizacionais precários: uma análise de discurso. **Rev. adm. empres.,** São Paulo , v. 53, n. 2, Apr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902013000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902013000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 de mai. de 2014.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, C.H.B..As três dimensões dos direitos humanos e o novo conceito de cidadania.In: **Estratégias e desafios:** violência, direitos humanos e segurança pública. Vitória: NEVI, 2003. PP 171-179.

LIMA, R. S. **Contanto crimes e criminosos em São Paulo:** uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000. 2005. <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04022006-201043/pt-br.php>> Acesso em: 02 jan de 2016.

LIMA. Produção da Opacidade: Estatísticas Criminais e Segurança Pública no Brasil. **Coleção Segurança com Cidadania**. Ano I, 2009, n.02. Brasília, DF. p.48-180.

LIRA, P.S. **Instâncias urbanas e violência**: Uma Análise Dialética. 2006. 173 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

\_\_\_\_\_. Índice de violência criminalizada (IVC). II CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, n 2, 2009, Brasília, **Anais eletrônicos**. Brasília: CONSAD, 2009. Disponível em: [http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material\\_%20CONSAD/paineis\\_I\\_I\\_congresso\\_consad/painel\\_62/indice\\_de\\_violencia\\_criminalizada.pdf](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_I_I_congresso_consad/painel_62/indice_de_violencia_criminalizada.pdf) Acesso em: 20 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Geografia do crime e arquitetura do medo**: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. Oficina Editora Ltda. Vitória, 2014.

LOPES. M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**.4ª Ed. São Paulo. Edições Loyola, 1999.

MAGALHÃES, T. R. P. OLIVATO, A. **A “segurança cidadã”**: os casos de São Paulo e Bogotá. IBOPE inteligência Disponível em: <<http://www.opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/Pereira&Olivato2012.pdf>> Acesso em: 02 de Jun. de 2014.

MARI, H. et al. **Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges Editora, 1999.

MARINO, E. **Manual de avaliação de projetos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2003.

MARTINELLI, E.F. **Entrevista II**. 2015. Entrevistador: Adorisio Leal Andrade. Vitória, 2015.

MARTINS FILHO, E. L. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo**. 3ª edição, revista e ampliada — São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MENANDRO, P.R.M., & SOUZA, L. **Linchamentos no Brasil**: a justiça não tarda, mas falha: uma análise a partir de dados obtidos através da imprensa escrita. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

MESQUITA NETO, P. **Ensaio sobre segurança cidadã**. São Paulo: Quartier Latin; Fapesp, 2011.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo. Editora Atica, 1989.

MIRANDA, R. **O crime organizado no Espírito Santo**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial (2003) disponível em: <<http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/34.php>> Acesso em: 01 de dez. de 2015.

MIRANDA, R. **Programa de Enfrentamento da Violência. Relatório.** Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Vitória, 2010?

NERY, L. **Violência, criminalidade e políticas públicas de segurança.** Revista Jurídica UNIFACS, nº 109. Salvador: UNIFACS, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/738>>. Acessado em: 30 Mai. 2014.

NETTO. A.M.B. **A linguagem do jornalismo:** As marcas conversacionais e a interação virtual na subjetividade do texto factual no jornalismo. Disponível em <[http://www.ichca.ufal.br/grupopesquisa/intermedia/Revista2014/artigos/2%20-%20A%20Linguagem%20do%20Jornalismo%20e%20a%20Interacao%20Conversacional%20\(1\).pdf](http://www.ichca.ufal.br/grupopesquisa/intermedia/Revista2014/artigos/2%20-%20A%20Linguagem%20do%20Jornalismo%20e%20a%20Interacao%20Conversacional%20(1).pdf)> Acesso em: 04 de jan de 2015>

NUNES, L., TENÓRIO, G. E. MENDONÇA, M. **Governo apresenta Ocupação Social para líderes evangélicos.** Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória, 25 de mar. 2015 Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Noticias/173883/governo-apresenta-ocupacao-social-para-lideres-evangelicos.htm>> Acesso em: 12 dez. de 2015.

PASTANA, D. R. **Cultura do medo:** reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Editora Método, 2003.

PEREIRA, A.L.G. e Grassi, R.A. **Políticas Públicas de Combate à Criminalidade no Espírito Santo:** situação atual e perspectivas de mudanças. Nexos econômicos \_ CME UFBA. V.6, n.2, dez. 2012. P.75-94.

PERNANBUCO (ESTADO). **O Pacto Pela Vida.** Disponível em: <<http://www.pactopelavida.pe.gov.br/pacto-pela-vida/>> Acesso em: 02 de Jun. de 2014.

PIMENTA, C.C. Descentralização com integração: A gestão de políticas públicas em um contexto descentralizado – o caso brasileiro. III CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD – CONSELHO LATINO AMERICANO, n. 3,1998, **Anais**, Madrid. Madrid: CLAD, 1998.

PNUD. Segurança Cidadã, desenvolvimento humano e governabilidade democrática. Ferramentas de políticas em segurança Cidadã: Marco conceitual e de política. In **Gestão de políticas públicas de segurança cidadã.** Maio de 2005.

PORTO, M.S.G. **Mídia, segurança pública e representações sociais.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.21, n2. São Paulo: 2009, p. 211-233.

PORTO, M.S.G. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea.** Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p.152-171.

PUBLIFOLHA. **Manual de Redação:** folha de São Paulo. Revista e ampliada. São Paulo, 2006.

QUEIROZ, R.M. CAVALHEIRO, V.L. S. O direito fundamental à Segurança. **Revista JurES** –v.6.n.12(2014).

RAMOS, F. P. e NOVO, H. A. **Mídia, violência e alteridade**: um estudo de caso. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: Estudos de Psicologia, 2003.

RAMOS, S. **Mídia e Violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil - Rio de Janeiro, IUPRJ, 2007.

REDE GAZETA. Quem somos: a Rede Gazeta. **Gazeta online**. Vitória, 23 de Julho de 2015. Disponível em: <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/redegazeta/quemsomos/index.php>> Acesso em: 23 de jul. de 2015.

REDE TRIBUNA DE COMUNICAÇÃO. **Tribuna online: história**. Vitória, 23 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.redetribuna.com.br/online/>> Acesso em: 23 de jul. de 2015.

\_\_\_\_\_. A Tribuna é líder no impresso e no digital. Vitória, 19 de dez. 2015. Disponível em < <http://www.tribunaonline.com.br/a-tribuna-e-lider-no-impresso-e-no-digital/>> Acesso em: 14 de jan. de 2016.

REIS, A. M. S. O gerencialismo e seus desdobramentos na burocracia pública estadual: a experiência Pró-Gestão na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo. in **Revista Preleção**. Ano V, n.9, abr. 2011, Vitória: PMES/DEIP, 2011.

RIBEIRO JÚNIOR, H.. As políticas penitenciárias e de segurança pública do Espírito Santo no governo Hartung (2003-2010). In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15, 2011, Curitiba. **Anais...** São Paulo: SBS, 2011. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3cDBX\\_zhfiAJ:www.sbsociologia.com.br/portal/index.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D2368%26Itemid%3D171+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3cDBX_zhfiAJ:www.sbsociologia.com.br/portal/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D2368%26Itemid%3D171+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)> Acesso em 12 de dez. de 2015.

RIBEIRO, L. A Produção Decisória do Sistema de Justiça Criminal para o Crime de Homicídio: Análise dos Dados do Estado de São Paulo entre 1991 e 1998. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 1, 2010, pp. 159 a 193.

RIVERS, W.L. e SCHRAMM, W. **Responsabilidade na comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1970.

RIO DE JANEIRO. **O que é UPP**. Disponível em: <[http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp)> Acesso em: 02 de Jun. de 2014. Grafita Gráfica / Editora NEVI, 2007.

ROCHA, S.M.; MARQUES, Â. C. S.. “Bandido bom é bandido morto”: violência policial, tortura e execuções em Tropa de Elite. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 19, p. 90-104, jul. 2010.

RODRIGUES, E. Você sabe o que é backdrop? **Blog do Elias**: marketing, comunicação & negócios. 19 de nov de 2008. Disponível em: <<https://eliasrodrigues.wordpress.com/2008/11/19/voce-sabe-o-que-e-backdrop/>> Acesso em: 06 de jan de 2016.

SAPORI, L. F. A. **Segurança Pública no Brasil**. Belo Horizonte: Em Debate, v.3, n.1, p. 11-15, jan. 2011. Disponível em: <[http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/\(2\)Artigo\\_Luis\\_Saporif11.pdf](http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/(2)Artigo_Luis_Saporif11.pdf)> Acesso em : 20 mai. 2015.

SERPA, A.M.P. Cidadania, participação e policiamento comunitário.In: **Estratégias e desafios:violência, direitos humanos e segurança pública**. Vitória: NEVI, 2003. PP 17-25.

SILVA, C.R.M. **Estratégias e desafios: violência, direitos humanos e segurança pública**. Vitória: NEVI, 2003.

SOARES, G.A.D. Apresentação. **Coleção Segurança com Cidadania/** Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Ano I, 2009, n.03. Brasília, DF. P. 07-10.

SOARES, I. O. (Org.). **A Comunicação na Construção da Paz**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

SOARES, L. E.. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro, Sextante, 2006.

SOBRINHO, S.F.C.G. **A cultura do medo e as transgressões Contemporâneas**. Direito, Estado e Sociedade - v.9 - n.27 - p. 215 a 226 - jul/dez 2005.

SODRÉ, M. A construção da Realidade pela mídia. In: RAMOS, S. (org.) **Mídia & Violência Urbana**. Rio de Janeiro. FAPERJ, 1994.

SOUZA L.A.F., MAGALHÃES B.R., SABATINE,T.T. (org.).**Desafios à segurança pública** : controle social, democracia e gênero .Marília : Oficina Universitária ; São Paulo :Cultura Acadêmica, 2012. 228 p.

SOUZA, M. L. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA. M. **O desafio metropolitano: um estudo sobre planejamento sócio espacial nas metrópoles brasileiras**. São Paulo: Bertrand, 2000

SOUZA, M. de. **Televisão, Violência e Efeitos Midiáticos**. Psicologia ciência e profissão, 2003, 23 (4), 82-87.

VALADARES, P. H. V. Ônibus 174 – a violência velada do Estado e o pânico moral. **Acta Scientiarum. Humanand Social Sciences**. Maringá, v. 32, n. 2, p. 165-171, 2010. DOI: 10.4025/actascihumansoc. V32i2. 6989.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

WACQUANT, L. A tempestade global da lei e ordem: sobre punição e neoliberalismo. **Rev. Sociol. Polit. Curitiba**, v. 20, n. 41, Feb. 2012 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782012000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 Mai. 2014.



WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2011**. Os Jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2013**. Homicídios e Juventude no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2013.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2014**. Os Jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014.

WENDEL, T.; CURTIS R. Tolerância zero: a má interpretação dos resultados. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, dec. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832002000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000200012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 mai. 2014.

ZANOTELLI, C.; RAIZER, E.; VALADÃO, V. (orgs.). **Violência e contemporaneidade**: dimensões das pesquisas e impactos sociais. Vitória - ES: ES: Grafita Gráfica / Editora NEVI, 2007.

ZANOTELLI, C.; MEDINA, J. L. B.. **Análise dos discursos sobre a criminalidade e a delinquência nos jornais A Gazeta, Notícia Agora e A Tribuna e seus efeitos sobre a política de segurança e a percepção social de (in) segurança**. 2008 (Pesquisa).

ZANOTELLI, C. L. et al. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume, Fundação de Amparo à pesquisa do Espírito Santo- Fapes, 2011.

# APÊNDICE A

## Quadros Analíticos

JORNAL A GAZETA ANO 2012 PESQUISADOR ADORISIO LEAL ANDRADE																									
CAMPO	1			2		3		4		5		6					7				8	9			
	REFERÊNCIA			POSICÃO		TAMANHO		AVAL.		IMAGENS		NA MATÉRIA					FONTE				OBSERVAÇÃO	DEF.			
	Nº DA APARICÃO	DATA	DIA DA SEMANA	CAPA	CADERNO/EDITORIA	ATÉ 1/4 DA PAGINA	MAIOR QUE 1/4	POSITIVA OU NEGATIVA	FACTUAL/PAUTA FRIA	INFOGRÁFICO	FOTO	TITULO	SUBTÍTULO	LEAD	CORPO	RETRANCA	NOTA	ASSESSORIA	GOVERNADOR	SEC/COMTE/CHEFE/PC	POLICIAIS	OUTRA	S/FONTE	ASSUNTO DA MATÉRIA	COMO RETRATA
	1	11.02	S		F		1	P	F						1								X	EDUCAÇÃO	P
	2	14.02	3		C		1	N	F						1					X				HOMICÍDIO	PJ
	3	02.03	6		C		2	N	PF						1						X SINDICALISTA			TRÁFICO/HOMICÍDIO	P
	4	02.03	6		CL	1		NT	F						1								X	OBRAS	P
	5	03.03	S		CL	1		N	F						1								X	OBRAS	P
	6	06.03	3		PL		1	NT	PF						1				X					PRESTAÇÃO DE CONTAS	P
	7	06.03	3		PL		1	N	F						1						X DEPUTADO			PRESTAÇÃO DE CONTAS	P
	8	06.03	3		CL	1		NT	F						1								X	PRESTAÇÃO DE CONTAS	P
	9	15.03	5		C		3	N	PF							1					X JORNALISTA			LATROCÍNIO	P
	10	17.03	S		C		1	N	PF							1				X				VIOLÊNCIA/LATROCÍNIO	P
	11	18.03	D		CL	1		N	PF						1								X	CRISE FINANCEIRA	P
	12	20.03	3		O		1	N	PF						1						X SOCIÓLOGO			INSEGURANÇA/ LATROCÍNIO	EP
	13	25.03	D		CL		1	N	PF						1								X	GUARANÇA/ POLÍTICAS	P
	14	03.04	3		C		1	P	PF						1					X				VIDEOMONITORAMENT	P
	15	21	S		C		1	P	F		1													OPERAÇÃO POLICIAL	L
	16	22.04	D		C		2	P	PF						1					X				HOMICÍDIO	PJ
	17	22.04	D		C		1	P	PF						1					X				VIDEOMONITORAMENT	P
	18	24.04	3		CL	1		N	PF						1								X	TRUTURA DE DELEGAC	EP
	19	26.04	5		C		1	P	F		1													OPERAÇÃO POLICIAL	L
	20	28.04	S		CL	1		P	F						1					X				INVESTIMENTO BANCO MUN	P
	21	29.04	D		C		1	P	F		1													OPERAÇÃO POLICIAL	L
	22	05.05	S		C		1	P	F		1													OPERAÇÃO POLICIAL	L
	23	06.05	D		CL	1		P	PF						1						POPULARES			VIDEOMONITORAMENT	P
	24	16.06	S		C		2	N	F						2					X				LATROCÍNIO	EP
	25	26.07	4		C		1	N	F		1													DROGAS/VIOLÊNCIA	L
	26	07.08	3		C2		1	P	F						1								X	PEÇA TEATRAL	P
	27	09.08	5		CL	1		P	F						1								X	STIMENTO BANCO MUN	P
	28	15.08	4		CL	1		P	F						1								X	RQUESTRA FILARMÔNIA	P
	29	16.08	5		O		1	P	PF						1						X SEC. MUNICIPAL			GUARDA MUNICIPAL	P
	30	27.08	2		C		1	N	PF							1				X				HOMICÍDIO	P
	31	02.09	D		C		1	P	PF						1								X	RQUESTRA FILARMÔNIA	P
	32	06.09	5		O		1	N	PF						1								X	SAÚDE	PL
	33	11.09	3		CL	1		P	PF						2				X					INCLUSÃO DE BAIRRO	P
	34	21.09	6		C		1	P	PF						1						X			HOMICÍDIO	P
	35	28.09	6		CL	1		P	PF						1					X				TARIFA DE LUZ	P
	36	10.10	4		C2		1	P	PF						2					X CULTURA				CULTURA	P
	37	13.10	S		CE		11	P	PF		1				1								X	ANA CIENCIA TECNOLQ	P
	38	17.10	4		C		1	P	PF						1					X CIENCIA TECNOLOGIA				SEMANA CIENCIA TECNOLQ	P
	39	20.10	S		C		1	P	PF						1					X				ESTRATÉGIA PMES	P
	40	27.10	S		C		1	N	PF						1					X				VIOLÊNCIA	P
	41	29.10	2		CL	1		NT	PF						1				X					MUNICIPIOS E SEGURAN	P
	42	04.11	D		C		2	P	PF						1						X			ESTRATEGIA PMES	P
	43	19.11	2		CL	1		P	PF						1								X	RQUESTRA FILARMONIA	P

JORNAL A GAZETA ANO 2013 PESQUISADOR ADORISIO LEAL ANDRADE																									
CAMP	1		2		3		4		5		6					7					8	9			
	REFERÊNCIA		OSIÇÃO		TAMANHO		AVAL		IMAGENS		NA MATÉRIA					FONTE					OBSERVAÇÃO	DEF.			
	Nº DA APARIÇÃO	DATA	DIA DA SEMANA	CAPA	CADERNO/EDITORIA	ATÉ 1/4 DA PAGINA	MAIOR QUE 1/4	POSITIVA OU NEGATIVA	FACTUAL/PAUTA FRIA	INFOGRÁFICO	FOTO	TITULO	SUBTÍTULO	LEAD	CORPO	RETRANCA	NOTA	ASSESSORIA	GOVERNADOR	SEC/COMTE/CHEFE PC	POLICIAIS	OUTRA	S/FONTE	ASSUNTO DA MATÉRIA	COMO RETRATA
	1	03.01	4		C		1	P	PF						1					SESP				HOMICÍDIO	P
	2	28.03	5		CL	1		NT	PF						2					SEAE				INVESTIMENTO SEGU	P
	3	14.04	D		C		1	P	PF						1					SEAE				HOMICÍDIO	P
	4	05.05	D		FS	1		NT	F		1													FRASE CEL PM	L
	5	15.05	4		C		1	P	PF						1					SESP				HOMICÍDIO	P
	6	16.05	5		E		1	P	PF						1									HOMICÍDIO	P
	7	18.05	S		O		1	P	PF						2						JORNALISTA			PROGRAMA EP	P
	8	07.06	6		CL	1		NT	PF						1									FISCALIZAÇÃO ALES NC	P
	9	15.06	S		CL		1	NT	PF						1									DROGAS/MAIORIDADE E	P
	10	16.06	D		E	1		NT	PF						1									SEGURANÇA PÚBLIC	P
	? 11	16.06	D		RE		3	N	PF						1					SESP				VIOLÊNCIA CRIMINALID	P
	12	18.07	5		C		1	P	PF						1									VIDEOMONITORAMEN	P
	13	03.08	S		C		1	NT	PF						1					SESP				HOMICÍDIO	P
	14	27.08	3		E		1	P	PF						1				X					PATRULHA DA COMUNID	P
	15	30.08	6		C		1	N	F		1													HOMICÍDIO	L
	16	03.09	3		CL		1	NT	PF						2									ELEIÇÕES SEG. PÚBLI	P
	17	21.09	S		O		1	P	PF						?							ONG		EDUCAÇÃO	P
	18	25.10	6		C		1	N	F		1													ROUBO ONIBUS	L
	19	06.11	4		C		3	N	PF						1									PESQUISA SEGURANÇA PI	P
	20	17.11	D		C		1	NT	F		1													PRESOS VIATURA	L
	21	20.11	4		C		1	N	PF							1								CONCURSOS	P
	22	25.11	2		C		1	P	F		1													OPERAÇÃO POLICIA	L

JORNAL A GAZETA ANO 2014 PESQUISADOR ADORISIO LEAL ANDRADE																									
CAMPO	1			2		3		4		5		6					7					8	9		
	REFERÊNCIA	POSICÃO		TAMANHO		AVAL		IMAGENS		NA MATÉRIA					FONTE					OBSERVAÇÃO	DEF.				
	Nº DA APARICÃO	DATA	DIA DA SEMANA	CAPA	CADERNO/EDITORIA	ATÉ 1/4 DA PÁGINA	MAIOR QUE 1/4	POSITIVA OU NEGATIVA	FACTUAL/PAUTA FRIA	IMAGEM/FOTO	TÍTULO	SUBTÍTULO	LEAD	CORPO	REMANCA	NOTA	ASSESSORIA	GOVERNADOR	SEC/COMITE/CHEFE PC	POLICIAS	OUTRA	S/FONTE	ASSUNTO DA MATÉRIA	COMO RETRATA	
	1	04.01	S		C	1		P	F	1													OPERAÇÃO POLICIAL	L	
	2	05.01	D		CL	1		P	PF														ORQUESTRA FILARMÔNICA	P	
	3	07.01	3		C		1	P	F	1													OPERAÇÃO POLICIAL	L	
	4	23.01	5		C		1	P	F	1													OPERAÇÃO POLICIAL	L	
	5	19.02	4		C		1	P	F	1													OPERAÇÃO POLICIAL	L	
	6	28.03	6		CL	1		NT	PF														ERRATA	P	
	7	28.03	6		E	1		P	F										SESP				FEIRA DO CONSUMIDOR	P	
	8	07.04	2		CL	1		P	PF														INVESTIMENTO BID	P	
	9	14.04	2		CL		1	N	PF														SEGURANÇA PÚBLICA	P	
	10	14.04	2		C		4	N	F											1			INSEGURANÇA NOS BAIRROS	P	
	11	21.05	4		O	1		P	PF														REPRESENTANTE FORUM S	SEGURANÇA PÚBLICA	P
	12	28.05	4		C		4	P	F										SEAE				HOMICÍDIO	P	
	13	29.05	5		C	1		P	F	1													OPERAÇÃO POLICIAL	L	
	14	31.05	5		O	1		P	PF										SEAE				EP	P	
	15	02.07	4		C		1	P	F										SESP				OPERAÇÃO POLICIAL	L	
	16	13.07	D		CL	1		N	F														PROPAGANDA EP	EP	
	17	18.08	2		C		1	P	F														EFETIVO PMES	P	
	18	24.08	D		PL		1	P	PF														ELEIÇÕES 2014	P	
	19	18.09	5		CL	1		P	F														CONSULTORIA MJ	P	
	20	30.11	D		RE		4	N	PF										X				NOVO GOVERNO DESAFIOS	P	
	21	27.11	5		C		1	N	F	1													OPERAÇÃO POLICIAL	L	
	22	30.12	3		O	1		P	PF														POPULARES	ELOGIO EP	P
	23	03.12	4		CL	1		P	PF														COMBATE CRIMINALIDADE	P	
	24	10.12	4		CL		1	N	PF														SEGURANÇA PÚBLICA	EP	
	25	09.12	3		C		1	P	PF										SEAE				ESTATÍSTICA APREENSÃO DE ARMAS	P	
	26	30.12	3		PL		1	P	PF										SEAE				MUDANÇA DE SESP	PJ	
	27	17.12	4		C		4	P	PF										SESP				HOMICÍDIO	P	

JORNAL A TRIBUNA ANO 2012 PESQUISADOR ADORISIO LEAL ANDRADE																												
CAMPO	1			2		3		4		5		6					7					8	9					
	REFERÊNCIA			POSIÇÃO		TAMANHO		AVAL		IMAGENS		NA MATÉRIA					FONTE					OBSERVAÇÃO	DEF.					
	Nº DA APARICÃO	DATA	DIA DA SEMANA	CAPA	CADERNO/EDITORIA	ATÉ 1/A DA PAGINA	MAIOR QUE 1/A	POSITIVA OU NEGATIVA	FACTUAL/PAUTA FRIA	INFOGRÁFICO	FOTO	TÍTULO	SUBTÍTULO	LEAD	CORPO	RETRANCA	NOTA	ASSESSORIA	GOVERNADOR	SEC/COMTE/CHIEFE PC	POLICIAIS	OUTRA	S/FONTE	ASSUNTO DA MATÉRIA	COMO RETRATA			
	1	01.03	5		RE		2	N	F		1													ADOLESCENTE MORTE P	L			
	2	07.03	4		P	1		P	F						1				X						NOMEAÇÃO INVEST	P		
	3	10.03	5		P		1	P	F		1														OPERAÇÃO POLICI	L		
	4	10.03	5		P	1		P	PF						1					X					EFETIVO PM	P		
	5	15.03	5		CL	1		N	PF					?										DEPUTADO	FISCALIZAÇÃO ALE	P		
	6	23.03	6		P	1		P	PF						1			X							PISTOLA ELETRIC	P		
	7	31.03	5		C	1		P	F						1					X					SAÚDE -AÇÃO INTEG	P		
	8	06.04	6		CL	1		N	PF						1									DEPUTADO	PROBLEMAS NO E	P		
	9	19.04	5		E		1	P	PF						1									CIENCIA E TECNOLOGIA	BOLSAS DE ESTUD	P		
	10	05.05	5		P		1	P	F		1														OPERAÇÃO POLICI	L		
	11	06.05	D		P		1	P	F		1														OPERAÇÃO POLICI	L		
	12	11.05	6		P		1	P	F		1														OPERAÇÃO POLICI	L		
	13	26.05	5		C		1	P	PF	1	1														MULHERES NA PN	P		
	14	26.06	3		C		1	P	PF						1										EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	PJ	
	15	28.06	5		AT2	1		N	PF						1										DEPUTADO	PREÇOS/INSEGURAN	P	
	16	04.07	4		AT2		1	P	PF	1					1											CURSOS PROFISSIONAL	EP	
	17	11.07	4		P		1	P	F		1															OPERAÇÃO POLICI	L	
	18	10.08	6		P		1	P	F		1															OPERAÇÃO POLICI	L	
	19	11.10	4		CL	1		P	PF						1										CULTURA	APRESENTAÇÃO MUS	P	
	20	13.10	5		TL		1	P	PF						1										CULTURA	CULTURA	P	
	21	15.10	2		RE		2	N	PF						1						X					INSEGURANÇA NOS BA	P	
	22	22.10	2		CT	1		P	PF						1											POPULARES	EXEMPLO PARA OUTR	P
	23	22.10	2		RE		3	N	PF							1										DEFENSOR PUB	PROBLEMAS FAMILI	P
	24	23.10	3		C		1	N	PF						1											POPULARES	PROBLEMAS NOS BAI	P
	25	03.11	5		P		1	N	F							1											ROUBOS	P
	26	03.11	5		CL	1		P	PF						1												CIRCO NOS BAIRRO	P
	27	13.12	5		E		2	P	PF	1	1				1										CIENCIA E TECNOLOGIA	CURSOS PROFISSIONAL	P	
	28	15.12	5		CB	1		N	PF						1		1										FALTA DE POLÍCIAME	P

JORNAL A TRIBUNA ANO 2013 PESQUISADOR ADORISIO LEAL ANDRADE																									
CAMP	1			2		3		4		5		6					7					8	9		
	REFERÊNCIA			OSIÇÃO		TAMANHO		AVAL.		IMAGENS		NA MATÉRIA					FONTE					OBSERVAÇÃO	DEF.		
	Nº DA APARICÃO	DATA	DIA DA SEMANA	CAPA	CADERNO/EDITORIA	ATÉ 1/4 DA PAGINA	MAIOR QUE 1/4	POSITIVA OU NEGATIVA	FACTUAL/PAUTA FRIA	INFOGRÁFICO	FOTO	TÍTULO	SUBTÍTULO	LEAD	CORPO	RETRANÇA	NOTA	ASSESSORIA	GOVERNADOR	SEC/COMTE/CHEFE PC	POLICIAIS	OUTRA	S/FONTE	ASSUNTO DA MATÉRIA	COMO RETRATA
	1	13.01	D		P		1	P	PF						2									SEC DS SERRMOVO SEC DEFESA SOCIAL S	P
	2	24.02	D		P		1	P	PF						2			X		FE DE POL				POL.DEFESA DA MULHE	P
	3	02.03	S		RE		2	P	F						1	5			SESP/CHEFE DE POL		JORNALISTA			NOVO SESP	P
	4	03.03	D		P		1	N	PF						1			X						EFETIVO PM	P
	5	05.03	3		R		2	P	PF						1	1			SESP					EFETIVO PM	P
	6	26.03	3		P		1	N	F						1				SESP					HOMICÍDIO	P
	7	15.04	2		C		3	N	PF						1				SESP					TRÁFICO DE DROGAS	P
	8	01.05	4		CN		1	P	PF		1				1				SESP					CONCURSO PM	P
	9	01.05	4		PL		1	P	PF						1			X						PRESTAÇÃO DE CONTAS A	P
	10	09.05	5		RE		1	N	F						1				SEDU		PMCAR			EDUCAÇÃO - CRIME	P
	11	12.05	D		C		1	NT	PF		1													BARES FECHADOS	L
	12	08.06	S		CL	1		NT	PF						1						DEPUTADO			ALES FISCALIZA EP	P
	13	27.06	5		RE		1	P	PF						1									MELHORIAS PROJETOS	P
	14	30.06	D		RE		1	NT	PF						1	1		X						MANIFESTAÇÕES	P
	15	14.07	D		C		1	P	PF						1						X			OPERAÇÃO EP	P
	16	18.07	5		CN		1	P	PF						1								COORD CURSINHO	CONCURSO PM	P
	17	19.07	6		CL	1		P	PF			1			1								DEPUTADO	PM 24H	P
	18	13.08	3		R		1	P	PF						1								CIENCIA E TECNOLOGIA	CURSO PROFISSIONALIZA	P
	19	25.09	4		C		1	N	F		1													OPERAÇÃO POLICIAL	L
	20	29.09	D		RE		2	P	PF		2		1		1				SEAE					EP CULTURA	P
	21	29.09	D		CL		2	P	F						1									ANIVERSÁRIO DO EP	P
	22	29.09	D		C		1	P	F		1													OPERAÇÃO POLICIAL	L
	23	30.09	2		RE	1		N	PF		2				2				SESP		PROMOTOR			TRAFICO DE DROGAS	?
	24	06.10	D		CL		2	P	F						1								CULTURA	ORQUESTRA FILARMONI	P
	25	08.10	3		CL	1		NT	PF						1								IPEA	ALES FISCALIZA EP	EP
	26	08.10	3		C		1	N	PF						2								IPEA	IPEA-EP	P
	27	24.10	5		C		1	N	F		1													OPERAÇÃO POLICIAL	L
	28	01.11	6		E		2	P	PF						1									VAGAS ESTÁGIO	P
	29	21.11	5		P		1	P	PF						1								COORD SESP	PROJETOS SOCIAIS	P
	30	22.11	6		P		1	N	F						1								ESP.SEG.PUB	HOMICÍDIO PM	EP
	31	23.11	S		RE		1	NT	PF						1									ADOLESCENTE EM FEST	EP
	32	23.11	S		C		1	P	F		2													OPERAÇÃO POLICIAL	L
	33	08.12	D		E		1	P	PF						1									CURSO PROFISSIONALIZA	P
	34	17.12	3		C		2	P	F		1													OPERAÇÃO POLICIAL	L
	35	17.12	3		ATZ		1	P	F						1									ORQUESTRA FILARMONI	P

JORNAL A TRIBUNA ANO 2014 PESQUISADOR ADORISIO LEAL ANDRADE																										
CAMPO	1		2		3		4		5		6					7				8	9					
	REFERÊNCIA		OSIÇÃO		TAMANHO		AVAL.		IMAGENS		NA MATÉRIA					FONTE				OBSERVAÇÃO	DEF.					
	Nº DA APARIÇÃO	DATA	DIA DA SEMANA	CAPA	CADERNO/EDITORIA	ATÉ 1/4 DA PÁGINA	MAIOR QUE 1/4	POSITIVA OU NEGATIVA	FACTUAL/PAUTA FRIA	INFOGRÁFICO	FOTO	TÍTULO	SUBTÍTULO	LEAD	CORPO	RETRANÇA	NOTA	ASSESSORIA	GOVERNADOR	SEC/COMTE/CHEFE PC	POLICIAIS	OUTRA	S/FONTE	ASSUNTO DA MATÉRIA	COMO RETRATA	
1	14.01	3		P	1		P	F		1														OPERAÇÃO POLICIAL	L	
2	26.01	D		RE		1	P	PF		1														ENTREVISTA CEL PME	L	
3	29.01	4		P		1	P	F		1					1									OPERAÇÃO POLICIAL	EP	
4	30.01	5		P	1		N	F		1					1									MOVIMENTO SINDICA	P	
5	05.02	4		P	1		N	F							1									MOVIMENTO SINDICA	P	
6	06.02	5		P	1		N	F							1									MOVIMENTO SINDICA	P	
7	12.02	4		P	1		P	F		1														OPERAÇÃO POLICIAL	L	
8	13.02	5		P		1	P	F		1														OPERAÇÃO POLICIAL	L	
9	13.02	5		P	1		P	F		1														OPERAÇÃO POLICIAL	L	
10	28.02	6		P		1	P	F		2														OPERAÇÃO POLICIAL	L	
11	01.03	3		P	1		NT	F							1									LICENÇA DO SESP	P	
12	14.03	6		E		1	N	PF											SEGER					VAGAS ESTÁGIO	P	
13	15.03	5		E	1		P	F							1									CONCURSO SEGER	P	
14	18.03	3		P		1	N	PF											SESP					AUMENTO HOMICÍDIO	P	
15	27.03	5		PL		1	NT	F							1									AÇÕES ALES	PJ	
16	27.03	5		CL	1		P	PF							1									ORQUESTRA SINFÔNICA	P	
17	03.04	5		P	1		P	F		1														OPERAÇÃO POLICIAL	L	
18	12.04	S		CL	1		P	F							1									AÇÃO INTEGRADA	P	
19	25.04	6		P		1	P	F		1														OPERAÇÃO POLICIAL	L	
20	11.05	D		RE		3	N	PF		1														FURTOS E ROUBOS	L	
21	21.05	4		RE		3	N	PF										X						BARES ILEGAIS	P	
22	29.05	5		P		1	P	F		1														OPERAÇÃO POLICIAL	L	
23	02.05	6		PL		1	P	F							1									VISITAS MINISTROS	P	
24	03.05	5		PL		1	N	PF							1				X					CASAGRANDE X PH	EP	
25	09.05	6		C		1	N	F							1						X			PROTESTOS	EP	
26	18.05	D		PL		2	NT	PF							1				X					ENTREVISTA GOVERNAD	EP	
27	01.06	D		CL	1		P	F							1									ANIVERSÁRIO DO EP	PC	
28	08.06	D		PL		1	P	F							1	1			X					INAUGURAÇÃO DE RODO	P	
29	15.06	D		PL		1	N	F											X					COLIGAÇÕES ELEIÇÕES2	P	
30	21.06	S		E		1	P	F							1				X					VAGAS ESTÁGIO	EP	
31	22.06	D		P		1	P	F		1														NOVO CMTE PM SERR	L	
32	23.06	2		RE		2	N	PF					1		2	2								HOMICÍDIO	P	
33	28.06	5		P		1	P	F							1									BLITZE	P	
34	30.06	2		AT2		1	P	PF							1									ORQUESTRA SINFÔNICA	P	
35	06.07	D		PL		2	N	F											X					ELEIÇÕES 2014 GOVERN	P	
36	02.07	4		P	1		P	F		1														OPERAÇÃO POLICIAL	L	
37	02.07	4		RE		2	N	PF		1														MUDANÇA CODIGO PEN	L	
38	04.07	6		P		1	N	F		1														ATENDIMENTO DELEGA	L	
39	11.07	6		P	1		P	F		1														OPERAÇÃO POLICIAL	L	
40	03.08	D		PL		1	NT	PF											X					ELEIÇÕES 2014 GOVERN	P	
41	16.09	3		CL	1		N	PF							1				X					ELEIÇÕES 2014 GOVERN	PJ	
42	23.09	3		CL	1		P	F							1					SEAE				INVESTIMENTO BID	P	
43	12.11	4		C		1	N	F		1														PIBxSEG.PUB	L	
44	17.11	2		TL		1	NT	PF							1									SOCIOLOGO	POBRES PUNIDOS	P
45	18.11	3		RE		1	P	PF							1									INST. SINCADES BIBLIOTECA MÓVEL/CULT	P	
46	19.11	4		P		2	P	F		2														OPERAÇÃO POLICIAL	L	
47	27.11	5		P		2	N	F		1														OPERAÇÃO POLICIAL	L	
48	09.12	3		P	1		P	PF							1					SEAE				HOMICÍDIO	P	
49	11.12	5		RE		2	P	PF							1									NOVO GOVERNADOR	PLANOS NOVO GOV	PJ
50	18.12	5		E		1	P	PF							1				X					BALANÇO DO GOVERN	EP	
51	21.12	D		PL		2	P	PF							1	1			X					ENTREVISTA DE BALAN	P	